

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

GIRLANI DE LIMA

**EMPREENDIMENTO RECANTO DAS OLIVEIRAS: RELAÇÕES DE GÊNERO
E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**JOÃO PESSOA-PB
2010**

GIRLANI DE LIMA

**EMPREENDIMENTO RECANTO DAS OLIVEIRAS: RELAÇÕES DE GÊNERO
E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Maria de Lourdes Soares

**JOÃO PESSOA-PB
2010**

A meu companheiro, que tanto tem me ensinado sobre economia solidária, ética e compromisso. Que tem estado ao meu lado em momentos felizes e tristes. Pela enorme contribuição na construção desta pesquisa, pela paciência e compreensão necessária para sua conclusão. E, principalmente, por apoiar e defender as lutas e conquistas das mulheres. É por isto que dedico, em especial, a Sandro Gomes este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me fortalecido espiritualmente, e com isto percebi que na vida temos tempo de tempestades, que é para aprendermos algo, e de primavera, que são tempos de conquistas e felicidades.

À minha mãe.

Em especial a meus avós.

A Maria Soares e Antonio Augusto, pessoas que fizeram parte da minha vida, dos quais gostava e admirava muito. Contribuíram enormemente para minha formação humana e profissional, hoje falecidos.

A toda minha família, por estar ao meu lado, por confiar em mim, e por todo o apoio.

À minha amiga Ana Paula, que tem ficado comigo nos bons e maus momentos, que foi sempre tão compreensiva comigo, e também contribuiu para este trabalho.

À Professora Maria de Lourdes Soares, por ter me orientado, proporcionando a conclusão deste trabalho.

RESUMO

LIMA, Girlani de. **Empreendimento Recanto das Oliveiras: relações de gênero e economia solidária**. João Pessoa, 2010. 132 p (Dissertação de Mestrado em Serviço Social - CCHLA/UFPB).

Quais os resultados de um processo de formação acerca da questão de gênero em um empreendimento econômico solidário? O empreendimento conseguiu passar a respeitar esta questão em suas relações internas? Neste estudo apresenta-se este objeto, tendo em vista que vivemos em uma sociedade capitalista, patriarcal e machista, e é neste contexto que se encontra a organização em economia solidária, a qual busca a geração de renda a partir da produção e comercialização coletiva, e dentre seus princípios encontra-se o respeito à igualdade de gênero. Mas este princípio tem acontecido na prática? Pretende-se perceber quais são os limites entre os princípios de igualdade de gênero e os costumes tradicionais de nossa sociedade. O universo da pesquisa corresponde ao Projeto ATORES, que é composto por cinco organizações da sociedade civil e por cinco grupos de jovens. Teve como amostra o empreendimento Recanto das Oliveiras, organizado pelo grupo de jovens Unidos Por Um Só Objetivo, formado por 08 participantes jovens, localizado no Assentamento Santa Lúcia, Município de Araçagi-Pb. Foi adotada a dialética marxista, compreendida como um conhecimento que é um processo totalizante da atividade humana, um processo de totalização que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. A pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo. Foi adotado o procedimento qualiquantitativo, a qual permitiu uma análise completa do problema investigado. Como instrumentos e técnicas de coleta de dados, foram ocorridos: a entrevista, o questionário, registros no diário de campo, além da análise bibliográfica e documental. Observou-se, não obstante, que o objeto investigado está em processo de permanente construção, por não constituir-se num fato dado, acabado e estático, sendo histórico-social.

Palavras-chaves: economia solidária, gênero, machismo.

ABSTRACT

What are the results of a development process about the gender question in a solidary economy enterprise? It managed to succeed pass on to respect this question in it internal relations? This study presents this object, in view that we live in a capitalist, patriarchal and sexist society, and is in that context the organization is on the solidary economy happened, which seeks to generate revenue from the collective production and marketing, and among its principles is the respect for gender equality. But this principle has happened in practice? The aim is to understand what are the limits among the principles of gender equality and traditional customs of our society. The research design corresponds to the ATORES Project, composed of five civil society organizations and five groups of youths. Will sample the enterprise Recanto das Oliveiras, organized by the Unidos Por Um Só Objetivo group, consisting of 08 young participants, located in the settlement Santa Lucia, Araçagi city, State of Paraíba. Will be follow the marxist dialectics, understood as a knowledge that is a totalizing process of human activity, and it never reaches a definitive stage and finished. The research will be based on literature, documentary and field. Will adopt the quality-quantitative procedure, which will allow a complete analysis of the investigated problem. The instruments and techniques of data collection will be: the interview, the questionnaire, daily records in the field, besides the literature review and documentary. Was observe, however, the object being investigated is in the process of permanent construction, because it is not finished, given, and static fact, it is history-social.

Keywords: solidary economy, gender, sexism.

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Figura 1 – Frente do restaurante	76	
Figura 2 – Espaço interno do empreendimento	88	
Quadro 1 - Formas Jurídicas de Empreendimentos Econômicos Solidários		76
Quadro 2 - Decisões no empreendimento	89	
Quadro 3 - Atitudes de sexismo	91	
Quadro 4 - Oportunidades de formação/capacitação	91	
Tabela 1 - Média salarial por nível hierárquico (2005)	93	
Tabela 2 - Média salarial por nível hierárquico (2007)	93	
Quadro 5 - Frequência de reflexão sobre questões de gênero		94
Quadro 6 - Trabalho doméstico e gênero	95	
Tabela 3 - Trabalho doméstico e atividade produtiva no empreendimento		97
Tabela 4 - Presença de liderança no grupo	98	
Quadro 7 - Relação conjugal e participação no empreendimento		99
Quadro 8 - Importância da questão de gênero	100	

LISTA DE SIGLAS

Agência de Desenvolvimento Solidário	ADS
Articulação de Organizações em Educação e Economia Solidária	ATORES
Articulação do Semiárido	ASA
Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito	ABICRED
Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças	ABDL
Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária	ANTEAG
Banco do Nordeste do Brasil	BNB
Caixa Econômica Federal	CEF
Centro de Pós-graduação de Engenharia	COPPE
Confederação Latino-americana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores	COLACOT
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	CNBB
Conselho Nacional de Economia Solidária	CNES
Cooperativa Nova Esperança	CONES
Economia Solidária.....	ECOSOL
Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional	FASE
Fórum Brasileiro de Economia Solidária	FBES
Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional	FBSAN
Fórum Estadual de Economia Solidária	FEES
Fórum Social Mundial	FSM
Fundação de Pesquisa do Estado da Bahia	FAPESB
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares	ITCP
Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas	IBASE
Índice de Desenvolvimento Humano	IDH
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Ministério do Trabalho e Emprego	MTE
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	MST
Movimento Nacional de Luta pela Moradia	MNLM
Organização das Nações Unidas	ONU
Organização Não Governamental	ONG
Organização Internacional do Trabalho	OIT
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	PNAD
Políticas Alternativas para o Cone Sul	PACS
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano	PNUD
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	PETI
Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária	PRONADES
Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária	RBSES
Rede Industrial de Confecção Solidária	RICS
Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária	RIPESS
Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	SEDIR
Secretaria Nacional de Economia Solidária	SENAES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	18
1.1 Origem das práticas solidárias nas relações econômicas	18
1.2 A construção do conceito de economia solidária no Brasil, articulação entre academia e organizações	21
1.3 Fórum Brasileiro de Economia Solidária	27
1.4 As principais políticas nacionais de economia solidária	37
1.5 Economia solidária na Paraíba: conquistas e desafios	40
2. MULHERES, HISTÓRIA E SABERES: CONSTRUINDO ECONOMIA SOLIDÁRIA	46
2.1 Trabalho feminino e economia solidária	46
2.2 Experiências de economia solidária	63
2.2.1 Mulheres da cidade de Deus inventam moda e acessórios sustentáveis	63
2.2.2 Mulheres e tecnologias sociais com foco em economia solidária	64
2.2.2 Contra a invisibilidade econômica	65
3. PERFIL SOCIOECONÔMICO E ANÁLISE DA QUESTÃO DE GÊNERO DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO JARDIM DAS OLIVEIRAS	67
3.1 Projeto ATORES - articulação de organizações em educação e economia solidária	67
3.2 Histórico do grupo Unidos Por Um Só Objetivo rumo ao empreendimento	74
3.3 Perfil socioeconômico do empreendimento Restaurante Recanto das Oliveiras	76
3.4 Identificação e análise das relações de gênero no empreendimento Recanto das Oliveiras	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE	112
ANEXOS	125

INTRODUÇÃO

Quais os resultados de um processo de formação acerca da questão de gênero em um empreendimento econômico solidário, este passou a respeitar esta questão em suas relações internas? Este é o cerne do projeto aqui apresentado, tendo em vista que vivemos em uma sociedade capitalista, patriarcal e machista, e é neste contexto que encontramos a organização em economia solidária, que busca a geração de renda a partir da produção e comercialização coletiva, e dentre seus princípios encontra-se o respeito à igualdade de gênero.

Mas esse princípio tem acontecido na prática? Diante dos costumes culturais da sociedade brasileira, quais são os limites e até onde essa questão tem avançado? Para chegar às respostas a essas questões vamos estudar a economia solidária, como e quando ela surge, seus conceitos, como é tratada na academia, sua história no Brasil e, a contribuição das mulheres para esta organização, que são maioria em relação ao sexo masculino, até chegarmos às relações entre homens e mulheres no empreendimento econômico solidário chamado Restaurante Recanto das Oliveiras, que faz parte do Projeto ATORES, o qual desenvolve atividades em articulação e formação em educação popular e economia solidária.

O universo da pesquisa corresponde ao Projeto ATORES, e é composto por cinco organizações da sociedade civil e por cinco grupos de jovens, trabalhando de forma compartilhada em cinco municípios da Paraíba, com foco no protagonismo da juventude como instrumento de sedimentação de práticas educativas, de intervenção nas políticas públicas e organização do empreendedorismo solidário. O objetivo maior desse projeto é capacitar a juventude para lidar com a realidade, propondo ações capazes de modificar a trajetória da miséria e o empobrecimento que assolam as comunidades rurais e urbanas. Abarca um total de 50 jovens, homens e mulheres, presentes nas seguintes cidades: Bayeux, Sapé, Pilões, Araçagi e Guarabira. A amostra será constituída por um dos grupos, que é um empreendimento econômico solidário formado por oito jovens do município de Araçagi/PB: o Restaurante Recanto das Oliveiras.

O Projeto ATORES é representado no Fórum Estadual de Economia Solidária pelo Instituto Cidades (Instituto de Cidadania para o Desenvolvimento Econômico e Social). É uma organização social, sem fins lucrativos, cuja missão é a organização de processos que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades, tendo como ênfase do seu trabalho a economia solidária, a participação social e o controle social das políticas e orçamentos público, bem como a temática do desenvolvimento local. Portanto, todos estes atores (jovens, grupos/empreendimentos, projeto e entidade) estão

envolvidos com a organização da economia solidária.

O referido empreendimento é organizado pelo grupo de Jovens Unidos Por Um Só Objetivo, formado por 08 jovens, e localizado no Assentamento Santa Lúcia, Município de Araçagi-Pb. O grupo surgiu a partir da necessidade de adquirir renda para as pessoas desta faixa etária do Assentamento, e começou com um plantio de mandioca durante o ano de 2002. Após um resultado não muito satisfatório, o grupo ficou um pouco desarticulado, vindo a se fortalecer novamente no ano de 2004, a partir do convite feito por pessoas da comunidade, quando, reunidos na Casa Sede do Assentamento, tiveram contato com outros parceiros que vieram com o objetivo de fortalecer a articulação juvenil no local. Ao início, contavam com mais de 40 pessoas. Hoje, são 08 jovens participando ativamente de todas as atividades. O objetivo é exercer o protagonismo e desenvolver meios de geração de renda dentro da própria realidade, trabalhando com economia solidária.

Outras reuniões aconteceram, o que trouxe expectativa para eles. Após nove meses sem ter notícias, quando o grupo já apresentava sinais de desmotivação, os parceiros retornaram trazendo boas propostas e apresentando o Projeto ATORES (Articulação de Organizações em Educação e Economia Solidária), que seria uma ação protagonizadora junto aos jovens. Destacou-se o tipo de trabalho com o qual o grupo se identificava, e o mesmo aceitou juntamente com mais seis grupos fazer parte do projeto que tem base na educação popular e economia solidária. Eles passaram a se encontrar para reuniões de formação, momento de definição do nome do grupo.

O projeto promoveu um grande encontro nos dias 04, 05 e 06 de novembro de 2005, no município do Conde, com os sete grupos envolvidos. O evento tinha o objetivo de realizar uma integração entre as equipes, e para conhecer as cinco entidades que fazem parte do projeto: Serviço de Educação Popular (SEDUP), Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (SINTRICOM), Projeto Beira da Linha, e Instituto Cidades.

No desenvolvimento do projeto aconteceram várias atividades, como o “encontrão”, que teve como proposta de confraternização com as famílias dos jovens, com o objetivo de envolver os pais no processo. Outra atividade foi um intercâmbio entre os grupos para apresentar as diferentes realidades e culturas. Há uma instância para exercer a gestão compartilhada entre a coordenação e os jovens: o Conselho Juvenil, o qual tem a participação de representantes dos sete grupos.

Depois de uma caminhada de dois anos de formação, em 2006, os jovens decidiram empreender, organizando e implantando um restaurante rural, aproveitando as

belezas e potencialidades existentes na comunidade. O Restaurante Recanto das Oliveiras produz e comercializa a culinária regional a partir da produção agroecológica e dos princípios da economia solidária, com o apoio e assessoria do Projeto ATORES. Ao longo da formação, os jovens tiveram oficinas de economia solidária, desenvolvimento local e fizeram um diagnóstico sobre as habilidades existentes no grupo, aferindo as potencialidades e as oportunidades para implantação do restaurante. O empreendimento hoje busca implantar outras unidades produtivas integradas ao restaurante como: horta orgânica, criação de galinha, apicultura, roteiro cultural e histórico, e há um planejamento a longo prazo – a implantação de uma pousada para o desenvolvimento do turismo rural, fruto de diversas parcerias feitas no âmbito do Projeto Atores com os jovens, suas famílias, associação do assentamento, Prefeitura de Araçagi e através do Fundo de Apoio a projetos dos jovens, financiado pela Fundação Kellogg. O restaurante está situado no Assentamento Santa Lúcia, às margens da PB 57, a 6 km equidistante do núcleo do município de Araçagi (17089 mil habitantes) e do município de Itapororoca (10092 habitantes). Localizado na microrregião de Guarabira, fica a 64 km da capital. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Área territorial de 230 km². Araçagi faz limite com os seguintes municípios: Ao Norte: Duas Estradas, Curral de Cima e Sertãozinho; Ao Sul: Mulungu, Marí, Sapé e Capim; Ao Leste: Cuité, Mamanguape e Itapororoca; Ao Oeste: Guarabira e Pirpirituba. Os produtos comercializados são: galinha de capoeira, tilápia, feijão verde, macaxeira, rubacão, salgados, doces (sobremesas) e bebidas.

Empreendimento Recanto das Oliveiras, expressão da economia solidária que busca construir costumes diferentes dos valores patriarcais e machistas que se perpetuam, onde as mulheres sofrem preconceito e discriminação e são afastadas dos processos decisórios. Falar da submissão feminina na sociedade patriarcal é assunto que ainda instiga muitos, uma vez que as mulheres conquistam cada vez mais seu espaço, buscando igualdade de direitos e oportunidades. Apesar dessa luta, a sociedade permanece conservadora e moralista, refletindo no machismo predominante do meio.

A situação da mulher não se diferencia em outros espaços da sociedade, como na economia solidária, que é um espaço que busca respeitar seus participantes independentemente do sexo. Mesmo assim, para as mulheres tem sido um desafio constante alcançar o reconhecimento e ter as mesmas oportunidades, mesmo quando são maioria na organização. Nos grandes espaços de decisão, como plenárias dos fóruns, encontros e conferências, há conflito para que elas tenham seu espaço respeitado. Em outros espaços tão importantes quanto, como nos empreendimentos econômicos

solidários, onde se dá a produção, comercialização, formação, tomadas de decisão, ou seja, a própria economia solidária acontecendo a partir das experiências dos agrupamentos de pessoas que acreditam que é possível fazer outra economia, observa-se essa realidade. E, cultivando-se valores que se diferenciam dos valores capitalistas, como cooperação e autogestão, diante disto, coloca-se a questão: Nos empreendimentos econômicos solidários a questão de gênero tem sido respeitada nas suas relações internas?

Como a Economia Solidária pode colaborar para romper com a separação entre produção e reprodução, com a divisão sexual do trabalho e ampliar a noção de trabalho? Segundo GUÉRIN (2003, p. 76), a economia popular apresenta-se como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, por se tratar de uma organização que prima pela solidariedade e cooperação entre seus membros. Assim sendo, a tomada de consciência de que as mulheres têm mais dificuldades de fazerem valer seus direitos pode ocasionar um engajamento conjunto entre elas e/ou juntamente com os homens para superar desigualdades sociais e transformá-las em direitos reais. Embora os grupos de economia solidária se reúnam por necessidades imediatas e cotidianas, é preciso superar este imediatismo e incidir também sobre a elaboração de políticas públicas que contribuam para a ruptura da divisão sexual do trabalho, inclusive nos empreendimentos dessa forma de economia.

Outro desafio importante do movimento em relação às questões de gênero é debater e proporcionar a mudança cultural não só nas relações de trabalho, mas também partilhar entre mulheres e homens as necessidades do cuidado com o outro, deixando de ser esta uma “obrigação” familiar naturalizada do sexo feminino, passando a ser encarada uma responsabilidade da família, das autoridades públicas, do mercado e da sociedade civil, ultrapassando as fronteiras entre o domínio monetário e não monetário e dos interesses particulares e gerais (GUÉRIN, 2003, p. 81).

Numa avaliação geral, sob a ótica das relações de gênero e emancipação feminina, a economia solidária pode contribuir de várias formas: a) para aliviar o cotidiano das mulheres, pois estas partilham o peso de suas “obrigações”, contribuindo para uma melhor articulação entre a vida familiar e profissional; b) no contexto de trabalho solidário, as mulheres contam com espaços de discussão privilegiados para expressar reivindicações e pressionar efetivamente as autoridades públicas para a construção de políticas públicas de gênero, ajudando assim, no desenvolvimento da capacidade de a mulher contribuir para as mudanças sociais e institucionais mais

favoráveis para elas; c) viabiliza o acesso ao crédito; e d) proporciona a emancipação financeira da mulher. Enfim, dentro da economia solidária o maior desafio é transformar as relações interpessoais e de gênero, ao mesmo tempo em que se buscam mudanças estruturais na sociedade, na economia e na cultura (NOBRE, 2003, p. 28).

Entende-se que hipótese é a resposta que se quer provar a partir dos resultados da pesquisa, no caso, o problema que foi levantado neste estudo: Quais os resultados de um processo de formação acerca da questão de gênero em um empreendimento econômico solidário? Este conseguiu passar a respeitar a questão em suas relações internas? Tal resposta não será afirmativa nem negativa, pois, como é discutida a economia solidária em um de seus princípios, trata de que se deve respeitar a questão de gênero.

No entanto, essa tem sido uma busca que ainda não foi alcançada totalmente, por ser um desafio superar costumes que vem sendo reproduzidos em diferentes sociedades ao longo da história. Segundo Santos (2004, p.50):

Hipótese pode ser definida como a proposição testável que pode vir a ser a solução do problema. Em geral, a hipótese responde o problema, positiva ou negativamente. Normalmente, temos duas hipóteses: uma que nega e outra que afirmam, (ou vice-versa), mas dependendo do problema, do tipo de pesquisa e da temática, podemos ter ainda uma terceira hipótese, que é aquela que nem afirma, nem nega.

Será adotada a dialética Marxista, compreendida como um conhecimento que é um processo totalizante da atividade humana, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada (KONDER, 1987, p.36). A presente pesquisa apresenta análise crítica e visão totalizante que aponta a dificuldade que as mulheres encontram em organizar-se, dificuldade esta marcada pelo machismo e preconceitos da sociedade, que a partir da cultura e costumes gerados pela lógica do sistema capitalista para manter relações sociais de opressão e alienação é praticado e embasado na falsa ideia de superioridade masculina. De acordo com Konder (1987), qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter certa visão de conjunto deles. É a partir dessa visão que se pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. (SOUSA, 2002, p.36)

A pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa de campo foram investigados os dados empíricos da realidade social, compreendendo que a presença do investigador é imprescindível, obrigando o mesmo a permanecer o maior

tempo possível junto ao grupo a ser estudado, o que torna o resultado mais confiável (SANTOS, 2004,p.26). A pesquisa de campo será complementada pela pesquisa bibliográfica, entendida como a que se desenvolve tentando explicar um problema utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congênicas (KOCHE, 1999, p.122).

A presente pesquisa adotou o procedimento metodológico qualiquantitativo, que permitirá análise completa do problema investigado. Como instrumentos e técnicas de coleta de dados: a entrevista, o questionário, registros no diário de campo, além da análise bibliográfica e documental. No tocante à análise dos dados quantitativos, utilizar-se-á tabelas, curvas, gráficos e análises de conteúdo. A análise qualitativa é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (Vergara, 2005, p. 15). Bardin (1977, P. 42) conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas (1987, p.11).

O desenvolvimento deste trabalho é feito em três capítulos. No primeiro encontraremos: a) origem das práticas solidárias nas relações econômicas de troca, produção, comercialização e consumo; b) a construção do conceito de economia solidária no Brasil, articulação entre academia e organizações; c) Fórum Brasileiro de Economia Solidária; d) as principais Políticas Nacionais de Economia Solidária; e e) Economia Solidária na Paraíba, conquistas e desafios.

No segundo capítulo é discutido o trabalho feminino e experiências com economia solidária. No terceiro capítulo coloca-se: a) histórico do Projeto Atores, b) histórico do grupo que se transformou em um empreendimento; c) perfil socioeconômico do Restaurante Recanto das Oliveiras; e d) identificação e análise das relações de gênero no referido empreendimento.

É fato que o objeto a ser investigado está em processo de permanente construção, por não constituir-se num fato dado, acabado e estático. É histórico-social, uma vez que os problemas gerados na sociedade são objetos historicamente determinados. Portanto, para a análise conceitual é preciso reconhecer que a sociedade é dinâmica, fazer crítica à sociedade burguesa, e interpretar as contradições existentes na relação capital e trabalho, que geram a questão social e suas diferentes configurações.

1. HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DOS PRIMÓRDIOS AO SÉCULO XXI

1.1 Origem das práticas solidárias nas relações econômicas de troca, produção, comercialização e consumo.

A partir de uma análise histórica dos sistemas econômicos, observa-se que antes mesmo do feudalismo e capitalismo aparecerem, havia nos primórdios da humanidade formas de organização socioeconômica altamente equilibradas, onde a troca econômica era feita de forma coerente através do mutualismo, do cooperativismo e da solidariedade. Este sistema econômico era o comunismo primitivo, o qual se caracterizava por apresentar uma formação social não possuidora de classes sociais e uma cultura econômica voltada para a subsistência baseada no cooperativismo e na solidariedade humana de todos, ou seja, cada membro da tribo apresentava importante papel no bem estar da coletividade.

Os primeiros pensadores de economia solidária surgem ao início do século XIX na Europa, especialmente na França, sob o comando de Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1908-1865) e Robert Owen (1773-1858), que elaboraram modelos sociais espetaculares de sociedade mutualista, cooperativista e solidária. Porém, não apresentaram uma formulação objetiva de como transformar a sociedade capitalista nesse tipo de sociedade e, em virtude disto, foram chamados por Karl Marx de socialistas utópicos. Apesar de estes pensadores não demonstrarem claramente os meios para se alcançar a sociedade por eles idealizadas, foram estes os percussores e idealizadores de processos de articulação solidária.

Na Europa, os primeiros idealizadores de que Paul Singer (2001) chamou de cooperativismo revolucionário foram os socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos. Segundo Martin Buber, esses lutavam pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade. (GAIGER,2000, p.22)

Para entender melhor o porquê do aparecimento dos socialistas utópicos no início do século XIX, é preciso lembrar que na Europa o processo de revolução industrial se fortalecia e se difundia dinamicamente, levando o ideal liberal de autoregulação da economia como dogma inquestionável do capitalismo, e foi através deste modelo ideológico liberal de exploração que se iniciou o processo de crises e misérias sistêmicas na condição de vida dos proletariados, tais como: exploração demasiada, mão-de-obra infantil e condições de trabalho insalubre, além do crescente

desemprego, as jornadas de trabalhos excessivas da classe operária – resultados da revolução industrial que se alastraram pela Europa e pelo mundo.

É nesta conjuntura social e econômica do século XIX que Claude Saint-Simon idealiza a sociedade dos patrões e trabalhadores com a presença de um estado industrializado que objetivasse a busca do bem-estar das classes trabalhadoras através da produção de coisas úteis à vida, e também responsável pela redistribuição da riqueza, assim como as classes trabalhadoras estariam unidas em associações de cidadãos.

Charles Fourier idealiza uma sociedade constituída por fazendas coletivas agroindustriais chamadas de falanstérios, onde todos desempenhariam papéis importantes com o objetivo do bem estar comum da comunidade. A divisão da riqueza se daria de acordo com a quantidade e qualidade do trabalho de cada indivíduo. Segundo Friedrich Engels (1872) apud Bárbara Freitag a única experiência socialista que deu certo foi o “familistério de Godin” que funcionou por 100 anos (1859-1968) a qual foi realizado por Jean Baptiste André Godin que se inspirou no socialista utópico Charles Fourier. (ARRUDA, 1996, p.14)

Já Pierre-Joseph, considerado o precursor do anarquismo e fervoroso crítico da propriedade privada, idealiza uma sociedade formada por pequenos produtores que obteriam financiamento de banco de troca para a aquisição dos meios de produção e onde o dinheiro seria substituído por certificados de circulação, fazendo com que as sociedades trocassem serviços.

Robert Owen defende a criação de uma sociedade comunista que se daria através da organização de colônias cooperativas, objetivando com isso o fim permanente da propriedade privada dos meios de produção.

Mediante todas as movimentações ideológicas, culturais, econômicas e sociais que aconteciam na Europa e nos Estados Unidos do século XIX é que se observa o aparecimento de várias experiências solidárias influenciadas pela ideia da valorização do ser humano e do mutualismo através de cooperativas e associações de produção de socorro mútuo criadas por trabalhadores com o intuito de minimizar os efeitos trazidos pelo sistema liberal capitalista.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, mas conseguiram manter-se por apenas alguns anos. As numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo. A mais famosa cooperativa de

consumo, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochedale, estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial.

Como as crises não são idênticas e os atores e promotores também diferem de uma geração para outra, as diversas ondas de economia social têm personalidades diversas. Na antiga economia social europeia destacam-se três momentos.

As décadas de 30 e 40 do século XIX, marcadas por um novo tipo de regulação do trabalho que de corporativo transformou-se em concorrencial, viram nascer sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção. Criadas por operários ou por artesãos que se negavam a tornarem-se proletários, essas iniciativas tentavam amenizar os sofrimentos trazidos pelos acidentes, doenças e morte. A partir de 1848, quando a repressão se abateu sobre estas associações e a grande crise dos anos 1873-1895 levou à modernização e investimentos pesados na agricultura e nos recursos naturais, as cooperativas agrícolas e de poupança foram as soluções de sobrevivência encontradas pelos pequenos produtores. Na França, as associações foram reconhecidas pela lei de 1901, mas foram restritas a trocas não monetárias, a menos que estivessem ligadas à ação dos poderes públicos (LAVILLE, 1999).

Outro momento do ressurgimento do pensamento solidário se dá no início do século XX, mediante a crise de superprodução que ocorreu em 1929-32, responsável pela quebra da economia mundial, ocasionando o aumento generalizado do desemprego e, é claro, demonstrando a deficiência do sistema capitalista.

Quando a crise de 1929 é superada, principalmente com o término da II Guerra Mundial e com a introdução de um novo pensamento teórico-econômico que se delineava no horizonte capitalista denominado de teoria Keynesiana, são propostas de intervenções do estado na economia como forma de solucionar os problemas do interior do sistema capitalista. Apesar de num primeiro momento essa teoria econômica ter conseguido realizar seu objetivo – sanar a crise e possibilitar crescimento do emprego e da economia –, este quadro se reverte na segunda metade da década de 1970, quando surge uma nova crise do sistema capitalista, que traz novamente o crescente fantasma do desemprego, o fechamento de empresas e o ressurgimento do ideal liberal (neoliberalismo).

A depressão econômica dos anos 1929-32, provocada por uma crise da regulação concorrencial, após a Segunda Guerra mundial levou a uma intervenção do Estado, dentro das propostas keynesianas, implantando políticas econômicas e sociais. Mas antes disto as cooperativas de consumo e de habitação se constituíram numa das soluções trazidas pelos operários. (GAIGER, 2000, p.25)

Após a Segunda Grande Guerra, a economia não monetária (doméstica e de reciprocidade) ficara marginalizada pela expansão do mercado e pela estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas. Segundo Laville (2000), houve separação entre o social, o econômico e o político. A reação contra os efeitos nefastos do capitalismo só pode acontecer dentro de subconjuntos distintos, uns pertencentes à economia de mercado e outros à economia de não mercado.

Mas este quadro mudou a partir da segunda metade da década de 70 do século XX, inaugurando uma nova conjuntura econômica que,

(...) é que reaparece em massa na Europa, a partir da segunda metade da década de 70 e início da de 80, o processo cooperativista/associativista por parte das classes trabalhadoras de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, cujo objetivo é o de lutar contra a exclusão social, assim como o de salvar e até mesmo criar empregos. (LECHART apud DEFOURNY, 2001, p.18)

Uma nova crise do sistema capitalista trouxe por consequências o desemprego e o fechamento de empresas, instalando-se um quadro dramático para a classe trabalhadora, florescendo, a partir de 1977 e até 1984, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Entre 1980 e 1985 foram criadas em massa cooperativas de trabalhadores em toda a Europa (DEFOURNY, 2001). Inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente. A queda do muro de Berlim, símbolo do fim de uma utopia, levou à produção de novas teorias compostas por comunitarismo, ecologismo, solidariedade e voluntarismo.

1.2 A construção do conceito de economia solidária no Brasil, articulação entre academia e organizações.

Para encontrar as origens da economia solidária no Brasil, podemos partir das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas, dos embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural, terreno de onde brotam as experiências de economia solidária, ou pode-se fazer o caminho no sentido contrário, situando a realidade atual no campo da economia solidária e reportando às condições que levaram a práticas solidárias voltadas para a economia. Trabalhar o surgimento desse movimento

remete ao processo de surgimento de experiências autogestionárias e solidárias, a atuação de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, igrejas, prefeituras e governos de esquerda que lhes deram suporte e promoveram sua organização em fóruns, feiras, redes e tantas outras iniciativas, além da história da ação dos intelectuais para nomear e pesquisar este campo.

No Brasil, para a economia solidária se tornar decisão de ordem teórico-político-ideológica, teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso – e ainda o é em muitos casos – no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. A polêmica em torno do conceito, ainda existente, refere-se particularmente ao atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados comumente de economia popular solidária ou cooperativismo popular. Quanto à economia informal, termo que foi criado na década de 60 – no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – outrora os analistas consideravam como um fenômeno transitório ligado ao subdesenvolvimento dos países dependentes, e é hoje uma questão que se impõe aos cientistas sociais, políticos e econômicos por sua persistência e crescimento. No entanto, como aponta Fields,

este setor não pode ser corretamente representado por um setor ou por um continuum, mas por setores qualitativamente distintos. Entre estes setores podemos identificar alguns como o setor da economia familiar, ou o setor dos micronegócios e, nestes, associações de trabalhadores para a produção ou prestação de serviços realizada com pouquíssimo ou até sem capital e com a qualidade de haver solidariedade entre seus membros. Ou seja, intelectuais brasileiros retiraram destes conjuntos amplos e heterogêneos que são a economia popular e a economia informal, empreendimentos econômicos que foram colocados em evidência por possuírem algumas características específicas que podem ser resumidas pela qualidade da solidariedade existente entre seus sócios, com a sociedade e com a natureza à sua volta. (FIELDS, 2001, p.104)

As categorias de economia popular foram utilizadas por vários autores, como Singer (2000), e de economia informal por Tokman (1987), Morrisson (1950), Cacciamali (1999). Categorias que não delimitam nem chegam a explicar bem a variedade de suas expressões, mas tentou-se estabelecer um novo recorte entre as diversas formas econômicas de geração de emprego e renda já conhecidas, recorte este que adquire aos poucos o reconhecimento das políticas públicas e da academia. Tentou-se colocar o processo de construção e legitimação dessa forma de economia como objeto de estudo acadêmico, colocando os novos agentes sociopolíticos, ou seja, os processos político-pedagógicos e acadêmicos para a identificação, nomeação e

estruturação de um novo campo de ação e teorização dessas formas de economia.

Para melhor entender essas formas de economia identifica-se na literatura brasileira os aparecimentos dos conceitos ligados à economia solidária.

O conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto o concebe como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (RAZETO, 1993,p.40).

Por sua vez, o termo terceiro setor é divulgado em 1994 com a publicação de Fernandes: *Privado, Porém Público*. Mas é somente em 1995 que brasileiros escrevem sobre economia solidária. Alguns encontros constroem um marco para a construção de um pensamento e/ou movimento social em prol da economia solidária no Brasil. O primeiro aconteceu por ocasião de uma mesa redonda sobre o tema *Formas de Combate e de Resistência À Pobreza*, realizada em setembro de 1995 durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, e o segundo ocorreu no III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), que teve lugar em São Paulo aos dias 30 e 31 de maio de 1996.

Os trabalhos apresentados na mesa redonda do 7º encontro foram organizados em coletânea por Luiz Inácio Gaiger e publicados em 1996. Na apresentação, ele escreve: “A comparação entre essas diversas experiências permite identificar, como tipo promissor e como alternativa viável para a economia popular, os *empreendimentos solidários* que reúnem, de forma inovadora, características do espírito empresarial moderno e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária” (GAIGER, 1996, p.11).

Os trabalhos analisados e expostos foram as experiências avaliadas em projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira. Por sua vez, no III Encontro da ANTEAG não se usou o termo economia solidária, mas no prefácio do livro que apresenta as intervenções dos participantes, redigido em 1998, Paul Singer escreve: “No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurge no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva” (SINGER,1999).

Essa proposta de Paul Singer já tinha sido formulada publicamente por ele em julho de 1996 na Folha de São Paulo sob o título *Economia solidária contra o desemprego*, bem como constava no programa de governo do Partido dos Trabalhadores por ocasião das eleições municipais na cidade de São Paulo no mesmo ano, Segundo Mance, propostas similares também tinham sido defendidas pela oposição democrática popular em Curitiba em 1992 e em 1988 na cidade de Piraquara, Paraná (MANCE, 1999,p.163).

Mas a proposta da autogestão vinha sendo trabalhada por Marcos Arruda (1994) há mais tempo, e em agosto de 1993, o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e outras entidades articularam o primeiro seminário sobre autogestão em Criciúma-SC. Em 1994, estas entidades realizaram em Porto Alegre o seminário sobre *Autogestão, realização de um sonho*. E, a dezembro de 1996, Arruda apresentou o texto *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*, para a Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de Pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. O texto apresenta o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para um desenvolvimento que “reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional” (ARRUDA, 1996, p.27).

É nesse contexto que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, e que inova espaço da empresa como comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; (...) “o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócioeconomia na nova era que se anuncia” (ARRUDA, 1996: 4). “Necessidade de qualificar tecnicamente para tocar empreendimentos numa economia centrada na produtividade e na concorrência.” (GAIGER, 1996: 109).

A proposta era de Paul Singer, mas foi Aloísio Mercadante que a batizou com o nome de economia solidária no momento em que o PACS realizou, de 1 a 6 de dezembro de 1997, em Bertioga-SP, o Encontro Internacional da Aliança para Um Mundo Responsável e Unido, com participantes de quatro outros continente e 50 países. Aproximadamente 200 pessoas participaram da reunião através de redes eletrônicas de comunicação. Eles redigiram a Mensagem de São Paulo (da Aliança para Um Mundo Responsável e Solidário). O PACS criou também um Canteiro de Socioeconômica Solidária que organizou vários novos encontros, como em 1998 em Porto Alegre e de 11 a 18 de junho 2000 em Mendes-RJ (Encontro de Cultura e Socioeconomia Solidária). Segundo seu boletim, este último encontro foi fruto de um “conjunto de encontros internacionais sobre experiências de autogestão e economia popular solidária [que aconteceram] entre 1988 e 1998 e foi o berço da Rede Brasileira de Socioeconomia

Solidária (RBSES). Na coordenação dos trabalhos destes encontros estavam, entre outros, Marcos Arruda e Euclides Mance.”.

No Rio de Janeiro temos, além do PACS, a UFRJ, onde professores e técnicos do Centro de Pós-graduação de Engenharia (COPPE) atenderam aos pedidos de formação de cooperativas de trabalho e, em meados de 1995, criaram a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), e ajudaram a Ação pela Cidadania a ganhar apoio financeiro da FINEP e do Banco do Brasil. A partir daí, várias universidades implantam incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, e a Rede Universitária das Incubadoras é formada.

O primeiro grupo de professores pesquisadores sobre a temática da economia solidária se forma na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília, em 1996, com o nome de Organizações e Democracia e é coordenado por Cândido Vieitez e Neusa Dal Ri. Deste grupo também fazia parte Gustavo Gutierrez, o qual pesquisava desde o início da década de 80 questões ligadas à autogestão, tema de sua dissertação de mestrado, tese de doutorado e pós-doutorado; e Mariza Galvão, coordenadora deste seminário. A primeira publicação do grupo, *A Empresa Sem Patrão*, é resultado do I Simpósio realizado a junho de 1996 e do II Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação, realizado a novembro de 1998.

Destes simpósios participaram representantes de entidades organizativas de empresas autogeridas e cooperativas e contatos com o MST e a CONCRAB, mas foi com a ANTEAG que a colaboração mais avançou. Por ocasião do segundo simpósio, o professor Singer juntou-se ao grupo.

A primeira iniciativa para montar uma cooperativa de limpeza com trabalhadores dos morros de Manguinhos (COOTRAM) foi da Fiocruz, que financiou a tese *Autogestão, Participação e Estrutura Organizacional*, (EAESP-FGV) em 1989; e a dissertação *Autogestão e Condições Modernas de Produção* (PUC-SP) em 1983. A Anteag foi criada em São Paulo, 1994, e seus fundadores são oriundos em grande parte da militância por um sindicalismo alternativo no final da década de 70 e início da década de 80 e, em particular, da Secretaria de Formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo. No âmbito dessa instituição destaca-se seu diretor técnico, o economista e administrador de empresas Aparecido Farias. Sua casa foi a primeira sede, e àquela época os técnicos não tinham qualquer tipo de remuneração de pesquisas e estudos da Unesp. Mais tarde, ele e a professora Marilena Nakato, integrante do grupo, atuaram junto à Anteag; Singer e Nakato no apoio técnico e educacional.

Os empreendimentos ligados à ANTEAG são extremamente variados e dispersos

pelo Brasil, mas o fato de eles terem ligações com movimentos ou instituições com visibilidade e contatos a nível macro permitiu aflorar para a consciência social do momento. Também em 1997, a Fundação Unitrabalho toma a decisão de criar um grupo de trabalho de economia solidária. A coordenação foi feita pelos professores Cândido Vieitez, da UNESP, Newton Brian, da UNICAMP, e Paul Singer, da USP. Para fazer parte do grupo foram chamados pesquisadores universitários de todo Brasil, até que em janeiro de 1999, após a realização de vários seminários, foi elaborado um projeto de pesquisa de âmbito nacional, visando a um amplo levantamento desta realidade no Brasil, intitulado *Economia Solidária e Autogestionária*.

As três propostas, elencadas acima a partir de Gaiger, Singer e Arruda, com suas especificidades e divergências, são reunidas pela primeira vez em 1999, na Universidade Católica de Salvador, por ocasião do seminário *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, publicadas num livro com o mesmo título. Após esta publicação, Singer organizou, com André de Souza, *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, onde mais uma vez os três autores foram reunidos. Muitos outros acadêmicos e autores estão neste campo e outros viram com diferentes objetos de investigação e, assim, as experiências de autogestão e associações voluntárias tornaram-se objeto de estudo e pesquisas, e foram batizadas pelos conceitos de economia solidária, socioeconomia solidária, economia popular autogestionária e solidária etc.

São enfatizadas as fronteiras que os autores estabelecem entre estes termos, particularmente entre economia social e o terceiro setor, e questionam como ganhou receptividade a tese que vê (os empreendimentos econômicos solidários) como uma base fundamental para a reconstrução do meio social em que vivem as classes populares (GAIGER, 1999), ou para a construção de um novo modo de produção não capitalista (SINGER, 2000, TIRIBA, 1997), o que é uma visão especificamente latino-americana.

Fora do Brasil, na Nicarágua, Orlando Nuñez (1998) fala de um Projeto Comunitário. Para ele a economia solidária é parte da tomada do poder político, parte da revolução, parte da transição e da construção do socialismo (1997/98); e Verano Paez (2001), fundador da Colacot (Confederação Latino-americana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores), fala em socialismo autogestionário. Ao que tudo indica, o final do século XX viu nascer um novo paradigma socioeconômico, político e cultural fundamentado na solidariedade.

1.3-Fórum Brasileiro de Economia Solidária

O FBES é, antes de tudo, fruto do processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial, que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001. Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1500 participantes juntaram-se na oficina *Economia Popular Solidária e Autogestão*, onde se tratava da autorganização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda.

A manifestação de interesses e a necessidade de articular a participação nacional e internacional do I FSM propiciaram a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro), composto de redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais.

As 12 entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro foram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Unitrabalho; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

O GT-Brasileiro buscou a unidade na diversidade, favorecendo a construção da identidade do campo da denominada Economia Solidária, graças à prática de respeitar as contribuições diversas de cada região e especificidades de suas organizações. Sabia-se que era necessário investir na divulgação, caracterizar suas atividades e se constituir como uma articulação de dimensão nacional. É a partir deste grupo que se propõe a constituição de um fórum nessa proporção. Nisso, tanto a realização das plenárias quanto a elaboração dos princípios da economia solidária foram decisivas para ampliar e, ao mesmo tempo, caracterizar seu campo de ação. O movimento que vinha sendo

articulado pelo grupo de trabalho era constituído principalmente por entidades de assessoria/fomento e por um segmento de gestores públicos e apontava, desde o início, para a necessidade de combinar a ampliação regional com o investimento em empresas e empreendimentos do campo da economia solidária. Faltava uma política pública nacional nesse sentido e um processo de enraizamento constituído principalmente através de empreendimentos de economia solidária e empresas de autogestão nas diversas regiões do país.

Ao final de 2002, com vitória de Lula no processo eleitoral, o GT-Brasileiro elaborou uma Carta ao Governo Federal intitulada *Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento*. Tal documento de interlocução com o futuro governo apresentava as diretrizes gerais da economia solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em São Paulo aos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, contando com mais de 200 pessoas – entre trabalhadoras/es de empreendimentos associativos, entidades de representação, entidades de assessoria/fomento e gestores de políticas públicas – foi aprovada e encaminhada a Carta.

A II Plenária, realizada durante o FSM de janeiro de 2003, em Porto Alegre, foi aberta pelo GT-Brasileiro e presidida pelo professor Paul Singer. Neste evento foi publicado e distribuído o livro *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária* para as/os 800 participantes, principalmente por representantes de empreendimentos, entidades de fomento e redes internacionais. A plenária definiu agenda de mobilização de debates e sensibilização pelas regiões do país e legitimou o GT-Brasileiro como promotor do processo de mobilização da economia solidária.

Em junho de 2003 realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, que contou com um processo preparatório de mobilização em 17 estados, e teve a participação de 900 pessoas de diversas partes do país. Foi neste evento que foi criada, de forma definitiva, a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A SENAES foi constituída pouco antes deste evento. O FBES saiu desta III Plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade. Além de se definir a composição e funcionamento do FBES, foi iniciado um processo de interlocução com a SENAES com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência que tanto têm comprometido a autonomia

necessária ao desenvolvimento das organizações sociais. Outro fruto decorrente do evento foi o desencadeamento da criação dos fóruns estaduais e regionais que puderam garantir, por sua vez, a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, com trabalhadoras/es advindas/os de todos os estados. O encontro teve um total de 2500 pessoas e aconteceu durante os dias 13, 14 e 15 de agosto de 2004.

Nesse processo, a Economia Solidária foi desafiada a gerir abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todos os estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias e trabalhar no campo do marco legal (especialmente, lei geral do cooperativismo e cooperativa de trabalho).

Durante o III FSM, em Porto Alegre, realizou-se uma reunião de dezenas de representantes da América Latina, o que promoveu, por meio de seminários, encontros e feiras, a ampliação das perspectivas de integração regional do movimento e, com isso, o trabalho de articulação com a América Latina entrou definitivamente na agenda do FBES.

Em 2006, após a realização das Conferências Estaduais, quando foram escolhidos as/os delegadas/os e definidas as reivindicações e propostas, realizou-se a I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, no período de 26 a 29 de junho. Na oportunidade foram discutidas as resoluções voltadas à participação no Conselho Nacional de Economia Solidária e propostas para políticas públicas nesse sentido. Quanto à organização e funcionamento, integram o FBES os três segmentos do campo da economia solidária: empreendimentos, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos.

Empreendimentos econômicos solidários são organizações com as seguintes características: 1) coletiva (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos etc.); 2) seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) são organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e os que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de

serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário.

Esses empreendimentos encontrariam potencialmente, no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem, uma importante fonte de competitividade dentro do capitalismo contemporâneo, uma vez que o trabalho de cunho “autogestionário” reforça os laços de confiança e a transparência organizacional, por fim, mas não menos importante, o sentimento de cada trabalhador de ser parte ativa ou de ser sujeito do seu próprio negócio ou empreendimento. (SINGER,2007,p.4)

Entidades de assessoria e/ou fomento são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa.

Gestores públicos são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais.

A articulação e representação nacional se dão através da Coordenação Nacional. Dela participam 16 entidades e redes nacionais, além de 03 representantes de cada FEES. Destes, integram a Coordenação Nacional 03 representantes estaduais, sendo que 02 são trabalhadoras/es de empreendimentos (buscando contemplar o setor rural e o urbano) e 01 de entidade ou de rede de gestores. Para o trabalho de interlocução com movimentos sociais e instituições privadas e públicas além de gestão política do cotidiano existe a Coordenação Executiva Nacional, composta por 13 representantes: 07 de empreendimentos das regiões do país (02 do Norte, 02 do Nordeste, 01 do Sul, 01 do Sudeste e 01 do Centro-oeste); 05 representantes das Entidades e Redes nacionais e 01 da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Além disso, a Coordenação Executiva tem a função de acompanhar os trabalhos da Secretaria Executiva Nacional, sediada em Brasília.

Na estrutura atual das instâncias nacionais do FBES, as entidades e redes são de diferentes naturezas: de representação de empreendimentos (ABCRED, ANTEAG, CONCRAB, ECOSOL, UNICAFES, UNISOL Brasil); de assessoria, pesquisa e fomento (ADS/CUT, Cáritas Brasileira, FASE Nacional, IBASE, IMS, PACS, Rede ITCPs, Rede Unitrabalho); redes mistas (Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária); e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária é uma

articulação de gestores e gestoras de políticas de economia solidária de prefeituras, governos estaduais e do Governo Federal que surgiu por iniciativa desses gestoras/es que participaram do processo de criação do FBES desde 2001, com a missão de ampliar, cada vez mais, o debate e a proposição de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento ao desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas.

Neste período de apenas alguns anos de vida do FBES, deu-se um expressivo crescimento da economia solidária e de sua organização. Se em 2002 a organicidade do movimento se manifestava em apenas cinco estados, em 2003 as plenárias estaduais foram realizadas em 17 unidades federativas. A partir de 2006, os Fóruns Estaduais estão presentes em todos os 27 estados do Brasil. O crescimento também tem promovido articulações e intercâmbios internacionais, especialmente com América Latina, com a Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária (RIPESS). Contudo, os avanços e a institucionalização, especialmente através da criação da SENAES do Conselho Nacional, requerem definição cada vez maior do papel político e estratégico do FBES na luta e construção de um projeto de sociedade.

Numa breve avaliação do processo de constituição, pode-se dizer que o referido movimento alcançou, em parte, o reconhecimento, a visibilidade e a legitimidade necessária. Agora, caracterizar e identificar o FBES são ações prioritárias no sentido de demarcar o campo da economia solidária. O Mapeamento da Economia Solidária e a elaboração do Atlas da Economia Solidária no Brasil são, ao mesmo tempo, frutos da política de integração do movimento com o governo (Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES) e instrumentos para a qualificação e demarcação do campo.

A economia solidária é fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras em busca da concretização e vivência de novas relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas em diferentes partes do mundo.

A economia solidária vem sendo colocada e reutilizada por muitos autores como uma estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social. Fala-se em um modo de produção alternativo ao capitalismo e aos efeitos da mundialização do neoliberalismo, sendo que o mais discutido é o desemprego e a precarização do trabalho em conjunto com a ofensiva aos direitos sociais conquistados. (SINGER, 2007,p.4)

Este movimento se caracteriza por práticas fundadas em relações de colaboração solidária inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. Esta nova prática de produção e consumo privilegia a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

Os interpretes da economia solidária destacam certas qualidades que a fazem singular, argumentando que se trata de uma organização econômica baseada na horizontalização do poder, na autogestão, na cooperação e na solidariedade, que busca autonomia e laços de trabalhos não burocratizados e antagônicos – separação de quem decide e quem executa; fazendo então suscitar uma emancipação do trabalho, que deixa de ser alienado e transformado em uma simples mercadoria. Com isso, o principal mecanismo de funcionamento da Economia Solidária seria a autogestão. (SINGER, 2007, p.5)

As manifestações da economia solidária são diversas, dentre as quais destacam-se: grupos informais e cooperativas de produção, de consumo solidário ou de serviços; entidades e grupos de crédito solidário e fundos rotativos; grupos e clubes de trocas solidárias com uso de moeda social (ou comunitária); empresas recuperadas e de autogestão; estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, entre outras iniciativas.

O FBES é hoje a instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de economia solidária no Brasil. Representa também o movimento frente ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal, através da Coordenação Nacional e dos fóruns estaduais e municipais) e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais.

O FBES estrutura-se de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de economia solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos. Para isso, é estruturado através de uma Coordenação Nacional, um Conselho Interlocutor, uma Secretaria Executiva Nacional, Fóruns Estaduais de Economia Solidária, Entidades e Redes Nacionais de Fomento, e Grupos de Trabalho da Economia Solidária.

A sua principal instância de decisão é a Coordenação Nacional, que consiste nos representantes das entidades e redes nacionais de fomento, além de três representantes por estado que tenha um Fórum Estadual de Economia Solidária ou Comissão Pró-Fórum. Destes, dois são empreendedores e um é assessor ou gestor público. A Coordenação Nacional reúne-se duas vezes ao ano.

Para a gestão política cotidiana, interlocução com outros movimentos e com o Governo Federal e acompanhamento da Secretaria Executiva Nacional, há uma Coordenação Executiva Nacional, composta por 13 pessoas, sendo 07 representantes de empreendimentos (02 do norte, 02 do nordeste, e 01 para cada uma das demais regiões), 05 delegados das Entidades e Redes Nacionais de promoção à Economia Solidária, e 01 da Rede Nacional de Gestores Públicos. Por fim, para dar suporte aos trabalhos do FBES, propiciar a comunicação entre as instâncias e operacionalizar reuniões e eventos, há a Secretaria Executiva Nacional.

Existem ainda Grupos de Trabalho (GT's) que se formam conforme a demanda de ações específicas do FBES e para o avanço na implantação da Plataforma da Economia Solidária. Os GT's atuais são: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo.

Para nortear as ações do Fórum Brasileiro, existem e estão permanentemente em construção a Carta de Princípios da Economia Solidária e a Plataforma da Economia Solidária. Enquanto a Carta de Princípios fornece elementos de fundamentação para o movimento, a Plataforma apresenta as principais metas que devem ser alcançadas, além de servir como documento para subsidiar a interlocução junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e outras instâncias do poder público. A Plataforma da Economia Solidária foi acolhida integralmente pela SENAES em seu plano plurianual de ação.

Os eixos de ação do FBES (detalhados na Plataforma) são sete:

- 1) Organização Social do Movimento de Economia Solidária;
- 2) Redes de Produção, Comercialização e Consumo;
- 3) Finanças Solidárias;
- 4) Marco Legal;
- 5) Educação;
- 6) Comunicação;
- 7) Democratização do Conhecimento e Tecnologia.

Para avançar na concretização dos sete eixos apontados na Plataforma da Economia Solidária, o FBES tem a estratégia dos Grupos de Trabalhos em parceria com a SENAES. Sublinhamos a seguir as principais ações do FBES ordenadas tematicamente.

Conselho Nacional de Economia Solidária

O CNES foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego. Foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Tem por atribuições principais a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal e o acompanhamento da execução destas ações no âmbito de uma política nacional de economia solidária. A composição do CNES foi objeto de extensas negociações, visando a garantir a representação efetiva tanto da sociedade como do Estado – representatividade essencial para que a interlocução em seu meio resulte no aprimoramento permanente das políticas públicas. Acordou-se que o Conselho seria composto por 56 entidades, divididas entre três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária, conforme Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006 que dispõe sobre sua composição, estruturação e funcionamento.

Conferências Estaduais e Conferência Nacional

A partir de sua implantação, o CNES teve o papel de convocar as Conferências Estaduais de Economia Solidária a se realizarem em 2006, as quais culminaram na Conferência Nacional da Economia Solidária no mesmo ano. Estas conferências foram estratégicas para o fortalecimento do movimento no país, e por isso contou com a participação ativa do FBES através dos Fóruns Estaduais na mobilização e organização.

A Conferência Nacional de Economia Solidária é um espaço público envolvendo os empreendimentos econômicos solidários e suas organizações, entidades de apoio, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil e o poder público federal, estadual e municipal; para debater e definir propostas para o fortalecimento da Economia Solidária no país. Além de contribuir para a formação política das/os participantes, pelo aprofundamento do debate das grandes questões nacionais e locais da economia solidária, a I CONAES deverá definir propostas no âmbito das políticas públicas voltadas para a economia solidária. As Conferências Estaduais serão as primeiras instâncias de deliberação da I CONAES, e neste sentido, fator indispensável para a participação de delegados estaduais na Conferência Nacional. (SENAES, 2003, p 2)

Fóruns Estaduais

O fortalecimento do movimento consiste na existência de fóruns estaduais fortes, atuantes e mobilizados. O FBES tem conseguido se articular em nível nacional e agora

tem incentivado cada vez mais o fortalecimento dessas divisões estaduais através da distribuição de informações, potencialização de trocas de experiências e visitas às unidades federativas. O FBES compilou um Projeto Nacional de Fortalecimento dos Fóruns Estaduais a partir dos planos estaduais, e tem empreendido a busca de recursos para viabilizá-los.

Encontros Regionais

Em 2006 o FBES realizou encontros regionais nas cinco regiões do país, com o objetivo de fortalecer os fóruns a partir da troca de experiências na gestão, sustentabilidade e articulação política dos mesmos. Com estes encontros obteve-se uma maior articulação em nível regional do movimento, tirando do isolamento empreendimentos solidários fóruns estaduais e municipais. Foram momentos que facilitaram o estabelecimento de cadeias produtivas, intercâmbio de informações. Promoveram a cooperação entre esses fóruns na medida em que um estado que estava mais bem organizado e articulado passou sua experiência para os estados que estavam começando a organização de seu fórum.

Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários

Em 2004, o FBES organizou o I Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária, reunindo cerca de 2300 representantes de todos os estados brasileiros e de todos os segmentos do movimento. Neste encontro, a Plataforma da Economia Solidária foi debatida e aprofundada, e como principal resultado houve uma compreensão mais consistente dos empreendimentos sobre o assunto e sobre o seu papel como protagonista no mesmo.

Inúmeras experiências populares coletivas de produção e de geração de renda se multiplicam, já há algum tempo, no Brasil, e em outros países, como resposta ao problema do desemprego crônico a que vêm sendo submetidas parcelas significativas dos trabalhadores. Isso porque, se por um lado tais pessoas se apresentam como desqualificadas e incapazes de atender às exigências cada vez maiores de capacitação e habilidades apresentadas como pré-requisitos para a obtenção de um posto de trabalho no mercado formal, muitas vezes têm competências únicas, como a capacidade de elaborar produtos artesanais ou podem facilmente desenvolver outras competências, relativamente simples, que as permitam prover renda e dessa forma, sobreviver. Surgem, assim, empreendimentos que partem da associação de pessoas que desejam obter algum meio de vida ou de renda por intermédio do trabalho e que se juntam a partir de algo que acreditam possuir em comum ou de alguma atividade que já realizem em comum. (SINGER & SOUZA, 2000, p 17)

Marco Legal

Para os subsídios aos estados e municípios para a criação de legislações da economia solidária, buscou o FBES subsidiar o movimento em suas proposições e ações em prol da construção de leis (municipais, estaduais e federais) que a potencializem em suas várias dimensões: produção, crédito, comercialização e consumo – institucional, corporativo e individual – nos diferentes campos da legislação que afetam diretamente o movimento, como as leis trabalhistas, de falências, de crédito, de cooperativismo e de incentivo ao mesmo, entre outras.

Anteprojeto de Lei das Cooperativas de Trabalho: O FBES tem organizado debates e oficinas em torno do Anteprojeto de Lei que visa formalizar as cooperativas de trabalho. Tais eventos servem de subsídio ao movimento para que a mobilização busque garantir que esta lei esteja em consonância com os princípios, valores e particularidades da economia solidária. Essa lei é de grande importância para o estabelecimento de um marco legal que reconheça formalmente a economia solidária como um segmento da economia nacional.

O banco de dados sobre o marco jurídico dos direitos humanos, da economia solidária e do terceiro setor surgiu da necessidade de sistematizar normas constitucionais, legais, infralegais e jurisprudências acerca destes temas, visando atender aos apelos por uma cidadania plena. As informações pesquisadas foram compiladas em uma base de dados para permitir fácil consulta aos principais interessados e beneficiários no trabalho realizado que são os cidadãos. Aos usuários desse sítio procedeu-se então o desenvolvimento de uma árvore com temas, sub-temas e questões, relacionadas aos direitos humanos, economia solidária e terceiro setor, para através destas, ser possível localizar tudo o que foi pesquisado sobre o assunto. (SINGER, 2002, p 24)

Fórum Social Mundial

A história do FBES está intimamente ligada à história do Fórum Social Mundial, e a economia solidária tem se mostrado crescentemente presente neste encontro anual, em especial, em sua quinta edição (2005), quando, com presença ativa do FBES, fez parte da própria infra-estrutura do evento (alimentação, tablados, segurança, confecção das bolsas dos participantes, entre outros).

Além disso, o FBES coordenou o trabalho de confluência internacional de economia solidária, articulando as mais de 120 oficinas e seminários que se realizaram nesta área durante o evento.

1.4 As principais políticas nacionais de economia solidária

Sistema de Informação em Economia Solidária

O FBES tem contribuído com a SENAES na elaboração do mapeamento, na sua implementação e na articulação com os estados através de seus respectivos fóruns, que fazem parte das Equipes Gestoras Estaduais que coordenam o mapeamento em cada unidade federativa.

O Sistema de Informações em Economia Solidária é uma iniciativa pioneira da SENAES/MTE, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, para o dimensionamento e caracterização da economia solidária em todo o Brasil. Entre 2005 e 2007, foi construída uma primeira base de dados, com abrangência de 52% dos municípios brasileiro, quando foram cadastrados 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), dos quais participam 1.687.496 pessoas. Em 2009, as equipes do mapeamento voltarão a campo para a construção de uma segunda base de dados, a partir da revisita dos EES já mapeados, bem como da identificação de novos empreendimentos. Outras novidades do mapeamento 2009/2010 incluem: a aplicação de um “Complemento Mulheres” em todos os EES onde existam mulheres trabalhando; e a introdução de um módulo novo sobre as Políticas Públicas de Economia Solidária. (MIRANDA, 2009, p 35)

Através do Programa de Feiras de Economia Solidária, em 2006 aconteceram as Feiras Estaduais desenvolvidas em parceria entre a SENAES, o FBES e o Instituto Marista de Solidariedade. Estas feiras têm três objetivos principais: proporcionar um espaço de comercialização dos produtos da economia solidária; promover formação para os próprios empreendimentos solidários envolvidos na feira e público em geral; e dar visibilidade ao movimento e aos respectivos conceitos, devendo se articular à campanha nacional *Economia Solidária: Outra Economia Acontece*.

A julho de 2005 destacou-se também a realização da I Feira de Economia Solidária do Mercosul, em Santa Maria-RS, com intensa participação de empreendimentos solidários do Brasil e de outros países da América Latina.

As Cadeias Solidárias de Produção, Comercialização e Consumo trabalham na perspectiva de fortalecer os empreendimentos de economia solidária através do estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo. A Cadeia do Algodão é um exemplo de como avançar neste campo. As 60000 bolsas de pano entregues aos participantes do Fórum Social Mundial de 2005 foram confeccionadas através da articulação entre empreendimentos solidários de confecção, costura e serigrafia da região Sul do país.

O Sistema Nacional de Comercialização Solidária tem sido intenso no trabalho, dentro do FBES, no sentido de construir um Sistema Nacional de Comercialização

Solidária. Para isso, articulações e fóruns como o Faces, entre outros, têm se envolvido ativamente neste campo.

Um dos principais desafios do Comércio Justo e Solidário brasileiro é ver aprovado o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, que possa institucionalizar e reconhecer os princípios e critérios do CJS, bem como, se abrir para a constituição de um conjunto de políticas de apoio e fomento para os empreendimentos econômicos e solidários (do campo e da cidade). Bem como, a criação de um **SELO NACIONAL da ECOSOL** que possa ser a expressão para os consumidores de toda a história, princípios e missão da economia solidária brasileira. Segundo o calendário do Fórum Brasileiro de ECOSOL, esse Selo foi lançado em dezembro de 2009. (SINGER, 2002, p 62)

O Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES), através do FBES, está elaborando uma proposta composta por um fundo de fontes diversas e a construção de uma política com metodologia e princípios para o processo de repasse do mesmo.

O PRONADES conjuga uma série de ações voltadas ao fomento, promoção, desenvolvimento, articulação da economia solidária em vários níveis, como formação, assistência técnica, comercialização, crédito, dentre outros, das quais a mais expressivas é o projeto Brasil Local. (MIRANDA, 2009, 17)

O Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, através do FBES, tem contribuído fortemente com o planejamento, implementação e seleção dos trabalhos do Programa de Apoio A Projetos Produtivos Solidários, realizado em parceria entre o BNB e a SENAES. Conseguiu, por exemplo, coletar 37 propostas de organizações e comunidades que atuam com projetos de fundos solidários e/ou rotativos no país. Destas, 12 foram aprovadas para participar de programa de apoio do BNB e da SENAES, dentro do limite inicial de 1 milhão de reais. Ao todo foram identificadas no semiárido brasileiro 180 organizações que trabalham com Fundos Solidários Produtivos. O comitê gestor do projeto do BNB/SENAES é composto por representantes do Multirão de Combate À Fome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do FBES, da Articulação do Semiárido (ASA), do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) e de representantes do BNB e da SENAES.

O banco de dados do Marco Jurídico da Economia Solidária no país está em fase final de implantação (a ser disponibilizado via internet) com uma sistematização de toda a constelação de leis existentes no país que de alguma maneira estão relacionadas e são de interesse da economia solidária. Neste arcabouço é disponibilizado também o acúmulo de experiências já existentes nesta área (leis já aprovadas em municípios, estados e no Governo Federal).

A criação da campanha nacional *Economia Solidária: Outra Economia Acontece*, desde 2003, teve a contribuição do movimento, desde a estruturação da proposta apresentada com o objetivo de dar maior visibilidade à questão no país, além de atentar o público em geral sobre a importância de se perceber o consumo como atitude ética e política.

O FBES tem construído ferramentas para potencializar a comunicação interna do Fórum e divulgar o movimento ao público em geral – o Sistema Dinâmico de Comunicação Interna e Externa. Uma nova página de internet, com manutenção de listas de correio eletrônico e a realização de boletins quinzenais são algumas das iniciativas nesta área. Em encontros regionais, representantes dos fóruns estaduais são capacitados para poderem contribuir diretamente com notícias, agenda de eventos e manutenção de página do próprio Fórum Estadual dentro do portal do FBES.

A formação dos Centros Nacionais e Regionais de Formação em Economia Solidária é uma das prioridades do movimento, com atividades diversas já ocorrendo por iniciativa das várias entidades de fomento e assessoria do FBES, com o objetivo de articular estas experiências em prol da constituição de uma metodologia comum de formação na área. Deste evento foi elaborado, além de um documento de sistematização destas experiências, uma estratégia nacional de fortalecimento das ações desta formação, de acordo com metodologias que atendam às especificidades da economia solidária, sempre respeitando as diversidades regionais.

Os Centros de Formação em Economia Solidária fazem parte das estratégias da Política Nacional de Formação em Economia Solidária - PNES, proposta que vem sendo construída há algum tempo, permeando os debates do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. A Plataforma do Movimento propõe a criação de centros de referência onde sejam ofertados cursos para agentes multiplicadores da Economia Solidária. (GÓES, 2009, p 45)

Durante o ano de 2005, o FBES contribuiu com a elaboração da estratégia de seleção dos municípios a serem contemplados com os Centros Públicos de Referência em Economia Solidária, construindo um Termo de Referência dos Centros Públicos, em que se destaca a necessidade de realização de Audiências Públicas nos locais onde houver projetos pré-selecionados para garantir a efetiva mobilização e processo participativo em torno da criação dos centros públicos. Representantes do FBES e da SENAES participarão destas audiências nos municípios proponentes.

1.5 Economia solidária na Paraíba: conquistas e desafios.

O estado da Paraíba, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD/2006), tem o 3º pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas questões pobreza e violência. E, de acordo com estudos promovidos pela UFPB (2008), metade da população paraibana encontrava-se sobrevivendo abaixo da linha da pobreza, com cerca de 1,4 milhão de miseráveis. A capital, João Pessoa, foi apontada como o município paraibano que deteve a pior distribuição de renda do Estado em 2007. A capital também ocupava, nesse ano, a 16ª colocação em termos de maior desigualdade na concentração de rendimentos entre as 5564 cidades brasileiras, apesar de ter o maior PIB do estado.

Os dados do IBGE com base na pesquisa Mapa de Pobreza e Desigualdade 2007, que utilizou levantamentos feitos na Pesquisa de Orçamentos Familiares do ano de 2003 apontaram que Campina Grande estava na 66ª posição entre as localidades que tiveram maior incidência de pobreza, com 58,9%. O estudo mostra também que 95% das cidades paraibanas tinham mais da metade da população vivendo na pobreza absoluta. Dos 223 municípios, 112 possuíam mais de 50% de moradores pobres. Dentre os principais problemas vividos pelos paraibanos, foram destacados o desemprego e a fome.

A falta de oportunidades no campo e nas cidades e a elevação do grau de pobreza, sobretudo nos últimos dez anos, têm impulsionado os paraibanos a buscarem alternativas de sobrevivência na organização de atividades que sejam capazes de promover inclusão social, geração de oportunidades de trabalho e desenvolvimento para as comunidades mais pobres.

A economia solidária tem se apresentado como um conjunto de práticas de comercialização, produção, consumo, crédito e trocas de produtos e serviços realizados de forma coletiva, autogestionária e democrática. Essa nova forma de economia, na qual o ser humano é colocado como central, em detrimento do lucro, tem se manifestado nos vários recantos do país e também na Paraíba, com enorme importância. Tal manifestação tem se dado a partir da organização dos grupos de produção, das associações e das cooperativas.

A economia solidária também tem se mostrado como uma importante alternativa ao desemprego e à exclusão social causada por problemas estruturais graves, consequência de um modelo de desenvolvimento que reproduziu a concentração da renda, o empobrecimento de enorme parcela da população.

Enquanto prática produtiva tem sido capaz de promover, além da autoestima das pessoas marcadas pela exclusão social, novas oportunidades de ocupação e renda para os despossuídos de qualquer chance de crescimento.

A economia solidária tem se manifestado enquanto prática redentora para as comunidades e minorias sociais do país, quando se percebe em cada experiência uma alternativa inovadora para encarar os problemas e para promover novos processos produtivos. A força da economia solidária representa para uma grande quantidade de paraibanos uma esperança que surge sem barreiras para quem pretende participar, sem fronteiras e sem os tradicionais preconceitos e valores do modelo tradicional de produção.

Na pesquisa realizada para a construção do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES, 2005) ficou constatado que dentre os principais problemas enfrentados para a sedimentação dessa nova economia, a dificuldade para comercializar os bens e serviços advindos dessas atividades produtivas é o maior de todos os desafios a serem enfrentados, seja por falta de espaços adequados de comercialização, pela ausência de tecnologias que favoreçam os processos de comercialização e agregação de valor aos bens, ou por deficiências estruturais identificadas nas fragilidades de escoamento dos produtos.

De fato, um olhar sobre a organização dos meios de produção mobilizados pela economia solidária certamente poderá mostrar tais fragilidades. O mercado tradicional marginaliza e impõem restrições e barreiras à comercialização dos produtos construídos em processos coletivos, artesanais, criativos e emancipatórios. Por outro lado, cabe lembrar mais uma vez que a origem dos empreendimentos coletivos e autogestionários advém da dificuldade de sobrevivência por parcela significativa da população que vive na pobreza, o que salienta o fato de que quem se junta para produzir com o propósito de superar o desemprego e a fome não possui, originalmente, capital produtivo para injetar nos seus negócios. Por tais motivos, os empreendedores da economia solidária não possuem lojas, programas de marketing, sistema de transporte ou formação voltada à superação dessas deficiências, entre outros mecanismos também importantes.

Uma das formas encontradas por diversos produtores da economia solidária para superar essas deficiências tem sido, por exemplo, a organização de pequenas feiras itinerantes, que diversificam os produtos comercializados e exploram a criatividade, a cultura popular e o compromisso dos produtores com valores éticos inseridos nos processos produtivos, como elementos capazes de incitar a fixação desses bens e

serviços produtivos na cultura de consumo da sociedade.

Ainda há de se reconhecer que além dos grupos que estão organizados, a exemplo dos produtores que fazem parte do Fórum Estadual de Economia Solidária, a saída tem sido enfrentar a precariedade das margens das estradas, do comércio ambulante e informal e os eventos pontuais que geralmente são organizados pelo setor público, que pouco retorno dá e que não promovem ações sustentáveis. Assim, a criação de processos que promovem a comercialização da economia solidária é, reconhecidamente, a prioridade desse segmento socioeconômico, importante para as diversas comunidades de assentamento de reforma agrária: os produtores da agricultura familiar; as mulheres pobres organizadas em grupos e clubes de mães; para comunidades afrodescendentes; os jovens que se organizaram em busca de sua primeira experiência de ocupação; comunidades indígenas; os artesãos; as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família que buscaram na economia solidária uma porta de saída para a dependência da transferência de renda; as populações que sobrevivem com a realidade do semiárido; os grupos organizados nas favelas urbanas e desempregados; entre tantos outros grupos e comunidades excluídas que têm na atividade de produção coletiva seu único meio de sobrevivência.

Fortalecer a dinâmica da economia solidária é, por outro lado, permitir que essas práticas se sedimentem e se tornem culturais, de tal forma que possam ampliar a influência dessa nova economia sobre a concepção desse modelo de desenvolvimento, fundamentalmente, em um estado como a Paraíba, onde mais da metade da população encontra-se sobrevivendo abaixo da linha de pobreza. É também possibilitar a ampliação das oportunidades para o surgimento de novos grupos com o propósito de enfrentar de forma soberana e autônoma as raízes da fome e da pobreza.

Porém, antes de um aprofundamento na economia solidária, é de fundamental importância elaborar – ou pelo menos tentar – um levantamento histórico do seu surgimento e de seus pensadores, assim como os princípios em que se baseia a economia solidária/humanizadora, no intuito de, no futuro, aprimorar o debate a respeito deste “novo” conceito de economia.

O FEES/PB é um espaço legítimo de debate e de organização das lutas dos empreendedores e organizações da sociedade civil que estão no campo da economia solidária, lutando pela construção de uma sociedade mais justa, de outro mundo e de outra economia possível. Dessa forma, a utopia é o combustível que move e motiva os militantes a estarem organizados. O FEES/PB existe desde 1999, quando as primeiras

reuniões entre organizações do movimento social paraibano foram organizadas e pensaram a realização do primeiro encontro estadual no ano 2000. Por isso, pode ser considerado um movimento autônomo, protagonista e responsável.

O FEES/PB é composto por empreendedores e entidades de apoio e fomento de todo o estado. É um espaço de articulação política e de discussão sobre políticas públicas do movimento. Dentre as ações desenvolvidas pelo Fórum estão: os momentos de formação voltados para empreendedores; as plenárias que debatem a organização e as pautas do movimento; os encontros onde são debatidos os temas centrais do movimento e aspectos relativos à assistência da economia solidária.

O FEES/PB em 2005 realizou plenárias regionais (Zona da Mata, Agreste e Sertão), objetivando descentralizar os debates, a mobilização e a ação organizada da sociedade civil. Além das plenárias regionais, o FEES/PB também realizou, bimestralmente, plenária estadual, quando democratizava as temáticas e dividia tarefas entre seus grupos de trabalho. FEES/PB tinha quatro GT's: Formação (que pensava a metodologia e os conteúdos a serem estudados, além de definir temas para os momentos de formação, tendo como principal mecanismo formador o uso da metodologia da Educação Popular); Produção, Comercialização e Consumo (que debatia e viabilizava oportunidades para a comercialização dos produtos dos empreendimentos solidários, e que reflete sobre as necessidades dos empreendimentos acerca da formação e estruturação dos mesmos que apoiavam e acompanhavam os empreendimentos coletivos formados e em formação); Equipe Gestora Estadual (que tinha a responsabilidade de coordenar a pesquisa, realizada pela SENAES em parceria com o FBES, sobre a existência de empreendimentos populares solidários existentes na Paraíba); e Comunicação (responsável pela divulgação das informações de interesse do movimento e de outros movimentos populares existentes).

O FEES/PB tinha como principais parceiros governamentais a Delegacia Regional do Trabalho da Paraíba (que representa a SENAES/MTE) e as prefeituras de Campina Grande e de João Pessoa. Dentre as principais preocupações do FEES/PB identificadas durante o V Encontro Paraibano de Economia Solidária (2005), estão: articulação das políticas públicas que favorecem a economia solidária; o debate sobre políticas de crédito; o fortalecimento do movimento; a política de formação e assistência para os empreendimentos populares solidários; o fomento à comercialização dos produtos da economia solidária. Outras ações da economia solidária:

A Feira Nacional de Economia Solidária (TEIA) – São Paulo; as Pré-

Conferências de Economia Solidária (três); a Conferência Regional de Economia Solidária em Brasília (36 Delegados).

As ações desenvolvidas pelo FEES/PB em 2006 foram a ampliação da organização no Sertão e em Campina Grande. Na Zona da Mata ocorreu crises, contudo, obteve um pequeno crescimento quando foi definido que o Fórum é um espaço da sociedade civil, ligada aos movimentos sociais, decisão importante para a construção da identidade. O FEES ganhou mais caráter de movimento: o esforço feito pelo governo para trabalhar a Rede de Gestores tem contribuído; as parcerias construídas (BB; SEBRAE; CEF; BNB) fortaleceram as atividades; a aproximação do FEES aos órgãos do governo estadual abriu perspectivas de avanço no diálogo; ampliou a estrutura para realização das atividades; adquiriu equipamentos para realização das mesmas; formou uma Secretaria Executiva; dialogou com organizações do Brejo para construção do Fórum naquela região; ganhou mais visibilidade.

Algumas questões discutidas em 2007 foram: o regimento Interno do FEES, as pautas nacionais, a Lei Geral do Cooperativismo; a Lei das Cooperativas de Trabalho; o Microcrédito; a relação com o poder público; e o diálogo com o governo estadual.

Em 2008, realizou-se uma reunião do FEES-PB, dia 11 de março, às 9h, na Casa Brasil, localizada na rua das Trincheiras. Este evento acontecia a cada dois meses para a formação e discussão dos interesses do movimento.

Participaram da reunião os empreendimentos membros do fórum e as entidades de assessoria: o Instituto Cidades, a Unitrabalho, a Cáritas Brasileira e a Cáritas Diocesana. Os pontos de pauta discutidos se dividiram entre ajustes no planejamento anual, informes e questionamentos para a plenária nacional que aconteceu em Brasília, de 26 a 28 de março de 2008.

Um dos destaques da pauta foi a discussão para a implementação do Centro Público de Economia Solidária, que tem como proposta a criação de um espaço para comercialização de produtos oriundos da economia solidária, formação e organização dos empreendimentos. A retomada do Projeto Brasil Local também foi informada durante a reunião.

Em 2009, o FEES, representado por uma comissão, dialogou com a gestão municipal de João Pessoa a partir da questão de que a Diretoria Municipal de Economia Solidária foi resultado de uma proposta feita pelo Fórum Estadual para ser um instrumento de apoio às políticas desse campo a serem construídas a partir do diálogo com empreendimentos e entidades de assessoria que compõem o Fórum. Com o intuito

de dar conta dessa missão, compactuou sobre a compreensão de que coordenar o referido setor. Sua administração deveria ser composta – coordenação e quadro técnico – por profissionais com perfil e caminhada dentro do movimento.

O Fórum se propôs a fazer a indicação de nomes com competência técnica e política para cumprir a importante missão, por compreender que estaria contribuindo para que a mesma orientação fosse cumprida integralmente, inclusive, dando legitimidade aos profissionais. A indicação do ex-diretor foi fruto dessa construção e, depois de sua saída, passou-se a discutir outros nomes e outras indicações foram feitas, sempre pautadas pela mesma coerência. No entanto, não foi recebido o devido retorno por parte da administração municipal.

A economia solidária tem um potencial de crescimento e sedimentação, tanto no meio rural como no urbano muito importante para os setores da sociedade que estão à margem do modelo econômico vigente. Todavia, para que este desenvolvimento se materialize é necessário que o Estado atue na condição promotor e dinamizador desse processo. Os que estão nesta organização acreditam que nenhum setor produtivo é capaz de se consolidar sem que as condições fundamentais sejam garantidas pelo Estado. Tem sido assim, historicamente, no modo de produção capitalista, onde as elites se apropriam da riqueza e aparelham o Estado em favor de um projeto privado de acumulação de riquezas. Por isso, o FEES acredita que o grande papel da administração pública municipal é atuar no sentido de garantir a partir de sua esfera.

2. MULHERES, HISTÓRIA E SABERES: CONSTRUINDO ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1. O trabalho feminino e a economia solidária

Na Inglaterra do século XIX, com o desenvolvimento tecnológico e a introdução significativa da maquinaria, observou-se uma intensificação do contingente de mão-de-obra feminina transferida para as fábricas, onde as operárias começaram a sofrer uma super-exploração advinda das diferenças salariais e da precarização das condições de trabalho, além de executarem trabalhos mais repetitivos e monótonos, totalmente desprovidos de conteúdo.

Já no século XX, com as profundas metamorfoses do mundo do trabalho, nas quais se inclui a flexibilidade como um dos fatores-chaves, o trabalho profissional da mulher se concentrou no setor de prestação de serviços, havendo uma demarcação de funções que correspondeu a uma desvalorização de tarefas.

Durante séculos, nesse contexto de apropriação do saber do trabalhador, às mulheres foram destinadas as tarefas que culturalmente a sociedade identificava com o trabalho feminino ou “mais apropriadas à sua natureza”, ou seja, aquela que requeriam atributos como delicadeza e paciência, incluindo elevado grau de repetitividade de seus conteúdos. Discriminou-se o trabalho da mulher, que era somente associado às atividades domésticas, cabendo às trabalhadoras funções e atividades menos qualificadas.

Com a reestruturação de produção, a cooperação entre as equipes de trabalho torna-se um elemento-chave. Mas as mulheres permaneceram com as tarefas mais repetitivas e desqualificadas, diferenciando-se das destinadas aos homens, consideradas como “nobres” e relacionadas com as novas tecnologias microeletrônicas (HIRATA, 2002a; SOUZA, 2000).

Com o crescente desemprego, as transformações no mercado de trabalho e na própria organização econômica no Brasil e no mundo desencadearam processos de expansão de novas formas de organização da produção. Grande número de experiências coletivas se dissemina em todo o país, caracterizado por diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares, no campo e na cidade, que configuram, em seu conjunto, a chamada economia solidária (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2003).

Observa-se, então, o reaparecimento de formas coletivistas e solidárias de produção, com um resgate da economia solidária praticada por operários desde os primórdios do capitalismo industrial como alternativa à pobreza e ao desemprego, resultantes da difusão desregulamentada das máquinas no começo do século XIX (SINGER, 2002).

A economia solidária se constitui em práticas alternativas à economia capitalista, que é vista não como única, mas como dominante ou hegemônica. Centrada importância das práticas, um viés importante que ela apresenta é o resgate experiências e de uma tradição de organização do trabalho e da produção, a extração da mais-valia e a alienação do trabalho. Paul Singer resgata as origens da economia solidária nas experiências de sindicalistas e socialistas utópicos no século XIX como uma reação à desestruturação do trabalho e da vida dos trabalhadores na industrialização nascente. (NOBRE, 2003, p. 91)

As relações sociais presentes neste século são marcadas pela desregulamentação dos mercados, levada a efeito pela via da globalização e pela flexibilização dos processos produtivos e das relações de trabalho. As faces mais visíveis dizem respeito à crise do emprego e à fragilização da cobertura social que marcaram a década de 90 em todo mundo. Época essa de aumento da instabilidade para os trabalhadores, já que as transformações tecnológicas próprias do processo de acumulação de capital mudam também o significado social do trabalho à medida que imprimem um caráter provisório a muitos postos de trabalho e que as ocupações no processo produtivo e organizacional e, conseqüentemente, nas posições delas decorrentes, denotam ausência de perspectiva e lugar seguro na sociedade.

Nessa conjuntura se constroem e se recompõem ações coletivas com questões e demandas diferenciadas. Novos atores sociais emergem nas sociedades contemporâneas. A economia solidária pode ser vista por esta ótica, uma vez que a forma concreta de uma sociedade faz emergir determinados movimentos sociais, ou seja, eles nascem de dada condição estrutural. Os conflitos podem emergir e reemergir numa sociedade capitalista, visto que ela é dinâmica e que apesar de passar por períodos de crise, estes são intimamente ligados a determinações econômicas e políticas: ela se modifica e se moderniza.

A economia solidária é, portanto, uma reação contemporânea que ganha expressão e visibilidade no Brasil particularmente na década de 80, onde o agir coletivo se coloca como uma alternativa possível para os atores sociais que estão, em sua grande maioria, excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo. Nela eles se organizam pela via da solidariedade, do trabalho coletivo e do reconhecimento de um ponto em comum: a busca de trabalho e renda. De modo geral, pode-se dizer que

pessoas ou grupos se associam em empreendimentos solidários para compensarem, pela agregação de recursos que cada um dispõe, a ausência de direitos sociais e econômicos provocada pela concentração capitalista e pelo insignificante crescimento econômico.

Um processo de organização coletiva como esse pode transformar o papel das mulheres na sociedade, como a identidade a elas relacionada, apesar de não ser um movimento ou ação coletiva apenas delas. Ampliando este olhar sobre a economia solidária e considerando as relações sociais de gênero, tem-se algo interessante, que é a grande participação das mulheres e também sua expressiva presença como dirigentes nos diferentes setores dessas organizações.

Segundo Louro (1997, p.21), o conceito de gênero foi introduzido a partir do movimento feminista contemporâneo do início do século XX com a finalidade de entender o que foi socialmente construído sobre os sexos e, ao mesmo tempo, afastar um determinismo biológico implícito no uso do termo sexo. Buscavam, através da linguagem, construir uma categoria de análise capaz não só de destacar o caráter “fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”, mas também de interrogar e desconstruir a legitimidade da matriz sexual/biológica na constituição de sujeitos femininos e masculinos.

Para Saffioti (1992) o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social. Seu conceito deve ser capaz de captar as relações sociais, bem como as transformações historicamente sofridas através dos mais distintos processos sociais, na qual as relações de gênero têm lugar e que pode também ser visto como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos.

Assim, o papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Começa a ser construído na família, definido a partir das diferenças sexuais. Um aspecto essencial a ser lembrado é uma série de importantes transformações sociais e avanços ocorridos nas mais diversas áreas (tecnologia, economia, política, cultura etc.) da vida humana, que não foram suficientes para resolver as diferenças sociais e econômicas existentes.

As diferentes condições em que vivem homens e mulheres são ocasionadas pelas construções sociais e econômicas, as quais geraram diferenças, já que não são apenas os homens os únicos responsáveis pelo sustento da família, pois as mulheres têm buscado alternativas de inserção na produção encaradas como complementares às suas obrigações e responsabilidade, sacrificando, assim, suas liberdades e desejos pessoais.

No contexto da economia solidária a emancipação dessas mulheres no

universo produtivo passa pelo aspecto de romper com as amarras – seja de ordem econômica, política ou cultural – sob as quais se encontra o ser humano, tendo na dimensão econômica a revelação subjacente às falas, o respaldo para a efetivação e vivência de sua emancipação.

O significado da luta de gênero não está em romper o elo estrutural, já que a luta de emancipação social passa pelo rompimento com o elo cultural, percorrendo caminhos próprios nas diversas esferas da sociedade em seus microespaços. Assim, a concretude para a realização da emancipação das mulheres parte da rejeição de uma situação em que nega condições dignas a sua existência, o que provoca conflitos, denúncias e proposições alternativas a essa situação (LINS, 2006).

As relações de gênero são construções socioculturais, produtos de um processo social que se dá em todas as esferas, espaços e instâncias sociais, em que formas e modo de opressão de gênero se realizam culturalmente e tomam formas específicas a cada momento histórico. No contexto de trabalho solidário, as mulheres contam com espaços de discussões, partilham ideias, opiniões e sentimentos que abrem um horizonte e um leque de caminhos para a articulação entre a vida familiar e várias experiências com as quais se relacionam. Dessa forma, o desejo humano cria o desejável que é um projeto proposto para um fim. Nesse exemplo os grupos de produção constituídos na sua maioria por mulheres agem e realizam sua liberdade, mesmo sabendo que ela é regida e está regrada. Daí a importância da liberdade nas escolhas que mulheres e homens fazem.

As relações sociais produzidas no mundo do trabalho só podem ser compreendidas na sua completude se considerarem a divisão sexual do trabalho como um de seus estruturantes. Além de reforçar o binômio trabalho produtivo e reprodutivo, acrescenta a valorização ao trabalho produtivo como aquele desenvolvido pelos homens e ao trabalho desenvolvido pelas mulheres como apenas de natureza reprodutiva.

Do ponto de vista do trabalho feminino, o que se constata é que, apesar das inovações tecnológicas, a divisão sexual do trabalho permanece. Nesses anos, conforme apontou Abreu (1993), a tese de que as novas tecnologias microeletrônicas iriam permitir real igualdade entre homens e mulheres foi sendo desmentida. A eliminação das tarefas pesadas, sujas e insalubres próprias para o desenvolvimento masculino- de acordo com a concepção que marca as relações de gênero na sociedade-, com a entrada de inovações tecnológicas, permitiria maior incorporação das mulheres e a eliminação da discriminação a que estão submetidas no local de trabalho. Mas, na realidade, essa transformação não ocorreu. (NEVES, 2000, p.179)

Com o advento da globalização, a inserção das mulheres no mundo do trabalho tende a ser ainda mais precária, marcada, por um lado, por contratos em tempo parciais

na esfera do emprego, e, por outro lado, pelo alargamento do trabalho informal, caracterizado pela ausência de qualquer direito social. Entre o conjunto de trabalhadores/as obrigados/as a enfrentar as perversas consequências da precarização do trabalho, são as mulheres e as mais pobres as mais sujeitas à violência, as que têm menos acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, à formação profissional e técnica, ao crédito, à terra, embora desfrutem mais de educação hoje do que no passado.

Não estando incluídas no chamado mercado formal, marcado pela regulamentação dos contratos de trabalho, aos quais se encontram associados uma série de direitos, as estratégias desenvolvidas pelas mulheres têm sido marcadas por alto grau informalização, cujo traço principal é a precarização. Como observa Lavinas (1996), o setor informal, mais heterogêneo e flexível, menos regulado e protegido, torna-se sempre uma alternativa para as mulheres que querem trabalhar.

A crise no mundo do trabalho que tem como traço principal o desemprego (fenômeno estrutural) e a precarização das relações e condições de trabalho não atinge somente as mulheres, mas, pelas razões já expostas, reforça bastante as desigualdades de gênero oriundas da divisão sexual do trabalho.

Com o objetivo de enfrentar esses efeitos, movimento sociais, sobretudo o movimento sindical, universidades e ONGs, mobilizam-se e articulam-se em escala regional, nacional e global para pensar estratégias coletivas de mobilização e organização em busca de melhores condições de trabalho, apresentando como proposta um modo de organização da economia mais solidária.

Ainda que apresente origens remotas, a economia solidária adquiriu visibilidade e significado especial a partir da década de 70. Seus usos são múltiplos, chegando-se a associá-la à economia social, terceiro setor, economia informal, economia popular e até a entendê-la como novo modo de produção.

Expressa-se hoje como uma reação contemporânea, enquanto alternativa possível aos atores sociais, em sua grande maioria, excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo, onde pode haver uma organização pela via da solidariedade, do trabalho coletivo e do reconhecimento de um ponto em comum: a busca do trabalho e renda.

A economia solidária se propõe a romper com a divisão social do trabalho, criando espaços de socialização mais amplos, calcados na proposta de radicalização da democracia e no estabelecimento de novas formas de distribuições da riqueza como bases para uma economia e uma sociedade mais solidária. Ao afirmar tais características

como fundamento, aponta também para construção de um padrão de sociabilidade fundado em relações horizontais na esfera da produção e distribuição. É justamente esse traço que a constitui campo privilegiado para exercitar novas práticas e proporcionar convivências de igualdade e autonomia para as mulheres. Os valores propugnados, sobretudo no que concerne à construção de relações de solidariedade e horizontalidade no mundo da produção, parecem apresentar possibilidades para construção de relações de gênero mais igualitárias no mundo do trabalho.

A participação das mulheres na composição dos empreendimentos que integram a economia solidária é bastante expressiva. Sua presença hegemônica nesse espaço se deve ao fato de se tratar de um campo no qual elas buscaram se refugiar das interdições produzidas pela divisão sexual do trabalho, o que indica também uma possibilidade de enfrentamento da invisibilidade e da marginalização produtiva.

As diferentes condições em que vivem homens e mulheres não são ocasionadas pela diferença biológica existente entre ambos, mas pelas construções sociais e econômicas, as quais geraram uma relação social de sexo (KOLLONTAI, 1977, p13). Tais diferenças são observadas no mundo do trabalho através da divisão sexual do labor, sendo este hierarquizado. As relações de gênero são sustentadas e estruturadas por uma rígida divisão sexual do trabalho, onde o masculino ainda é mais valorizado que o feminino.

Os homens apresentam-se, por muito tempo, como os únicos responsáveis pelo sustento da família, por trabalharem, portanto, na produção e por exercerem funções de elevado valor social agregado (políticas, religiosas, militares), enquanto que as mulheres ficam excluídas da esfera pública, cabendo a elas as atribuições da reprodução (BEAUVOIR, 1968). Assim, num equivocado julgamento de valor social, o trabalho feminino ficou considerado como “leve”, “insignificante”, caracterizado como uma “ajuda” à família. Ao longo do processo histórico, as mulheres têm sido responsabilizadas pelas “obrigações” familiares: trabalho não remunerado, realizado gratuitamente para os outros membros familiares, considerado de importância secundária e, portanto, um trabalho invisível, “feito não para si, mas para os outros, sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2003, p 56).

Como “oficialmente” os homens são considerados os provedores da família, o trabalho realizado pelas mulheres é encarado como complementar às suas “obrigações familiares”, sua “verdadeira” ocupação e responsabilidade. Portanto, os salários recebidos por elas em funções iguais às exercidas por eles são geralmente inferiores. As

empresas e o poder público são coniventes com essa estrutura social e econômica, contribuindo para que as mulheres, tendencialmente, abdicuem de um trabalho formal para atender às “necessidades” familiares, sacrificando, assim, suas liberdades e desejos pessoais em nome do “bem coletivo”, da família, da sociedade.

A economia solidária ocupa lacunas deixadas pelo modo de produção capitalista que nem o mercado e nem o poder público conseguiram solucionar: o desemprego, a exclusão social, econômica e política, a insegurança alimentar, o acesso à educação e à saúde, etc. (GUÈRIN, 2003, p 75). Este movimento social é uma forma de organização econômica que adota os valores da democracia dentro do contexto econômico, prezando pelo trabalho coletivo, pela igualdade entre os membros, pela divisão do poder de decisão, pelos iguais direitos diante de decisões, pela fidelidade na representatividade do grupo. (SINGER, 2004).

Portanto, a economia solidária reúne um conjunto de iniciativas econômicas privadas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na democracia, na solidariedade e na cooperação, sendo realizada a elaboração conjunta da oferta e demanda a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais favorecem uma rearticulação econômica, social e política (GUÈRIN, 2003, 75). Para que isto ocorra efetivamente, é fundamental o estabelecimento de relações de confiança entre os membros, através de muitas reuniões, conversas, debates e discussões importantes para estabelecer a coesão necessária para que a economia solidária de fato aconteça.

A economia solidária está sendo construída por meio de uma constante busca de resgate da cidadania, em meio a erros e acertos e com envolvimento de um número crescente de agentes sociais na perspectiva das redes de informação-produção-consumo/troca. Garante a participação democrática com base na justiça e na solidariedade, cultivando os princípios da autogestão associativa. As pesquisas que vêm sendo realizadas sobre os empreendimentos tem demonstrado que estes trazem sinais concretos de novos caminhos que apontam para um novo modelo de desenvolvimento. Ainda está germinando, mas cada experiência tem um potencial de efeito demonstrativo. Mostram a possibilidade de viabilizar um desenvolvimento em escala maior, na perspectiva de se tornar hegemônico a longo prazo. (BESSON, 2003, p.117)

As mulheres, no decorrer da história, têm dedicado muito de sua vida para manter as relações de reciprocidade que proporcionam coesão à família e à sociedade, sendo estas expressas nas práticas de se reunir em grupos, seja no clube de mães, na igreja ou comunidade, nas relações familiares e comunitárias, o que facilita seu engajamento em movimentos solidários. Tendencialmente, as mulheres são as primeiras a se auto-organizarem devido às dificuldades materiais que o mundo feminino

apresenta, como o acesso à propriedade, à terra e ao crédito.

O trabalho assalariado das mulheres produzido na sociedade capitalista pode representar para elas a libertação proporcional à dependência econômica dos homens (MENSCHIK, 1978, p 59). Porém, facilitar o acesso das mulheres a atividades geradoras de renda não garante a igualdade real entre os gêneros, mas pode colaborar para romper com a separação entre produção e reprodução, com a divisão sexual do trabalho e ampliar a noção de trabalho. Segundo GUÉRIN (2003, p 76), a economia solidária apresenta-se como possibilidade de superar as diferenças de gênero por se tratar de uma organização que prima pela solidariedade e cooperação entre seus membros.

As experiências coletivas – em funções de liderança ou não – possibilitam reconhecimento e visibilidade às atividades das mulheres, e sua atuação ultrapassa a ação comumente a elas atribuída, de reivindicações sociais. Quebra-se, inclusive, a ideia de que as atividades de economia solidária são muito próximas do trabalho comunitário, tido como território das mulheres. São atividades de trabalho coletivo e solidário, mas não assistencialistas. São atividades produtivas geradoras de renda, como cooperativas e outros empreendimentos coletivos autogeridos, industriais e comerciais, com forte presença das mulheres.

A expressividade das mulheres líderes neste campo, assim como a sua representatividade em setores tidos como masculinos (des)constrói a ideia assimilada socialmente da superioridade masculina nas atividades laborais geradoras de renda.

À medida que as mulheres se integram ao mercado de trabalho, vai desaparecendo o modelo familiar-homem provedor de renda- mulher dona-de-casa e vai se abrindo um novo modelo que tende a se consolidar. O homem mantém seu papel quase intacto, mas a figura da dona-de-casa tradicional tende a desaparecer. Isso não significa que ela abandone suas tarefas de cuidado e gestora do lar, mas que de fato assume um duplo papel: o familiar e o do trabalho fora do lar.” (FARIA, 2003, p.25)

A atuação das mulheres na economia solidária a partir das atividades geradoras de renda abre um campo para que elas se tornem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens, mediante a propriedade coletiva. A renda também é mais bem equacionada entre homens e mulheres, visto que a distribuição do excedente parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados, no caso das cooperativas, independentemente do sexo. Nesse sentido, a economia solidária funciona como crítica à economia capitalista, que promove desigualdade de

remuneração no tocante ao sexo.

No cotidiano do trabalho, pensa-se que as mulheres humanizam mais estas relações, entendendo melhor as faltas, atrasos ou outros problemas, no geral, a mulher trabalhadora também tem uma jornada doméstica e outras responsabilidades com a família que são colocadas sob sua responsabilidade.

Enfim, com a propriedade coletiva dos meios de produção, a economia solidária propõe o rompimento com a divisão social do trabalho, visto que une proprietários dos meios de produção e trabalhadores, liga ou diminui a distância entre trabalho manual e intelectual, e a partir da gestão democrática e trabalho coletivo não se coloca como estratégia a divisão sexual do trabalho. Portanto, é um desafio num campo aberto de possibilidades.

E, nesses tempos difíceis, as classes populares da América Latina têm produzido ações de resistência à dominação e também ações propositivas, como é o caso da *outra economia*. Tais ações necessitam ser conhecidas, analisadas e os saberes nelas produzidos legitimados, especialmente os das mulheres, dado o lugar destas no lento e contraditório processo de construção de seu protagonismo no âmbito dessa economia. Trata-se de uma gestação que necessita ser nutrida e conhecida.

Homens e mulheres das classes populares sofrem (e produzem) diferentes formas de dominação e discriminação. São as mulheres, no entanto, que se constituem, predominantemente, no polo subordinado na histórica relação assimétrica entre os gêneros masculino e feminino. E elas vêm, entretanto, lutando e se afirmando como seres de seu tempo, esse enfrentamento nos próprios limites colocados à sua humanização. Nesse movimento vão criando e recriando modos de ser, de dar sentido às suas vidas e de produzir saberes.

Na Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste, muitas têm a vivência em ações comunitárias. Este conceito nomeia a realização e a organização de parcela do trabalho reprodutivo. Refere-se a ações de mulheres na comunidade na organização de grupos com fins diversos, como implementar ações de geração de renda ou atividades relacionadas ao cuidado de pessoas, envolvendo a participação em atividades promovidas pelas igrejas, sindicatos, movimento social urbano, ONGs, incluindo ações diversas de Educação Popular. Nesses espaços e tempos elas produzem múltiplos saberes relacionados à organização de pessoas, exercício do poder e ética.

A participação neste movimento levou-as a aprenderem sobre as vantagens da ação coletiva e do ato de compartilhar saberes para conquistar bens ou direitos. Diversos saberes de natureza política e organizativa são indicados, como: coordenar pequenos e

grandes grupos; elaborar propostas conjuntas; tomar decisão individual e coletivamente; construir consensos; encorajar pessoas a desenvolver e manter uma disposição para lutar por seus direitos; planejar ações, considerando estratégias e táticas; compartilhar, identificar, e saber agir, considerando relações de força em jogo, interesses de pessoas e de grupos; identificar as formas como lutam para defendê-los e aprender a enfrentar tensões quando não há consenso. Desse modo, aprender o que é e como realizar uma gestão democrática se mistura com o aprender uma perspectiva de gestão. Indicam o aprendizado de superar o medo de falar em público e valorizar a própria opinião, mantendo energia e iniciativa mesmo em situações hostis: o ter e usar a voz e a vez. (CESE/COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS, 2009).

A vivência no movimento de economia solidária promove, ainda, o cultivo da cultura da coerência entre a palavra e a ação, de ser transparente nas informações oferecidas e respeito no uso do patrimônio comum. A experiência nas atividades também desenvolve valores de autonomia e solidariedade. Aprendem também a lutar a favor de relações iguais de gênero. No empreendimento, assistem a cursos e atuam a partir deles, são preparadas para defender a si e a outras mulheres que se encontram em situações de desigualdade, violência e preconceito. Nos cursos sobre formação de liderança de gênero refletem, entre outras coisas, a respeito de impasses enfrentados nas relações sociais nos grupos: desvendam as relações de poder que dificultam um processo democrático de participação preparando-se para o exercício da liderança e a tomada de decisões.

Empreender na economia solidária e se envolver em outras ações de âmbito municipal ou regional resulta, em parte, desses processos de aprendizagem e de produção de saberes. Algumas das mulheres têm participado de atividades políticas envolvendo diferentes cidadãos e cidadãs que objetivam discutir e dar suporte ao empreendimento no município. No espaço do Fórum Estadual de Economia Solidária vendem seus produtos e participam de oficinas sobre economia solidária. No caso do empreendimento, elas participaram de outros espaços de discussão.

A elevação de consciência de gênero ocorre, em função de diferentes experiências educativas com as ONGs, ação de extensão da Universidade, e através da sua participação no movimento de mulheres. No entanto, uma cultura patriarcal mantém sua força e se manifesta no cotidiano dos empreendimentos de economia solidária. A gestão do empreendimento promove uma importante produção de saberes que é, por vezes, sistematizado e problematizado nas atividades de Educação Popular. Observa-se que as mulheres têm uma opinião muito positiva a respeito do que aprendem.

Podemos afirmar que a organização em economia solidária proporciona a geração de saberes político-organizativos, de solidariedade, de gênero e uso de saberes-fazer aprendidos em casa, saberes que têm, por vezes, passado por processos de ressignificação. Quando isso acontece, as vivências que os geraram vão se transformando em experiências significativas.

Sobre as aprendizagens das mulheres em outras atividades laborais, como cozinhar, fazer remédios fitoterápicos, bordar ou costurar não elevados à condição de saberes profissionais foram construídos na família ou na comunidade. São, por vezes, potencializados e/ou aperfeiçoados em ações comunitárias voltadas à sobrevivência como, por exemplo, atividades de geração de renda e do cuidado da comunidade.

Há muitas exigências para implementar empreendimentos solidários: obter financiamento; realizar comercialização de produtos e serviços; fazer gestão coletiva; compreender e manejar relações humanas no cotidiano; conhecer a legislação e implementá-la; enfrentar competição desleal com falsas cooperativas; obter infraestrutura, formação e qualificação voltada ao foco do empreendimento; superar desigualdades de gênero; e conquistar políticas públicas adequadas.

É uma experiência que vai produzindo valores e formas de atuar, fazendo refletir com elas a respeito da questão de lideranças, do manejo com os conflitos, do contexto mais amplo em que estão inseridas e da falta de institucionalidade de sua ação. Saberes que podem contribuir para a superação de algumas das dificuldades de realização de seu protagonismo. Por outro lado, é importante analisar com elas características positivas desses processos coletivos, como a capacidade desenvolvida de estabelecer ações conjuntas e seus resultados. O seu envolvimento é ativo na participação e controle social das políticas públicas e formação em cursos sobre gênero e temas relacionados à economia solidária, como: marco legal, comércio justo e consumo solidário são alguns exemplos. Vale ressaltar a necessidade de trazer à consciência sua capacidade de atuar tanto na esfera privada como na pública, o que também contribui para o reforço de seu protagonismo. A categoria gênero também contribui para que elas avancem no entendimento da relação entre saberes produzidos e aprendidos ao longo da vida e a sua ação no empreendimento.

Assimetrias de gênero, como o abuso de poder, a dupla jornada de trabalho, a desigualdade de remuneração e o trabalho precarizado são formas de dominação e exploração que persistem, sendo levadas ao extremo no atual modelo societário. A predominância desta matriz “modela mais profundamente as subjetividades das pessoas” Saffioti (2002, p.333). Um dos aspectos elucidativos para compreender o caso

em questão e outros diz respeito ao sentimento de impotência que seria específico do gênero feminino. “Como gênero atravessa toda a vida social, pode-se afirmar que as mulheres, enquanto tais, vivenciam quotidianamente a impotência” (IBID p.335). Para a autora, as mulheres convivem mais com a impotência, já que são mais treinadas para tal. Carreira, Ajamil e Moreira (2001) apontam outros aspectos que limitam o exercício da liderança pelas mulheres: a crença de que o poder isola, de que todas as mulheres são iguais e, então, a busca obsessiva pelo consenso. As mulheres tendem a priorizar e a preservar as relações entre as pessoas a todo custo. Tais reflexões contribuem para a compreensão de elementos da subjetividade feminina, forjada culturalmente, e que estão presentes no acontecer de um protagonismo individual e coletivo.

Doimo (1995) recorda que os movimentos de mulheres na América Latina, situados no campo dos movimentos sociais populares, pautaram-se nas décadas de 70 e 80 por uma conduta de ação direta que teve como novidade importante o fato de se originarem fora da esfera produtiva e dos canais convencionais de mediação política, num contexto de crise do Estado capitalista gerador de fortes carências experimentadas no cotidiano. Há, portanto, uma cultura nesse tipo de movimento que é diferente, estranha às relações tradicionais da esfera produtiva. Esta cultura ainda vem produzindo as mulheres e determinados saberes no âmbito da gestão comunitária.

Relacionar saberes produzidos e desenvolvidos nas experiências de trabalho, na gestão comunitária e nos empreendimentos com os movimentos sociais de ação direta e a categoria gênero permite um nível de compreensão dos impasses e dos avanços das mulheres para o exercício de seu protagonismo. A experiência e os saberes desenvolvidos nos movimentos de mulheres e comunitários têm um papel central no processo de organização inicial dos empreendimentos através da iniciativa, mobilização e ação em rede.

Homens e mulheres têm dificuldades de estabelecer relações entre o mundo da produção e o mundo da reprodução, este – ainda – considerado como do feminino. Essa questão histórica recoloca o conceito de trabalho em redefinição, e deve considerar as atividades cotidianas das mulheres com todas as consequências econômicas, políticas e culturais para a sociedade que advém daí (BRUSCHINI, 1998).

O não reconhecimento social das atividades domésticas ou “do lar” e de “gestão do empreendimento” como trabalho cria mais dificuldades de transferência, consciente e prática, entre saberes oriundos da esfera da reprodução para a da produção e vice-versa. Necessita-se de um conceito integrando a experiência e saberes do trabalho reprodutivo da vida nas suas dimensões privadas e públicas, e também no exercício

político em nível do poder local.

Tornar consciente, representar e assumir, assim, o trabalho doméstico e a gestão do empreendimento pode contribuir para o entrelaçamento entre as duas esferas – questão chave para a criação e consolidação de empreendimentos solidários. Mediam-se esses mundos e, talvez, criando empiria para novas teorizações sobre o trabalho.

Os estereótipos culturais consideram a mulher como objeto sexual passivo, mãe devotada e esposa obediente. A despeito de todas as conquistas no campo econômico e social, ela ainda é vista como excluída de certas atividades econômicas e políticas decisivas; seus papéis são associados aos de esposas e de mães e a poderes e prerrogativas inferiores aos dos homens. Pode-se dizer que de alguma forma existe o domínio masculino e, embora o grau e expressão a subordinação feminina varie muito, a desigualdade dos sexos permanece fato universal na vida social. (ROSALDO, 1979).

Em qualquer análise sobre o trabalho da mulher, um aspecto crucial, segundo Bruschini (1985), é o da sua posição na divisão social e sexual do trabalho, prioritariamente definida a partir de suas funções biológicas, o que a condiciona, de um lado, à execução de uma série de afazeres indispensáveis para a casa e a família, e de outro, a ocupar posições subalternas na hierarquia produtiva.

As mulheres, conforme Rabelo (1997), por muito tempo ficaram enclausuradas no interior de seus lares, cabendo a elas somente a guarda dos filhos e as tarefas rotineiras. Suas atividades eram limitadas ao espaço privado. Já os homens, ao contrário, desenvolviam as suas no espaço público, fora do lar. Essa distinção entre os tipos de participação dos sexos caracterizada na separação das esferas reprodutivas – onde é inserido o trabalho doméstico – e produtivas – trabalho assalariado – se constitui na divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho, segundo Holzmänn (2002), é a separação e a distribuição das atividades de produção e reprodução social de acordo com o sexo dos indivíduos. Qualquer sociedade possui definidas, com mais ou menos rigidez e exclusividade, esferas de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou outro sexo.

Essa divisão sexual está inscrita na divisão das atividades produtivas que são associadas à ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas e de representação (BOURDIEU, 2003).

Na moderna concepção de sociedade, conforme Arendt (2003), a distinção entre

uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas. Surge, então, uma esfera separada da do trabalho que, de certa forma, é considerada como seu avesso, ou seja, a esfera privada doméstica, da família e da intimidade. Durkheim (1977), em sua época, defendia a ideia que as duas grandes funções da vida psíquica se dissociaram, um dos sexos monopolizou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais. Isso ainda pode ser visto na atual sociedade, na qual as mulheres destinam-se a trabalhos considerados próprios para sua natureza, como o cuidado com as crianças. À mulher é dado o dom da intuição, do afeto. Ao homem, o dom da razão. Nesse sentido, Rabelo (1997) destaca que a divisão sexual do trabalho nomeou prioritariamente o sexo feminino para a reprodução e o masculino para a produção.

As análises de gênero aparecem no feminismo dos anos 1980, de acordo com Gebara (2000), como um meio de avaliar a diferença entre os sexos e de denunciar o uso de certos poderes a partir da afirmação da diferença. O gênero é considerado um importante instrumento que mostra a inadequação das diferentes teorias explicativas da desigualdade entre homens e mulheres por meio da natureza biológica. Concretamente, trata-se de mostrar que poderes atuam na divisão social do trabalho e na organização dos diferentes aspectos da vida em sociedade afeitos à relação entre homens e mulheres. A categoria de análise “gênero” desvela as relações entre feminino e masculino como construções sociais capazes de produzir certo tipo de opressão e de exclusão das mulheres de uma cidadania integral.

Para Gebara (2000), a categoria gênero inclui-se especialmente em duas dimensões interligadas. A primeira afirma que a realidade biológica do ser humano não é suficiente para explicar o comportamento diferenciado do masculino e do feminino na sociedade. Por esse motivo, destaca, o conceito gênero é introduzido para afirmar algo mais amplo que o sexo, em que o gênero é um produto social aprendido, representado, institucionalizado e transmitido de geração a geração. Num sentido preciso, tornar-se homem ou mulher depende de certas construções culturais e sociais. As diferenças entre eles são entendidas como fruto de uma convivência social mediada pela cultura.

Carola (2002) entende que o conceito gênero refere-se às características que se atribuem ao feminino e ao masculino, definições que são histórica e socialmente construídas nas e pelas sociedades nas quais as diferenças no modo de ser, pensar e fazer entre mulheres (emoção) e homens (razão) não são naturais, e sim culturais, ou seja, a mulher não nasce mulher, ela se torna mulher, assim como o homem não nasce homem, mas se torna homem. Cada sociedade define o que é ser homem e o que é ser

mulher, ou seja, é a sociedade que define as qualidades do masculino e do feminino. Por isso, o que predomina no conceito de gênero são os aspectos culturais e não os biológicos.

Segundo Rosaldo (1979), o que talvez seja mais notável e surpreendente é o fato de que as atividades masculinas, opostas às femininas, sejam sempre reconhecidas como predominantemente importantes e os sistemas culturais deem poder e valor aos papéis e atividades dos homens. Há uma identificação das mulheres com a vida doméstica e dos homens com a pública.

O gênero aqui é referência a uma categoria de análise histórica que vem sendo utilizada com o objetivo de dar significado às relações de poder. Isso porque, segundo Silva (2003), o estudo das relações de gênero parte do pressuposto de que as relações sociais entre homens e mulheres são produtos de construções culturais.

Focando o trabalho como categoria básica de análise, Holzmann (2002) defende que o conceito de gênero trouxe uma importante contribuição aos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, sendo entendida como um processo histórico, de construção hierárquica e interdependente de relações sociais de sexo. Para a cientista, estas implicam antagonismos ou conflitos ligados à dominação e à opressão e atravessam o conjunto da sociedade, se articulando com as demais relações sociais.

Com o advento de novas tecnologias, visando à eliminação de trabalhos pesados e sujos, a expectativa de uma igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho foi desmentida ao longo das décadas. Abreu (1994) cita que diante da reconstrução continuada das diferenças manteve-se o fosso entre o trabalho qualificado dos homens e o trabalho desqualificado das mulheres.

Segundo Hirata (1993), os novos paradigmas organizacionais deveriam significar o fim da divisão taylorista do trabalho, fundamentada no *one best way*, na prescrição de tarefas e num determinado tipo de relacionamento autoritário na empresa, onde ao trabalhador é requerido conhecimento e domínio do processo global de produção, não havendo separação entre planejar e executar.

No entanto, Abreu (1994) reflete que este novo paradigma tem explícita ou implicitamente o trabalhador homem qualificado como referencial universal. Para a mão-de-obra feminina, os pressupostos da especialização flexível são raramente aplicados. Para Hirata (1993), mudanças e inovações tecnológicas não têm as mesmas consequências para homens e mulheres. As transformações no mundo do trabalho os atingem de forma diferenciada, considerando a raça, a idade e a classe, e recolocam em novos patamares a divisão sexual do trabalho, defende Roy (1999).

Recentes estudos revelam que os avanços tecnológicos introduzidos nos processos de trabalho e as consequentes reestruturações industriais deles derivadas não oportunizam melhorias às mulheres, visto que, ordinariamente, elas são excluídas de tais reorganizações, mantendo-se em trabalhos de pequena criatividade e escassa autonomia, sustentados pelos princípios do modelo taylorista/fordista (FONSECA, 2000; SOUZA, 2000; HIRATA, 1993).

A constatação é que a tendência do trabalho feminino é a de uma bipolarização de funções, ou seja, conforme Cardoso (2002), um polo formado por profissionais altamente qualificadas e bem remuneradas, e outro formado por trabalhadoras não qualificadas, em empregos mal remunerados e sem valorização social.

Autoras como Abramo e Abreu (1998) enfatizam que existem vários indícios de taylorização do trabalho feminino, isto é, do seu confinamento aos postos onde o trabalho continua sendo simples, repetitivo e destituído de conteúdo. Este é outro lado dos processos de exclusão das mulheres das formas mais qualificadas e enriquecidas de trabalho surgidas a partir da incorporação de inovações tecnológicas.

Para Abreu (1994), passa pela utilização intensiva de formas de emprego atípicas, como contratos de trabalho de curta duração ou empregos em tempo parcial. Além disso, há uma justaposição do taylorismo às novas tecnologias flexíveis, onde as tarefas são ainda mais desqualificadas, não existindo um acesso ao saber novo.

Para Rabelo (1997), se a organização for observada na perspectiva das relações de gênero, o que se vê é uma realidade marcada pela heterogeneidade, hierarquização e desigualdades, frutos não só das relações capitalistas de produção, mas dos papéis construídos socialmente para os gêneros masculino e feminino.

Os princípios básicos do modelo de produção capitalista são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A economia solidária é outro modo de produção, e seus princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. Para Singer (2002b), o resultado natural é a solidariedade e a igualdade.

A economia solidária não deve ser vista como uma panaceia. De acordo com Singer (2000), ela é um projeto de organização socioeconômica por princípios opostos ao do capitalismo: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação, mas não eliminação destes mecanismos pela estruturação de relações solidárias entre produtores e entre

consumidores. O projeto cooperativo já é antigo, foi originalmente concebido como alternativa socialista ao capitalismo industrial. Para o autor, a economia solidária desperta entusiasmo ao resgatar a dignidade humana, o respeito próprio e a cidadania de homens e mulheres.

Essa forma de luta contra o desemprego tem a prática da solidariedade em lugar da competição. Os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente abrindo mão de salários mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando. Na empresa capitalista, os empregados competem por promoções, prêmios de produção, lugares de chefia. Nas cooperativas ocorre o contrário. Assim, defende Singer (2000), confiança e ajuda mútuas são vitais para recuperar a competitividade, não havendo possibilidade de alguns se beneficiarem em detrimento de outros.

O princípio mais importante, orientador das regras deste movimento, é o da colaboração solidária. Colaborar tem origem no latim *collaborare*, que significa trabalhar junto. A palavra solidariedade também se origina do latim, *solidu*, significando forte, mas assumindo o sentido de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, a partir de uma postura ética e moral. A colaboração solidária, portanto, refere-se a vínculos recíprocos entre pessoas as quais visam ao trabalho e ao consumo compartilhados, com um sentido de corresponsabilidade, onde o bem-estar coletivo prevalece sobre o bem-estar individual. (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, 2002).

A solidariedade na economia só pode se realizar se for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, consumir ou poupar. Para Singer (2002b), a chave dessa proposta está na associação entre iguais, em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico; “Ninguém manda em ninguém”. E não há competição entre os sócios, todos ganham igualmente.

Em Singer (2003) encontra-se o desenvolvimento da ideia de que, quando surge uma empresa solidária, sua estruturação deve seguir uma lógica completamente diferente da lógica capitalista. Na sua origem há, em geral, uma comunidade formada por ex-empregados de uma mesma empresa capitalista ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias etc. Uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, surge como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Ela é uma opção, ao mesmo tempo, econômica e político-ideológica, exigindo de seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição

individual e da primazia do capital sobre o trabalho. Por isso, sua constituição e seu desenvolvimento requerem, em geral, patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras, sindicatos, entidades religiosas, ONGs.

Conforme Souza (2003), as organizações presentes na economia solidária apresentam-se em expansão e desenvolvimento. Estas iniciativas parecem ser transformadoras de mentalidades. Os relatos indicam que nos empreendimentos solidários ocorrem outros ganhos, diferentes do econômico, tais como autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos dos cidadãos. De acordo com os seus pressupostos, a economia solidária pretende superar conceitos socialmente construídos de relações de gênero, demonstrando, na prática, uma maior igualdade entre homens e mulheres. Mais ainda, em uma perspectiva educacional, essas iniciativas oferecem indícios de uma sociedade baseada na democracia jurídica e econômica.

2.2 Experiências de economia solidária

2.2.1 Mulheres da Cidade de Deus inventam moda e acessórios sustentáveis

O trabalho das Mulheres Eco-Artesãs, do Grupo Alfazendo, gera produtos integrados com a qualidade, o meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico da comunidade. Vinte artesãs da Cidade de Deus fabricam acessórios para mulheres, em grande variedade e quantidade, que atendem as diversas faixas etárias e oportunizam a compra por baixo preço e melhores possibilidades de pagamento. Bolsas, brincos, pulseiras, colares, broches, presilhas, arcos, chaveiros, todos feitos de reciclados e de baixo custo. Elas trançam tiras de garrafas PET, fazem fuxico com retalhos, miçangas com jornal, revista ou encarte, cortam, costuram, colam e, misturados à criatividade, influenciam a moda local e no entorno.

Segundo Iara Oliveira, uma das fundadoras e coordenadora da cooperativa, os produtos fazem sucesso. Ao sair à rua com algum acessório, principalmente bolsa, é assediada. “Quando eu saio usando uma das bolsas, feitas em PET, volto sem. As pessoas me param, me pedem para comprar e eu acabo tendo que tirar as minhas coisas de dentro e atendendo ao pedido. Agora as meninas fizeram uma de pimenta para mim, para ninguém querer. É a sétima bolsa”, conta orgulhosa. (BRASIL AUTOGESTIONÁRIO, 2010)

Atualmente, os produtos são também comercializados em duas lojas: Linha Básica, na Freguesia, e Nay Tay, no Center Shopping Jacarepaguá. Mas Iara chama a

atenção para a importância de se comprar dentro da comunidade. “Todas as vezes que alguém sai da comunidade e compra fora, deixa de gerar renda e emprego onde mora. Muitas roupas e acessórios que estão no shopping, saem daqui ou de outras favelas. Temos que valorizar quem faz aqui dentro. Assim impulsionamos o desenvolvimento local”, diz Iara. Isso sem falar na economia feita pelo consumidor. Optando por comprar diretamente na Cidade de Deus, o preço dos colares varia de R\$ 7,00 a R\$ 15,00; os chaveiros, arcos, presilhas e broches, de R\$ 3,00 a R\$ 5,00; e encontram-se brincos por R\$ 1,50.

2.2.2 Mulheres e tecnologias sociais com foco em economia solidária

Segundo Patricia Gil, da Fundação Banco do Brasil, a capacitação de mulheres como protagonistas de uma economia solidária foi temática central de palestra conferida na última quarta-feira (25/11/2009), durante a VIII Expo Brasil Desenvolvimento Local, com foco nas experiências finalistas do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social/2009. Vindas de Porto Alegre-RS, Curitiba-PR e Afogados da Ingazeira-PE, mulheres de distintas realidades no país expuseram iniciativas que, pelos resultados obtidos e pelo amadurecimento de suas metodologias, tornaram-se tecnologias sociais reaplicáveis em diferentes regiões. (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2009)

Entre as três experiências apresentadas no evento estava a Rede de Mulheres para a Comercialização Solidária, desenvolvida pela Casa da Mulher do Nordeste, de Afogados da Ingazeira, vencedora, este ano, do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, na categoria Participação de Mulheres na Gestão de Tecnologias Sociais. A coordenadora dessa iniciativa, Maria Marli Romão, fez um discurso emocionado sobre a importância de se enfatizar o protagonismo feminino numa nova perspectiva econômica. “Certamente, ao falarmos de um conceito de desenvolvimento local, humano e sustentável, as mulheres são atores fundamentais”, contextualizou. A importância econômica delas como “reprodutoras da vida” e responsáveis pelo giro de uma economia regional não é nova. “No entanto, é mais recente o movimento de valorização do papel feminino num modelo que não priorize exclusivamente a geração de riqueza, mas a redução da pobreza”, afirmou Maria, para um público interessado em conhecer mais sobre a dinâmica de tecnologias sociais com foco nas discussões de gênero. (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2009)

2.2.3 Contra a invisibilidade econômica

A tecnologia social de Pernambuco, premiada em 2009 pela Fundação Banco do Brasil, surgiu em 2003 para criar novas possibilidades econômicas para mulheres que viviam em comunidades rurais isoladas no chamado sertão de Pajeú. “Invisíveis” economicamente, essas mulheres tinham produção ativa, mas mantida reservada no espaço privado da família, sem expressão social. A Rede Mulheres Produtoras, desde que foi formada, já reuniu cerca de 450 dessas trabalhadoras em dez municípios, que exerciam no Pajeú grande pluralidade de atividades com foco regional. Essas mulheres passaram a se organizar, discutir aspectos de gestão de seus negócios, ter acesso mais facilitado a linhas de crédito e refletir sobre a condição feminina.

A capacitação para uma organização coletiva do trabalho também é foco da Rede Industrial de Confecção Solidária (RICS), de Porto Alegre, que reúne cerca de 40 mulheres. Juntas e com autogestão, eles reorientaram sua força produtiva, organizaram um modelo de negócio e conseguiram ampliar de R\$ 150,00 para R\$ 890,00 a renda média mensal de cada integrante. Ilma Borges, coordenadora da RICS e palestrante na Expo Brasil, lembra que o projeto encontrava, em seu início, um quadro de feminilização da pobreza na capital gaúcha. Ao mesmo tempo, surgiam formas espontâneas de trabalho no setor de confecções, mas que, por diversas razões, não sobreviviam. “Vimos então que precisávamos adotar a inserção contínua de renda e a capacitação para superar situações de vulnerabilidade social”, explica Ilma.

A RICS firmou contrato com um grande grupo hospitalar da cidade e passou a fornecer todas as roupas usadas dentro dos hospitais, numa média semanal de 5000 peças. O contrato garante a demanda pela produção das mulheres nas confecções. “Criamos o conceito da demanda socialmente orientada, pelo qual adotamos parceria entre organizações que nos davam apoio técnico e instituições que poderiam contar com produtos de empreendimentos solidários”, conta Ilma. O modelo de orientação da Rede permite sua reaplicação em qualquer localidade, credenciando a experiência ao status de tecnologia social.

Um novo olhar para a gestão do próprio negócio também foi apresentado no referido evento, a partir da experiência Gerando Renda e Transformando Relações de Gênero. “Os resultados que nós alcançamos podem parecer pequenos, se pensarmos na dimensão do Brasil, mas eles crescem muito se pensarmos no efeito multiplicador do

trabalho”, comenta Cristina Simião, fundadora da Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos (ADITEPP), de Curitiba.

A experiência liderada pela ADITEPP já capacitou 3800 mulheres empreendedoras e 11400 homens foram envolvidos nos eventos sobre economia familiar. O foco da Associação é a orientação para trabalhadores gerirem seus próprios negócios a partir de treinamentos sobre administração financeira, melhoria de rendimentos, qualidade de vida e, muito enfaticamente, sobre as relações de gênero nas famílias. Reside aí a importância, para a ADITEPP, de envolver especialmente maridos na capacitação das mulheres para a autogestão de negócios, dentro de uma perspectiva solidária.

3. PERFIL SOCIOECONÔMICO E ANÁLISE DA QUESTÃO DE GÊNERO DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO JARDIM DAS OLIVEIRAS

3.1 Projeto ATORES - articulação de organizações em educação e economia solidária

O grupo ATORES - constituiu-se na formalização de um pré-projeto, a partir da convocação da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL) quanto das afinidades, parcerias e colaborações entrelaçadas (nos campos da formação e acompanhamento de iniciativas de economia solidária, educação de jovens e adultos, educação para a participação sociopolítica, formação cultural etc.) que já existiam entre as pessoas e as cinco instituições a que pertencem seus componentes.

Uma forte razão para o grupo desejar participar foi a possibilidade de potencializar e diversificar o trabalho que já faziam em suas instituições, articulando-o melhor, num plano mais abrangente, ampliando o número de comunidades atendidas, racionalizando melhor o uso de seus recursos humanos e materiais, tinha uma formação específica para atuar de forma interinstitucional e integrada e para a eventualidade de poder obter-se apoio financeiro para um programa de ação por parte da Fundação Kellogg ², certamente foi também um forte elemento de motivação.

A própria experiência de mapear junto o trabalho já feito pelas instituições, inclusive com outros parceiros e buscar formas de articulá-lo e aprofundá-lo melhor já fortaleceu o grupo, e vem ocorrendo implicações concretas para o trabalho na região.

O projeto foi motivado pelas convicções compartilhadas pelas cinco instituições responsáveis e por representantes de seus parceiros/beneficiários. O processo de desenvolvimento econômico-social do Nordeste e da Paraíba em particular vem se fazendo, há décadas, de forma desigual e dispersa, caracterizado pela existência¹

- por um lado, de polos (capitais dos estados, áreas de irrigação e agronegócio, áreas de mineração etc.) de concentração de investimentos, modernização produtiva

¹ Relatório construído pela coordenação do projeto ATORES em março 2007.

²Fundação Kellogg foi criada em 1930 por W.K. Kellogg, pioneiro na fabricação de cereais matinais. Durante toda sua vida, [W.K. Kellogg](#) doou \$66 milhões em ações da Companhia [Kellogg's](#) e outro investimentos para “ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”.

e tecnológica, crescimento econômico e integração no sistema nacional e internacional;

Os jovens são a fração da população mais afetada pela falta de oportunidades em seus locais de origem e, também, por ter uma maior escolarização e aspirações, mais propensa à migração. Consequentemente, lançados, ainda imaturos, à vida das grandes cidades, sem condições de integrar-se ao mercado de trabalho, são os mais passíveis de vitimização pela violência urbana.

Na Paraíba, nos municípios mais próximos a João Pessoa (os do Litoral Norte e Sul, Várzea e Brejo) os jovens são mais propensos à migração para a capital, pela maior familiaridade com os atrativos e ilusões da cidade grande.

Mas os jovens podem também ser a fração da população com maior potencial para liderar processos de desenvolvimento local sustentável. No Nordeste em geral – na Paraíba especialmente – a proporção de jovens é alta.

As experiências já desenvolvidas por longos anos pelos educadores das cinco instituições responsáveis pelo projeto ATORES e por vários outros agentes sociais, cujo trabalho e resultado conhecem, confirmam o potencial e a resposta rápida dos jovens pobres a toda atenção e ação pedagógica de qualidade que lhes for oferecida.

O projeto se baseia na convicção de que os jovens são e podem ser essa parte da população com maior potencial para liderar processos de desenvolvimento local sustentável. É real o fato de que na atualidade a valorização dos jovens e adolescentes brasileiros emerge com força e vigor no cenário político e social. A discussão dos problemas enfrentados pelos jovens brasileiros envolve temas como o protagonismo juvenil, a construção de políticas públicas para a juventude e a necessidade de uma legislação que considere as particularidades desse segmento populacional no tocante a questões importantes como educação, trabalho, cultura, lazer, saúde e segurança.

Os próprios jovens parecem ser os que mais creem nessa perspectiva: no Fórum Social Nordestino², foram inscritas 32 oficinas com a temática da juventude, quase todas promovidas e conduzidas pelos próprios jovens, além de seminários e testemunhos que aconteceram simultaneamente, como mostra o Segundo Boletim do Fórum Social Nordestino,(2004, p 4):

A participação política e as relações entre os movimentos de juventude foram os principais focos destes debates. Para a Comissão de Juventude, "a presença deste tema na pauta das discussões consolida a importância deste

² Fórum Social Nordestino, realizado em Recife/PE, 24 a 27 de novembro de 2004.

segmento para a transformação social do Nordeste". Foram feitos resgates históricos, análises da organização atual da juventude, relatos da militância pessoal e de entidades, na busca de identificar os principais desafios dos jovens na construção de um novo Nordeste.

Há cerca de cinco anos, articula-se entre os nove estados nordestinos a Rede de Jovens do Nordeste, com um núcleo ativo na Paraíba, a qual organizou (2001, 2002) grandes festivais da juventude em cada um dos estados, culminando com um festival regional nordestino que reuniu em Recife 3500 jovens, todos membros de grupos organizados nesses estados.

As políticas públicas e programas governamentais (PETI, Agente Jovem, PRONAF, COOPERAR, PRONERA, Jovem Aprendiz, Fome Zero, Primeiro Emprego) orientados para jovens ou para os empobrecidos em geral. Tais políticas se afirmam, dentro da ótica democrática, como um fator de inclusão social que encontra na participação da sociedade civil, ainda tímida, grandes dificuldades de aplicabilidade e efeito prático real quanto ao aproveitamento, desenho e controle das políticas públicas.

Dentre os motivos dessa timidez da política destaca-se o nível insuficiente de compreensão sobre a participação nas políticas e de que a participação popular é o caminho para garantir um projeto maior de sociedade.

Outro elemento está no desinteresse fisiológico de muitos governantes e funcionários pela participação popular, com a exclusão de setores mais empobrecidos, fator que é, ao mesmo tempo, causa e consequência do afastamento entre representantes e representados.

Finalmente, mas não menos importante, muitas das políticas públicas (de crédito, por exemplo) desenhadas para combater a pobreza e o desemprego dependem, para sua realização, da capacidade popular de gerar projetos próprios, o que implica num tipo de capacidades e habilidades das quais o povo tem sido privado.

Para romper essas barreiras com o intento de ampliar e qualificar o controle social das políticas públicas pela sociedade, o trabalho de educação e capacitação dos jovens é indispensável, e é o investimento social que promete maior retorno.

Tais registros nos levam a perceber que a força e potencial criativo dos nossos jovens e adolescentes estiveram por muito tempo esquecidos. Hoje, frente aos desafios reais de crescimento e desenvolvimento da nação, inclusive, de amadurecimento político e democrático, torna-se imperativa a construção de novos referenciais que tenham como ponto de partida o redimensionamento dos papéis sociais e da importância

da força, liberdade criativa e vitalidade juvenis.

Pensar tal perspectiva não é fácil quando nos deparamos com um contexto de vida em que a capacidade de sonhar dos jovens e adolescentes encontra-se abafada pelo fato de estes terem que suprir suas necessidades básicas de subsistência e, muitas vezes, também a de seus familiares. Sonham em ter trabalho, emprego, renda e algo mais que possa amenizar a situação de pobreza e até de miséria em que se encontram.

Na Paraíba a situação ainda é mais crítica. A exploração/esquecimento da força juvenil expressa através do trabalho forçado, da ausência de iniciativas que se projetem pensando o jovem em sua totalidade, da falta de valorização da autoestima e da importância de se resgatar a capacidade de sonhar dos jovens.

O projeto ATORES, sensível a essa realidade, propõe parceria, formação e incentivo aos grupos e organizações de jovens e adolescentes já existentes (culturais e artísticos juvenis, da pastoral da juventude, juvenis dos assentamentos de reforma agrária etc.) e aos grupos em formação. Almeja valorizar as atividades de esporte, cultura, lazer, fortalecimento e renovação de tradições regionais, formação econômica e política, participação cidadã, além de uma cultura da solidariedade que embase suas iniciativas de economia popular solidária. É uma mediação que promove, de forma integrada e continuada, processos organizados e de educação/capacitação da população jovem empobrecida. Multiplicação de atores sociais no Triângulo Canavieiro da Paraíba, sobretudo jovens, adultos jovens e organizações sociais e econômicas lideradas por eles, capazes de exercer, de forma duradoura e articulada, um protagonismo ativo, autodeterminado, criativo, empreendedor e participativo, com ênfase na atuação nos diversos processos de organização da sociedade, de ampliação do efetivo controle social do setor público e de fomento à economia popular solidária com vistas ao desenvolvimento local sustentável, para:

- potencializar a atuação das comunidades na defesa dos seus direitos como sujeitos capazes de identificar, propor, exigir e desenvolver soluções para as necessidades, demandas e aspirações das juventudes, modificando o espaço destinado a eles na sociedade;
- estimular e qualificar a participação propositiva dos atores comunitários dos seus grupos e organizações, em todos os âmbitos, buscando intervir no processo de superação das desigualdades e na geração de alternativas de

inclusão e desenvolvimento para os próprios jovens e para a sociedade em geral;

- fortalecer os atores coletivos e individuais para a participação no processo de desenvolvimento local integrado e sustentável, tendo como focos a participação cidadã nos espaços públicos e o controle social das políticas públicas, com vistas à efetivação da democracia;
- criar novas oportunidades de trabalho e de renda baseadas em um padrão de desenvolvimento mais solidário que busque gerar mudanças de valores nos processos produtivos, nas relações de trabalho, de comércio e com o meio ambiente;
- estimular experiências inovadoras que possam transformar-se em referências para a reformulação de conteúdos, metodologias e práticas nos sistemas formais e informais de educação;
- implementação de programa de formação de lideranças comunitárias e fortalecimento dos seus processos organizativos nos meios rurais e urbanos, através do intercâmbio e articulação de experiências;
- fomento a iniciativas de geração de trabalho e renda através do acompanhamento e/ou implantação de experiências de economia solidária inovadoras e de formação profissional e para a gestão econômica;
- contribuir com iniciativas de ações sociais, culturais e políticas através do acompanhamento de cada grupo e atividades de capacitação pertinentes;
- desenvolvimento de uma ação educativa em geral que contribua no processo formativo e informativo dos cidadãos sobre participação cidadã, formulação e controle social das políticas públicas;
- sistematização e difusão de experiências e metodologias inovadoras relacionadas ao fortalecimento da democracia participativa, ao desenvolvimento sustentável e às práticas solidárias, visando ao contágio de toda a área do Triângulo Canavieiro num prazo de 10 anos;
- fomento à organização de empreendimentos de economia solidária, trabalhando o processo de produção.

O grupo ATORES tem como perspectiva ser o promotor e mediador de uma ação

propositiva e interventiva de educação humana e político-social de processo de organização e economia popular solidária que permita aos jovens/adolescentes e pais de família desempregados ou em condições de exclusão social para consolidar uma nova forma de relacionamento econômico que não priorize o lucro, mas o ser humano e o meio ambiente.

Parte desta intenção se caracteriza na mobilização de grupos, entidades, organismos governamentais e não governamentais inseridos nas comunidades onde o Projeto incidirá diretamente no sentido principal de combater a falta de perspectivas e a marginalização dos jovens e de sua família.

O projeto entende que a organização e a educação são os meios permanentes de construção e consolidação das suas estratégias de atuação e intervenção social, visando à formação de uma cultura da solidariedade.

Assim, sua atuação abrange em um primeiro período (de 2 a 3 anos) o planejamento e a realização de um programa de formação inicial, tendo como passos fundamentais:

1. Diagnóstico e planejamento participativos com grupos juvenis, suas famílias e comunidades. Auto pesquisa das condições imediatas e potenciais da localidade, auto pesquisa vocacional dos jovens. Atores diretamente envolvidos: primariamente, cada um dos grupos juvenis; secundariamente suas famílias e comunidades, a equipe pedagógica e outras organizações ou instituições presentes no município.
2. Estabelecimento de critérios e métodos para Gestão Participativa, Monitoramento e Avaliação. Atores diretamente envolvidos: coordenação interinstitucional, equipe pedagógica e conselho juvenil.
3. Atividades de formação humana, artístico-cultural, social e política. Será apresentado aos grupos um menu de atividades educativas programadas disponíveis, dentre as quais cada grupo escolherá as que deseja no primeiro ano, compondo seu próprio menu:
 - encontros e seminários temáticos;
 - oficinas de capacitação para o empreendedorismo social e cultural;
 - formação na ação: acompanhamento individualizado das atividades sociais, culturais e políticas de cada grupo em sua comunidade. Atores diretamente envolvidos: Equipe Pedagógica, grupos juvenis e parceiros especializados.

4. Atividades formativas e educativas sobre o conceito, capacidades, implicações e perspectivas de economia popular solidária:
 - cursos e oficinas de introdução aos conceitos econômicos e análise da realidade econômica;
 - oficinas de capacitação para o empreendedorismo econômico;
 - estudo de caso de duas experiências de economia solidária (uma exitosa e outra não)
 - Formação na ação: acompanhamento individualizado dos sonhos/projetos de ação econômica de cada grupo. Atores diretamente envolvidos: Equipe Pedagógica, grupos juvenis e parceiros especializados.
5. Intercâmbio de experiências entre os grupos envolvidos e com outros grupos afins.
6. Sistematização de todos os passos dados. Atores diretamente envolvidos: equipe pedagógica e conselho juvenil.
7. Produção e publicação/divulgação de CDs de música, livros e vídeos criados pelos jovens.
8. Ampla divulgação dos princípios e atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto, principalmente nos demais municípios do Triângulo Canavieiro, visando ao contágio de outros grupos juvenis e instituições que atuam junto à juventude e às comunidades em geral.
9. Monitoramento e avaliação progressivos de todas as ações do projeto por seus próprios sujeitos, pelas instâncias de coordenação e por seus parceiros.

3.2 Histórico do grupo Unidos por um só objetivo rumo ao empreendimento

Os jovens do assentamento Santa Lúcia não viam perspectivas locais de geração de renda e/ou de inserção no mercado. Muitos migravam para cidades vizinhas ou outros estados, na esperança de conseguir um trabalho que garantisse a sobrevivência para, assim, poder ajudar a família, mas ao chegarem à zona urbana sofriam com os processos de exclusão, e passavam por dificuldades de adaptação e, assim, descobriam que a realidade apresenta muitas dificuldades. A ilusão de conseguir um trabalho que pudesse dar sustento se destrói na medida em que se percebe que os aglomerados urbanos não têm condições de receber e dar vida digna a seu contingente. A falta de oportunidades no âmbito local tem se apresentado como a principal causa dos fenômenos migratórios campo/cidades, muito embora se perceba que muitas comunidades rurais possuem riquezas naturais e grande potencial para o desenvolvimento do empreendedorismo. Por isso, são importantes as iniciativas de geração de renda e educação que possibilitem o desenvolvimento e a fixação dos jovens em suas próprias comunidades.

O grupo surgiu a partir desta realidade, com o nome Unidos Por Um Só Objetivo, e é neste sentido que foi construindo sua história e hoje vem se constituindo em exemplo de experiência exitosa, pois tem servido de incentivo para outros grupos da comunidade, sobretudo jovens e mulheres, conseguindo aliar sua vocação empreendedora às iniciativas de formação/educação e ao desejo de resgatar a cultura e a história das comunidades rurais em diálogo com as práticas da cultura popular. Além de terem passado por um denso programa de formação oferecido pela Articulação de Organizações em Educação e Economia Solidária, alguns integrantes do grupo estão participando do curso superior de pedagogia oferecido pelo PRONERA em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, realizando pesquisas sobre educação popular, história do assentamento e organização das comunidades. Outras jovens do grupo se dedicam a conclusão do ensino médio e à formação profissionalizante nas áreas de horticultura agroecológica, criação de aves, culinária regional, gestão de empreendimentos, turismo rural, gestão de empreendimentos solidários, entre outros.

Atualmente, os principais desafios do grupo estão baseados no fortalecimento do empreendimento e na implantação de um centro de formação e de

desenvolvimento cultural para que a experiência tanto possa vir a ser replicada quanto para que se ampliem as capacidades de operação e de produção do restaurante e dos instrumentos a ele associados, como hortas comunitárias, criação, programa de formação, cozinha experimental.

O grande desafio a ser enfrentado reside na busca de fortalecer o empreendimento de economia solidária para que o mesmo venha a ser instrumento de ensino e aprendizagem, multiplicando o sentido da solidariedade e do desenvolvimento local sustentável da comunidade. Faltam ainda equipamentos úteis e insuscedíveis para o bom funcionamento de um empreendimento comunitário e de um centro de formação, de cultura e de história, haja vista que o empreendimento necessita das condições para dar passos em direção à organização de uma ação mais ampla, voltada para a replicação das experiências, para o resgate da história e da cultura local, reproduzindo o saber adquirido e empreendendo a organização de novos grupos, sobretudo formados por mulheres e jovens.

O empreendedorismo em economia solidária é organizado a partir da formulação de ações de caráter coletivo e autogestionário, onde cabe ao conjunto dos sócios e das sócias o papel de planejar e executar as tarefas fundamentais para organização das atividades de forma cooperativa e em diálogo permanente com outros parceiros. O restaurante Recanto das Oliveiras, bem com as unidades de formação de resgate da cultura e da história local também seguirão a lógica da gestão compartilhada e da valorização do protagonismo do grupo que gerencia a unidade de produção econômica.

A associação é um dos parceiros, cujos membros também fazem parte da unidade de produção econômica Recanto das Oliveiras, têm a responsabilidade pela gestão do projeto na perspectiva de unir os parceiros e planejar as ações, em conjunto com o grupo.

O empreendimento busca o fomento ao desenvolvimento local e da economia solidária com ênfase no apoio ao empreendedorismo rural de base cultural local para o fortalecimento dos processos educativos e para o resgate da cultura e da história das comunidades rurais, com vista a fortalecer sua atividade econômica, a transformá-los em espaço de formação sobre temas de profissionalização, autogestão e cooperativismo. Também tem como objetivo apoiar outros grupos de jovens e de mulheres, com intuito de promover o desenvolvimento de atividades de resgate da cultura e da história do assentamento e das comunidades vizinhas, objetivando a implantação de um sítio histórico cultural.

3.3 Perfil socioeconômico do empreendimento Restaurante Recanto das Oliveiras

A presente pesquisa foi aplicada ao empreendimento econômico solidário Restaurante Recanto das Oliveiras, situado no assentamento Santa Lúcia, município de Araçagi. Organizado em 2005, atua na área rural, e não é formalizado. Tem como atividade produtiva o comércio de alimentos, com a participação de oito jovens, sendo seis mulheres e dois homens, na faixa-etária de 20 a 27 anos.



Figura 1: Frente do restaurante.

Fonte: Primária.

De acordo com estudo que consta no Sistema de Informações da Economia Solidária, em 2007 existiam no Brasil 21.859 empreendimentos econômicos solidários, subdivididos em várias formas, como apresenta o Quadro baixo:

QUADRO 1 - Formas Jurídicas de Empreendimentos Econômicos Solidários

Formas de organização	Quantidade
Grupo Informal	7.978
Associação	11.326
Cooperativa	2.115
Sociedade mercantil por cota de responsabilidade limitada	54
Sociedade mercantil em nome coletivo	56
Sociedade Mercantil de Capital e Indústria	192
Outra	138
Total	21859

Fonte: SIES/2008.

Muitos empreendimentos econômicos solidários ainda apresentam caráter informal, o que torna a formalização deste tema fundamental para o desenvolvimento da economia solidária. A formalização desses empreendimentos seria em cooperativas que responde exatamente aos princípios da economia solidária, que foi feita para isso. No entanto, é muito difícil formalizar uma cooperativa no Brasil, pois 90% dos empreendimentos ou são informais ou são associações que, em tese, não podem ter atividade econômica, mas pelo menos ficam formalizadas. E somente 10% são cooperativas, além da enorme quantidade de grupos informais que gostariam de ser formalizados se não fosse tão complicado o processo para gerar uma cooperativa pela lei do cooperativismo vigente em nosso país hoje, pois a exigência é de ter pelo menos 20 pessoas como sócios ter registro na junta comercial, isto dificulta bastante, além de estarem sediadas apenas na capital de cada estado. São processos lentos, pela exigência de documentos que as pessoas têm dificuldades de reunir. E quando conseguem passar pela burocracia, apresentam a documentação a um funcionário, passam a esperar uns seis meses ou mais para conclusão do processo de formalização, o que custa dinheiro. Fazem-se necessários ajustes na legislação para simplificar os procedimentos, para que atenda as necessidades e condições dos empreendimentos econômicos solidários.

Uma cooperativa é uma associação voluntária de, no mínimo, 20 pessoas, sem fins lucrativos, porém com fins econômicos, que exercem uma mesma atividade para realizar objetivos comuns. Para tanto, contribuem equitativamente para a formação do capital necessário adquirindo cotas e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento. É regida pelo princípio democrático: “cada pessoa um voto”. Os excedentes ou sobras são distribuídos na proporção do trabalho de cada cooperado. A cooperativa é ao mesmo tempo uma entidade social (um empreendimento financiado, administrado e controlado coletivamente) a serviço de seus associados e uma empresa, que tem que ser eficiente e eficaz. As empresas cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação. Tradicionalmente, acreditam nos valores éticos de honestidade, responsabilidade social e preocupação com seus semelhantes. (SINGER, 2005, p 34)

No geral as decisões do empreendimento são tomadas em reuniões do coletivo, ou seja, não tem patrão, todos/as decidem, e o empreendimento é autogestionário. Podemos observar que a economia solidária é um jeito de fazer a atividade econômica baseada na democracia e na cooperação, onde não existe patrão nem empregados, pois todos que são integrantes do empreendimento são trabalhadores e donos simultaneamente. A característica marcante dessas experiências é que as pessoas nelas engajadas distribuem entre si a renda, fruto do trabalho coletivo. Para Singer (2002), a solidariedade da economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente

pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Ou seja, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e o mesmo direito de voto em todas as decisões. Essa é a única opção de sobrevivência das classes trabalhadoras e das camadas mais pobres, e se observa que a ajuda mútua e organizacional é de vital importância para a sua sobrevivência, sendo uma alternativa viável para a reinclusão de trabalhadores em diversas áreas econômicas e de produção, tais como: artesanato, prestação de serviços, culinária, costura, confecções, reciclagem.

Segundo Eid (2004), a principal diferença entre empreendimentos autogeridos e empresas capitalistas reside no fato de que nos primeiros a preservação dos postos de trabalho é prioridade em relação à busca do excedente econômico crescente. Entende-se que se a maximização do excedente não é o motor do empreendimento, este deve servir à sobrevivência e ao desenvolvimento do empreendimento coletivo dos que nela trabalham. De acordo com Singer (2002), cada um desempenha uma função que em conjunto alcança o resultado completo para o funcionamento da organização; que se caracteriza então, como um modo de produção e distribuição de renda alternativa ao capitalismo. Conforme Singer e Gonzalez (1998), neste contexto, o cooperativismo popular ou de trabalho é uma das alternativas para resgatar a cidadania e possibilitar, especialmente aos trabalhadores desempregados, viabilizar um projeto de geração de renda e inclusão social. Segundo Albuquerque,

Essa autogestão na “outra economia” ou economia solidária é caracterizada pelo modo de agir coletivo, que vai além do contrato estabelecido entre os cooperadores. A autogestão não reparte só o poder, mas também os ganhos. Torna-se um meio de dar dignidade e esperança de vida aos sujeitos envolvidos no processo que buscam, além de renda para a sua subsistência, uma mudança na sociedade. (ALBUQUERQUE, 2003, p 20)

A partir da pesquisa constatamos que o motivo que levou a organização do empreendimento foi a vontade dos jovens de terem sua própria organização, tendo em vista que a juventude ainda sofre com o desemprego, sendo um dos motivos, a exigência do mercado de experiência profissional para poder empregar. A juventude é um dos maiores segmentos populacionais da região, porém, constantemente um grande número de jovens tem migrado para outras regiões e estados, em busca de melhores oportunidades no mundo do trabalho e qualidade de vida. Singer (1988) comenta que a dinâmica demográfica interna tem causado problemas estruturais no país, principalmente quando não se tem política econômica e social baseada na “busca” de soluções para os problemas no meio rural, considerando que essa insuficiência é uma

causa primária de desemprego e de baixa renda, seja ele no campo ou na cidade.

Assim, acompanha-se o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras, formadas por jovens que visam contribuir para o processo de fortalecimento da participação e da inserção do segmento juvenil na economia solidária, numa dimensão de cidadania, inclusão econômica e convivência na área rural. Isso coloca em destaque uma demanda social de oportunidades locais e viáveis em pequenos e médios municípios que incentivem e apoiem iniciativas de empreendedorismo e participação social dos jovens como protagonistas do desenvolvimento local.

Foi pesquisado no grupo o nível de escolaridade, três estão cursando o nível superior, quatro estão cursando o ensino médio e um tem o ensino fundamental incompleto. São resultados positivos, fazendo um paralelo com a idade dos jovens, que estão na faixa-etária entre 18 e 25 anos de idade e em relação a todos os desafios presentes no sistema público de educação, até recentemente, acreditava-se que os problemas centrais da educação brasileira eram a falta de escolas, as crianças que não iam à escola e a carência de verbas. Considerava-se necessário construir mais prédios escolares, pagar melhores salários aos professores e convencer as famílias a mandar seus filhos para ser educados, o que demanda muitos anos para convencer políticos e a opinião pública de que, na verdade, as crianças vão à escola em sua grande maioria mas aprendem pouco e começam a abandonar os estudos quando chegam na adolescência. Os problemas principais são a má qualidade das escolas e a repetência, ou seja, a tradição de reter os alunos que não se saem bem nas provas, prática amplamente disseminada no Brasil.

Em 2003, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (PNAD), havia 40 milhões de alunos matriculados no ensino básico regular, para uma população total de 36,7 milhões entre sete e 17 anos.

Os gastos brasileiros em educação são da ordem de 5 a 5,5% do Produto Interno Bruto, mais do que a Argentina e Chile e semelhante à Itália e Japão. Outros países, com recursos semelhantes, conseguem resultados bem melhores. Embora existam ainda muitas carências, que podem justificar gastos adicionais, é necessário agora, sobretudo, de uma nova geração de reformas que parta de um diagnóstico correto dos problemas que permita usar bem todo este investimento que já existe (SCHWARTZMAN, 2004).

A educação desempenha um papel relevante para a consolidação da economia solidária. Por isso, destacaremos aqui, a educação como um instrumento de transformação social. O processo educativo vivenciado no movimento de economia solidária e no interior dos empreendimentos solidários, pode ser uma ponte, capaz de direcionar estas iniciativas para além do econômico,

pode ser um instrumento privilegiado na emancipação dos setores que vivem do trabalho, articulando as iniciativas produtivas, cujo aumento de sua capacidade política pode se dar a partir das redes solidárias, na perspectiva da reprodução ampliada da vida. Essas práticas educativas, se contemplarem a autonomia e o protagonismo desses setores, podem ser o motor de um novo paradigma de desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2008, p 12)

Sobre as atividades econômicas que são realizadas de forma coletiva pelo empreendimento Jardim das Oliveiras, foi respondido: produção e comercialização. O faturamento mensal é de R\$ 1800,00 (mil e oitocentos reais), e o gasto com insumos/matéria-prima é de R\$ 1200,00. O empreendimento coloca que tem enfrentado dificuldades na comercialização, devido à falta capital de giro, de clientes e de registro legal para emitir nota fiscal.

Fator positivo é que o empreendimento não paga aluguel, e os equipamentos utilizados pertencem ao próprio grupo, bem como a estrutura física. A casa onde funciona o restaurante foi doada ao grupo pela associação do assentamento. Os equipamentos foram comprados com dinheiro recebido do Projeto Atores. A Fundação Kellogg financiou o projeto, que tinha como um de seus objetivos doar recurso a fundo perdido para os grupos acompanhados que quisessem empreender. Uma das grandes dificuldades apresentadas pelos empreendimentos econômicos solidários é o acesso às linhas de crédito e financiamento. O motivo, segundo eles, é a blindagem do sistema financeiro oficial em conceder crédito aos pequenos empreendimentos. Como geralmente as atividades na área da economia solidária são realizadas por pessoas de baixa renda, fica difícil a obtenção de crédito, já que em sua maioria os recursos financeiros são destinados a grandes negócios, lucrativos. Uma das alternativas é a união dos empreendedores em cooperativas e associações.

O Sistema Nacional de Finanças Solidárias aponta que o financiamento da economia solidária não pode ficar restrito ao sistema bancário e financeiro convencional, ou seja, são os instrumentos de finanças solidárias que devem ser priorizados como agentes de crédito para esses empreendimentos, como os fundos rotativos, bancos comunitários e cooperativas de crédito locais. Apresenta também que se deve reforçar o papel do Estado como comprador. O FBES defende políticas de compras públicas que priorizem produtos da economia solidária e agricultura familiar enquanto investimento e política de desenvolvimento.

Entende-se por finanças solidárias um sistema financeiro concebido para encaminhar, através de estruturas e ferramentas especializadas, financiamentos para projetos geradores de desenvolvimento econômico sustentável e de integração social. Recursos financeiros para criação de pequenas atividades econômicas, consideradas uma forma de luta contra o

aumento do desemprego. Uma oportunidade para a população se envolver concretamente na construção de uma sociedade economicamente mais justa e transparente, oferecendo alternativas de aplicação de seu capital através de poupança solidária. (GOMES, 2003, p 53)

O empreendimento recebeu a partir do Projeto ATORES: assistência técnica e gerencial, qualificação profissional, técnica e gerencial, formação sociopolítica (autogestão, cooperativismo, economia solidária), diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica, elaboração de projetos e incubação. O trabalho de incubação de empreendimentos econômicos solidários apoia e assessora novos empreendimentos ou fortalece os já criados, oferecendo qualificação e assistência técnica. As incubadoras têm se destacado na incubação de empreendimentos, redes e outras modalidades de articulação, na formação de futuros profissionais do campo da economia solidária e no desenvolvimento do conhecimento e no apoio às ações governamentais e movimentos sociais. Sua contribuição combina apoio direto, produção de conhecimentos, formação de quadros e construção de projetos e políticas. É notória a ação das incubadoras universitárias fortalecendo e viabilizando iniciativas econômicas associativas que possibilitam a reinserção social de populações de baixa renda e dos trabalhadores, tanto jovens quanto adultos, submetidos ao desemprego e à informalidade. Relevante também tem sido a contribuição destas na construção de novas práticas de mobilização democrática e de um novo paradigma organizacional para o trabalho e a economia solidária.

A necessidade de criação de uma Rede Nacional de Assistência Técnica que surgiu após ter sido verificado que uma das principais lacunas apontadas pelo mapeamento da economia solidária em relação à viabilidade dos empreendimentos é a falta de acesso à assistência técnica. De posse dessas informações, a SENAES/MTE busca construir a política de assistência técnica aos empreendimentos de econômicos solidários, bem como apoio e fortalecimento de Redes de Cooperação em Economia Solidária. Essa política, que deverá ser efetivada no próximo ano, tem como objetivo a Formação de Núcleos Estaduais de Assistência Técnica Descentralizada a Empreendimentos Econômicos Solidários; formação de Redes de Cooperação de Empreendimentos Econômicos Solidários; melhoria na capacidade técnica, produtiva e de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários; e o aumento da renda média dos trabalhadores na economia solidária. (BOLETIM ACONTECE, 2009, p 6)

O empreendimento recebeu apoio das instituições que formam o Projeto Atores: Instituto Cidades, SEDUP, Beira da Linha, SINTRICON e ADS/CUT. O grande número de iniciativas da economia solidária necessita da atuação dos agentes/mediadores para se instituir e se manter, seja por meio de financiamento, seja pela assessoria na

mobilização, na organização e/ou na gestão das atividades. A forma de atuação desses agentes/mediadores com uma metodologia participativa contribui para a análise e resolução de problemas relacionados à autogestão desses empreendimentos, bem como na apropriação dessas iniciativas por parte dos membros do grupo. A experiência das entidades de apoio deve ser vista como fundamental para a formulação das políticas e estratégias formativas em economia solidária.

O que se constata é que as entidades, em parceria com as políticas de formação em economia solidária, fortalecem-na, desenvolvendo ações de apoio direto junto aos empreendimentos de qualificação social e profissional, educação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.

As entidades de assessoria e fomento à economia solidária normalmente se organizam na forma de associações sem fins lucrativos (ONGs) ou órgãos universitários (incubadoras tecnológicas e grupos de extensão) e prestam serviços de apoio e fomento aos empreendimentos solidários, seja na forma de ações de formação (tanto técnica quanto econômica e política), seja na forma de apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo é um exemplo de entidade de fomento, ao lado das dezenas de outras incubadoras universitárias brasileiras. (FBES, 2005, p 4)

O empreendimento Jardim das Oliveiras recebeu formação do projeto Atores, acerca de economia solidária, autogestão, cooperativismo, formação política e social, gestão, contabilidade, questões jurídicas, questão de gênero e formação para multiplicadores. A formação teve por base valores e práticas para o exercício de uma ética calcada numa solidariedade consciente, e as práticas educativas/formativas se espelham nos princípios da economia solidária, contribuindo para a autoestima do grupo, estimulando o desenvolvimento de suas potencialidades como seres humanos. No geral, as ações se desenvolvem defendendo o respeito à vida em todas as suas dimensões e incorporando a afetividade e a sensibilidade como elementos de formação humana. E estes processos educativos favorecem a redescoberta do sentido do fazer.

A formação e a assistência técnica são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à economia solidária tanto através da apropriação/tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação. Envolvem a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e consideram o contexto específico

em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida.

O desafio se apresenta ainda no processo de construção de um referencial teórico-metodológico próprio para o processo de educação em economia solidária, pois as estratégias de formação e assessoria técnica que predominam hoje ainda são muito carregadas do conteúdo tecnicista, inerentes aos processos educativos voltados para as organizações de base capitalista. Assim, existe um sentido pedagógico inerente à economia solidária, pois a aprendizagem se dá a partir das próprias experiências concretas que colocam a todos, sejam educandos/as ou educadores, em processos de transformação sociocultural. Isso reforça e justifica a importância da construção de uma política pública de educação em economia solidária que não se restrinja apenas ao domínio de técnicas e habilidades para a produção, embora tenhamos que trabalhar na perspectiva de construção de tecnologias (sociais) apropriadas à sua realidade.

A economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável; vale ressaltar: a Economia Solidária não se confunde com o chamado "Terceiro Setor" que substitui o Estado nas suas obrigações legais e inibe a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores, enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos históricos. (SINGER, 2006, p.13)

Todos do empreendimento exercem funções de coordenação, cooperação, fortalecimento de grupo, sem patrão nem empregado. Todos os integrantes do empreendimento são trabalhadores e donos, cada um pensando no bem de todas/os e no seu próprio bem. É uma prática social regida pelos valores da autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável global e coletivo. Também é uma estratégia de enfrentamento e superação da exclusão social e da precarização das relações de trabalho, que passam a ser sustentadas em formas coletivas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda. A economia solidária é uma forma de estar no mundo e de consumir produtos locais, saudáveis, que não afetem ao meio ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas.

Singer (1999) nos traz a ideia de economia solidária como estratégia de combate ao atual desemprego, propondo novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, fazendo uso da prática da solidariedade em lugar da competição. O autor rompe com o marxismo ortodoxo e com

a visão economicista que acreditava que o desenvolvimento das forças produtivas, sob o capitalismo, causaria por si só um processo de transformação das relações sociais. Segundo o autor, que busca alternativas socialistas e democráticas ao modo de produção capitalista, o socialismo pressupõe a transferência do controle dos meios de produção ao trabalhador que deve estar desejoso por assumir o controle coletivamente, o que exige educação e conscientização por parte dos trabalhadores. É por esse caminho que o cooperativismo tem muito a contribuir para a “virada de mesa” da classe trabalhadora (SINGER, 1998).

Foi observado que o empreendimento tem relação com movimentos sociais: movimento de luta pela terra e agricultura familiar, movimento sindical, de mulheres, pastoral, e juventude. Exemplo de que a economia solidária se articula com diferentes movimentos sociais e um espaço que propicia este diálogo: é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que teve origem quando acontecia o I Fórum Social Mundial.

A manifestação de interesses e a necessidade de articular a participação nacional e internacional que propiciaram a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro), composto de redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais. As 12 entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro eram: RBSES, PACS, FASE, ANTEAG, IBASE, Cáritas Brasileira; MST/CONCRAB; Rede ITCPs; Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UniTrabalho; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

O GT-Brasileiro buscou a unidade na diversidade, favorecendo a construção da identidade do campo da denominada economia solidária, graças à prática de respeitar as contribuições diversas de cada região e especificidades de suas organizações. Pois sabia que era necessário investir na divulgação, caracterizar suas atividades e se constituir como uma articulação de dimensão nacional. É a partir deste grupo que se propõe a constituição de um fórum em dimensão nacional. Tanto a realização das plenárias quanto a elaboração dos Princípios da Economia Solidária foram decisivas para ampliar e, ao mesmo tempo, caracterizar seu campo de ação.

Verifica-se no Brasil, durante a última década, a crescente organização da economia solidária enquanto um movimento – ou seja, ultrapassando a

dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, e orientando-se para a articulação nacional, a configuração de redes locais e o estabelecimento de uma plataforma comum. Essa tendência dá um salto considerável a partir das várias edições do Fórum Social Mundial, espaço privilegiado onde diferentes atores, entidades, iniciativas e empreendimentos puderam construir uma integração que desembocou na demanda ao então recém-eleito presidente Lula pela criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). (GAIGER, 2002, p 61)

O empreendimento busca qualificar os produtos e serviços no intuito de melhor atender aos clientes, praticando melhores preços em relação ao mercado. Manifesta preocupação ambiental na produção e prestação dos serviços e oferta produtos orgânicos, sem agrotóxicos, cuidando do meio ambiente e tendo responsabilidade com as gerações futuras.

A economia solidária gera outro debate no que se refere à agricultura, quando se percebe que não basta só ter a terra, produzir sem agroquímicos, ela é também espaço de resgatar e recriar formas de comercialização coerente com a proposta agroecológica. Daí, a economia solidária passar a ser parte fundamental da construção da agroecologia, agregando diversos mecanismos de contraposição de superar a economia capitalista do agronegócio, com a organização dos camponeses e camponesas, ampliando espaços de feiras agroecológicas como meio de estimular e recriar o resgate da cultura camponesa através de seus princípios, produzindo de forma coletiva a autogestão das suas atividades e resgatando o conhecimento tradicional através de intercâmbios, organização em redes de agroecologia e economia solidária, cooperativas, associações, enfim, uma gama de alternativas como forma de resistir e se contrapor à imposição do mercado capitalista.

A organização da produção a partir da agroecologia e a economia solidária se entrelaçam, criando não somente alternativas de produção, mas outras relações sociais baseadas na organização do trabalho coletivo e autogestionado, com respeito ao trabalho e as relações comerciais. Cria e recria diversas estratégias para enfrentar o mercado hegemônico, sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar os desafios do trabalho rural.

Esse caminho teórico, político, metodológico e prático é o que está em construção no campo e na cidade, envolvendo os produtores e produtoras dos Fóruns de econômica solidária estaduais e nacional. Estas organizações são as principais forças produtivas da agricultura no Brasil, como podemos ver em trabalho de Leonardo Boff (2002) “A agricultura familiar no Brasil representa 70% dos alimentos que chegam à mesa. Ela é responsável por 67% do feijão, 89% da mandioca, 70% dos frangos, 60%

dos suínos, 56% dos laticínios, 69% da alface e 75% da cebola”. Estes pequenos agricultores, articulados entre si e também em nível internacional, devem formular as políticas de produção, privilegiar os mercados locais e regionais e manter sob vigilância os mercados mundiais para inibir a especulação e impedir a formação de oligopólios.

A economia solidária no mundo de hoje é a principal força que se contrapõe à produção mercadológica de acumulação e exploração da humanidade. As principais conquistas obtidas segundo o empreendimento são a autogestão e o exercício da democracia, a integração do grupo e o comprometimento dos sócios/as. Os empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, são fatores que aparecem em escala global e são iniciativas que representam economicamente uma opção para os segmentos sociais de baixa renda, são alternativas de mudanças sociais, que passaram a integrar a chamada economia solidária, que Gaiger denomina como sendo: “Uma alternativa para os excluídos, os trabalhadores, um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses populares, etc.: uma alternativa ao aprofundamento das iniquidades, às políticas de corte neoliberal, ao próprio capitalismo” (GAIGER, 2005).

A auto-gestão é um movimento social, algo organizada, que se diferencia do cooperativismo tradicional, que no Brasil ainda é classificado como uma forma de precarização das relações de trabalho. A autogestão é vista hoje como uma forma de devolver ao trabalhador parte daquilo que o capitalismo lhe foi tomando ao longo dos tempos, minimizando o que Marx chamou de subsunção real do trabalho, ou seja, criando formas coletivas de propriedade coletiva, superando o modo formal de trabalho no limite do próprio capitalismo. No Brasil, a ANTEAG é a entidade precursora deste movimento, criada na década de 90, período de entrada de políticas neoliberais no país e em outros países em desenvolvimento.

O outro lado da autogestão, que os pesquisadores denominam como sendo negativo, reside no fato de que as pessoas que detêm esses bens adquirem um grande patrimônio pessoal, mas possuem reduzido grau de instrução formal, particularmente aqueles que ocupam cargos gerenciais. A economia solidária, então, apresenta-se como uma reconciliação do trabalhador com seus meios de produção e fornece, de acordo com Gaiger (2003), uma experiência profissional fundamentada na equidade e na dignidade, na qual ocorre um enriquecimento do ponto de vista cognitivo e humano.

Com as pessoas mais motivadas, a divisão dos benefícios definida por todos os associados e a solidariedade, “o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento

do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência” (GAIGER, 2002, p 42).

Os principais desafios apresentados pelo empreendimento são viabilizar economicamente o empreendimento, gerar renda adequada aos sócios/as, e alcançar maior conscientização e politização destes. A viabilidade econômica de um empreendimento de economia solidária depende da sua capacidade de produzir bens ou prestar serviços e comercializar os seus produtos, obtendo um resultado que permita: pagar todos os custos de produção dos seus produtos e serviços; remunerar satisfatoriamente todos os membros do empreendimento; destinar algum valor para constituir uma reserva técnica para despesas emergenciais; assim como para realizar novos investimentos.

A formação em economia solidária é definida como uma construção social, que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável que considera as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. A formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção. A formação e a assessoria técnica são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à economia solidária tanto através da apropriação/tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação. Envolvem a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida. A economia solidária, conforme Wautier (In: CATTANI: 2003, p.110), é orientada do ponto de vista sociológico e “acentua a noção de projeto, de desenvolvimento local e de pluralidade das formas de atividade econômica, visando à utilidade pública, sob forma de serviços diversos, destinados, principalmente, mas não exclusivamente, à população carente ou excluída”.

3.4 Identificação e análise das relações de gênero no empreendimento Recanto das Oliveiras

Nesta parte do trabalho apresentam-se os dados coletados que fazem referência ao empreendimento o recorte da questão de gênero, buscando perceber os impactos que a formação nesse sentido realizada pelo Projeto Atores têm implicado nas relações internas do empreendimento. Além da formação em gênero realizada pelo programa de formação no universo da organização, destaca-se a inserção do empreendimento na economia solidária, que tem como um dos seus princípios o respeito à questão de gênero. Havendo na sociedade uma cultura machista, até que ponto este empreendimento conseguiu mudar posturas para beneficiar homens e mulheres em sua organização, a partir da economia solidária e do programa de formação do Projeto Atores? A pesquisa foi desenvolvida a partir de entrevistas realizadas com os participantes do empreendimento econômico solidário Restaurante Recanto das Oliveiras.



Figura 2: Espaço interno do empreendimento.
Fonte: Primária.

O primeiro gráfico mostra a divisão das decisões com base no gênero dos sócios(as).

QUADRO 2 – Decisões no empreendimento

Apenas mulheres decidem	07
Todos decidem	01

Fonte: primária

O Quadro 2 mostra que 07 (sete) dos participantes responderam que homens e mulheres tomam as decisões juntos; e 01 (um) participante apenas respondeu as mulheres decidem. Segundo uma fala de um entrevistado: “Quando começou o grupo era bastante gente, mas, sempre, cada um deu sua opinião” (J.M.S.V.).

A partir destes dados podemos constatar um grande avanço no que se refere ao diálogo entre homens e mulheres, o respeito às opiniões independentemente do sexo e, o mais importante, a gestão coletiva entre estes em um empreendimento. A emancipação da mulher, a conquista da total igualdade dos sexos, que é essencial para o progresso humano e a transformação da sociedade. A desigualdade retarda não somente o avanço desse sexo, mas o progresso da própria civilização. A persistente negação da igualdade para metade da população mundial é uma afronta à dignidade humana e promove atitudes e hábitos destrutivos em homens e mulheres que passam pela família, local de trabalho e vida política. Não existe nenhuma base moral, biológica ou tradicional que justifique a desigualdade.

O clima moral e psicológico necessário para capacitar nossa nação a estabelecer a justiça social e contribuir para a paz global será somente criado quando as mulheres alcançarem completa parceria com os homens em todos os empreendimentos. A sistemática opressão da mulher é um fato conspícuo e trágico da história. Restritas a estreitas esferas de atividade na vida da sociedade, com oportunidades de educação e direitos humanos básicos negados, sujeitas à violência, e frequentemente tratadas com desprezo, elas foram privadas de compreender seu potencial verdadeiro. Velhos padrões de submissão, refletidos na cultura popular, na arte, na lei e até em escrituras religiosas continuam a impregnar todos os aspectos da vida.

Os efeitos danosos do preconceito de gênero representam um grave defeito na base de nossa vida nacional. Os benefícios para a mulher jazem inquietantemente sobre imutáveis suposições herdadas, mais geralmente não examinadas. Muito há para ser feito. A conquista da total igualdade exige um novo entendimento sobre quem somos, qual é nosso propósito na vida, e como nós nos relacionamos uns com os outros - um entendimento que irá nos compelir a remodelar nossas vidas e por meio disso nossa sociedade. (CHAVES, 2004, p 33)

Foi perguntado como é realizada a divisão do trabalho no empreendimento, e todos(as) os(as) empreendedores(as) responderam que homens e mulheres desenvolvem tarefas distintas, existe uma divisão do trabalho por sexo no empreendimento, embora, como observado, mesmo tendo algumas tarefas definidas, existe cooperação em sua realização, fazendo com que ambos os sexos realizem trabalhos independentemente do que foi pré-estabelecido pelo grupo. Podemos observar em algumas falas:

“Os homens cuidam da instalação de energia, reforma, horta, e segurança, e as meninas cuidam da limpeza, atendimento aos clientes e conzinha.” (J.M.S.V.)

“Um ajuda o outro, mas não tem coisas que os homens fazem, e coisas que as mulheres fazem, apenas cozinhar que são só as mulheres que fazem.” (M.F.A.A.)

“Às vezes mulheres fazem trabalho de homem, por exemplo: limpar a grama, retelhar e colocar água.” (M.G.B.)

“Homens secam a louça, lavam os banheiros e passam pano.” (M.G.B.)

“As mulheres participam mais das reuniões.” (R.S.G.)

“Mesmo sendo poucos homens, estamos precisando conversar, por que muitas vezes, eles ficam esperando que as mulheres façam os afazeres.” (R.S.G.)

Existe uma questão cultural que coloca que os homens exercem melhor determinadas profissão ou não, vamos supor a urologia, no caso dos médicos. É difícil pra um homem ir a uma urologista mulher, como pra alguns não tem problema nenhum. Existem urologistas muito boas, mulheres. Como as mulheres, que normalmente preferem as ginecologistas mulheres do que homens. Em outras áreas existem, taxista mulher contra a maioria dos homens, motorista de ônibus, entre outras. Lógico, tem aquelas profissões que necessitam de um pouco mais de força, que a predominância é de homens, mas não quer dizer que não possa ter uma mulher exercendo. Não existe profissões que seja exclusiva de homens. Existe sim uma tendência, se você entrar hoje numa faculdade em um curso de engenharia a tendência é que a maioria seja homens. Se entrar em um curso de enfermagem, percebemos que a maioria são mulheres. Então existe um pouco essa diferença, mas não profissões que são exclusivas para homens ou para mulheres. (PALMA, 2007, 51)

QUADRO 3 – Atitudes de sexismo

A partir de homens, apenas	02
A partir de homens e mulheres	06

Fonte: primária

O terceiro quadro se refere à ocorrência de falas, “brincadeiras” ou piadas em relação ao sexo, seja masculino ou feminino, no empreendimento, que denunciam as relações de gênero no local. Dos participantes entrevistados, 06 (seis) responderam que mulheres e homens têm estas atitudes, e 02 (dois) responderam que apenas os homens têm estas atitudes. Esses dados apontam que não são apenas os homens que reproduzem o machismo: as mulheres, através de brincadeiras, piadas, opiniões e comportamentos, também reforçam este costume, tão presente em nossa sociedade, expressões construídas no processo de formação/educação na família, escola, trabalho, entre outros espaços. Segundo fala de uma entrevistada:

“Muitos homens, às vezes param, veem só mulheres e tiram brincadeiras, mas agente mesmo resolve.” (M.F.A.A.)

Estas brincadeiras acontecem devido as diferenças que foram sendo criadas pelo costume. Então se colocou que a mulher seria mais frágil que homem, só que hoje isto vem sendo desconstruído, tendo em vista que o homem também é frágil. Na constituição nós temos assegurado legalmente, a isonomia de direitos. Homens e mulheres têm direitos iguais, só que existe diferença de gênero. O homem jamais será igual à mulher, e a mulher jamais será igual o homem, em virtude dos sentimentos que cada um tem, e a forma como eles se determinam perante a vida. Então observa-se que existem reações diferentes. Então a igualdade de direitos existe, mas ela será aferida caso a caso, em cada situação. (CHAVES, 2004, 40)

Quando os participantes são questionados sobre a ocorrência de preconceito/discriminação em relação ao sexo dentro do empreendimento, 100% dos/das empreendedores(as) afirmaram que isto nunca ocorreu. Mesmo que os entrevistados/as afirmem que são usuais as brincadeiras e piadas machistas feitas por mulheres e homens ou clientes no empreendimento, avaliam e afirmam que situações mais graves de preconceito e discriminação nunca ocorreram.

QUADRO 4 – Oportunidades para formação/capacitação

Mulheres e homens participam	07
Não souberam avaliar	01

Fonte: Primária

O quadro acima apresenta os dados sobre as oportunidades para formação/capacitação e a questão de gênero, 07 (sete) dos/das empreendedores/das responderam que mulheres e homens participam, e 01 (um) disse que não poderia avaliar, pois, o grupo não estar participado de momentos de formação atualmente. Contudo, pode-se constatar que a questão de gênero é respeitada pelo empreendimento no que se refere às oportunidades para formação/capacitação, o que pode ser considerado uma conquista pelo fato de ser considerado pelo conjunto do empreendimento que homens e mulheres têm igual capacidade de apreensão de conhecimento e de socialização, tendo em vista que os mesmos, quando participam de formações, têm o compromisso de replicar com o grupo.

A igualdade de oportunidades é um factor essencial para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente nos domínios onde esta desigualdade é maior, e além de igual oportunidade de formação para homens e mulheres, é preciso mudar realidades em determinados espaços como: no mercado de trabalho, porque a maior parte das mulheres trabalham em sectores informais, com uma produtividade e um rendimento baixos, em difíceis condições de trabalho e uma protecção social limitada ou inexistente. Em relação a participação política, porque em vários países as mulheres são marginalizadas na tomada de decisões. A fim de proteger os direitos fundamentais das mulheres, a legislação que assegura a igualdade dos direitos dos sexos deve ser aplicada efectivamente. No acesso à educação, onde a desigualdade entre homens e mulheres está, nomeadamente, ligada às tarefas domésticas diárias impostas às mulheres. A saúde, porque as mulheres têm um acesso limitado aos serviços sanitários de base, em especial no que diz respeito à saúde reprodutiva e sexual. E combater principalmente a violência contra as mulheres. (FARIA, 2006, p 23).

Quando questionadas sobre a distribuição da remuneração no empreendimento entre homens e mulheres, todos/as responderam que ambos os sexos recebem remuneração com mesmo valor. Assim, observa-se que, o que ocorre no mercado capitalista não se aplica no empreendimento solidário. No mercado de trabalho existe alta disparidade salarial entre homens e mulheres, muitas vezes exercendo a mesma função e com a mesma jornada de trabalho. Segundo pesquisa realizada pelo Grupo Catho, a diferença entre os salários de homens e mulheres vem crescendo nos últimos anos. No ano de 2005, essa diferença era de aproximadamente 52%, favorável aos homens. Para o ano 2007, até o mês de junho, subiu para 75,38%.

Analisando essa diferença, no mesmo período, em cada um dos níveis hierárquicos considerados nesta pesquisa, nota-se que para a maioria dos cargos houve

um aumento da diferença entre salários, principalmente para os cargos mais elevados, como diretores, para o qual a diferença chega a aproximadamente 20%. Para os cargos de trainee, estagiários e operacionais, houve uma queda na diferença salarial quando se compara os anos de 2005 e 2007. Apesar dessa diminuição, a classe referente aos operacionais tem uma diferença de 45,59%, a maior entre os níveis hierárquicos.

TABELA 1
Média Salarial por Nível Hierárquico (2005)

Nível Hierárquico	Feminino	Masculino	Razão	Relação
Presidente	-	34.988,02	-	
Vice Presidente	-	21.993,00	-	
Diretor	14.256,95	15.279,16	93,31	7,17
Gerente	7.291,96	7.995,94	91,20	9,65
Consultor	4.749,56	5.871,31	80,89	23,62
Supervisão	3.233,41	3.715,63	87,02	14,91
Especializado	2.364,25	2.961,34	79,84	25,25
Professor Universitário	4.098,41	4.744,45	86,38	15,76
Administrativo	1.008,66	1.058,76	95,27	4,97
Trainee	1.323,05	1.635,23	80,91	23,59
Estagiário	677,74	742,95	91,22	9,62
Operacional	945,60	1.370,03	69,02	44,88

Fonte: Pesquisa Salarial da Catho/2008

TABELA 2
Média Salarial por Nível Hierárquico (2007)

Nível Hierárquico	Feminino	Masculino	Razão	Relação
Presidente	26.500,00	28.211,00	93,93	6,46
Vice Presidente	20.000,00	26.048,00	76,78	30,24
Diretor	12.926,00	15.582,00	82,95	20,55
Gerente	7.316,00	8.136,00	89,92	11,21
Consultor	4.067,00	5.282,00	77,00	29,87
Supervisão	3.154,00	3.690,00	85,47	16,99
Especializado	2.358,00	3.006,00	78,44	27,48
Professor Universitário	3.652,00	4.572,00	79,88	25,19
Administrativo	1.016,00	1.082,00	93,90	6,50
Trainee	1.308,00	1.534,00	85,27	17,28
Estagiário	735,00	807,00	91,08	9,80
Operacional	908,00	1.322,00	68,68	45,59

Fonte: Pesquisa Salarial da Catho/2008

Com relação ao faturamento (porte) da empresa tem-se que a diferença entre os salários aumentou em todos os níveis de faturamento considerados nesta pesquisa, quando se compara os anos de 2005 e 2007. Para esse ano, observou-se que quanto maior o porte da empresa maior a diferença salarial entre os sexos, exceto para as empresas que faturam mais do que R\$ 300 milhões (US\$ 150 milhões). A diferença salarial chega a aproximadamente 84% em empresas que faturam de R\$ 150 a 299 milhões (US\$ 75 a 149,5 milhões). Assim, conclui-se a que a diferença salarial está aumentando, principalmente em grandes cargos. Não podemos esquecer que essa diferença tem fatores ligados não somente à discriminação sexual, mas também à diferença regional e a diferença de papéis que homens e mulheres exercem na

sociedade. (Pesquisa Salarial da Catho, 2008, p 4)

QUADRO 5 – Frequência de reflexão sobre as questões de gênero

Frequentemente	02
Raramente	04
Nunca	02

Fonte: Primária

É apresentado no quadro 5 a frequência com que são discutidas e refletidas questões de gênero no empreendimento. Para 02 (dois) participantes, nunca é discutido. Outros 04 (quatro) responderam que raramente são discutidas, enquanto 02 (dois) colocaram que frequentemente são discutidas. Isto é: raramente a questão de gênero no empreendimento é discutida, como foi afirmado por um entrevistado que afirma que ultimamente a conversa tem acontecido de maneira informal, diferente do período de formação, quando recebiam oficinas para estudar a questão de gênero.

A discussão de gênero se faz importante em um empreendimento econômico solidário, tendo em vista que homens e mulheres constroem outros costumes, outras formas de se relacionar e, principalmente, novas relações de trabalho, onde eles são também os donos dos meios de produção; e a gestão realizada por homens e mulheres sem hierarquia se faz necessária para compreender a história no que diz respeito à forma como as mulheres foram superando uma situação de opressão.

Desde a antiguidade, prevalecia a ideia preconcebida de superioridade masculina, em que a mulher era reduzida à condição muito próxima a de objeto, ou seja, a mulher era julgada apenas como um organismo vivo, capaz de satisfazer as necessidades do homem e da matriz reprodutora. Na Idade Média, a situação da mulher não se tornou muito diferente, apesar da sexualidade humana ter passado a exercer um lugar em destaque nas preocupações sociais, principalmente em função da notória influência da Igreja. Reprimida pelos representantes da fé e pela sociedade em geral, nada mais cabia à mulher do que se limitar a sua condição de "sexo frágil", patrimônio de seu senhor, ligando-se às atividades caseiras e à vida doméstica, sendo considerada, em função da sua presumida debilidade física, com uma mão-de-obra secundária.

Um fato na história que estudiosos equiparam ao assédio sexual foi o uso medieval do jus primae noctis (direito da primeira noite), que obrigava as recém-casadas a passarem a primeira noite de núpcias com o senhor do lugar, tal fato que somente foi julgado ilícito em 1409 na França. O papel da mulher

nas relações de trabalho inicia-se então com a Revolução Industrial. Com o surgimento da máquina a mulher conseguia atingir os mesmos objetivos do homem, pelo fato da força a ser despendida para o trabalho ser menor. Porém, a partir desse momento houve muita exploração da força de trabalho feminina, pela sua condição de mão-de-obra mais dócil e barata. A partir, então, da inserção da mulher no mercado de trabalho, também juntamente inicia-se as práticas de assédio sexual nas relações trabalhistas. (FARIA, 2006, p 27)

Com referência ao assédio sexual na relação com clientes ou fornecedores, todos/as responderam que isto nunca ocorreu. Assédio sexual é um tipo de coerção de caráter sexual praticada geralmente por uma pessoa em posição hierárquica superior em relação a um subordinado. Nem sempre o assédio vem do empregador/empregado, também pode acontecer horizontalmente, em local de trabalho ou ambiente acadêmico. Caracteriza-se por alguma ameaça, insinuação de ameaça ou hostilidade contra o subordinado, com fundamento em sexismo. Exemplos clássicos são as condições impostas para uma promoção que envolvam favores sexuais ou a ameaça de demissão caso o empregado recuse o flerte do superior.

Geralmente a vítima do assédio sexual é a mulher, embora nada garanta que também não possa ser praticado contra homens, homossexuais ou não. No Brasil o assédio está assim definido na lei número 10.224, de 15 de maio de 2001: "Constranger alguém com intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função."

No âmbito laboral, não é necessário que haja uma diferença hierárquica entre assediado e assediante, embora normalmente haja. A Organização Internacional do Trabalho define assédio sexual como "atos, insinuações, contatos físicos forçados, convites impertinentes, desde que apresentem uma das características a seguir: Ser uma condição clara para manter o emprego; Influir nas promoções da carreira do assediado; Prejudicar o rendimento profissional, humilhar, insultar ou intimidar a vítima. (SILVA, 2008, p 35)

QUADRO 6 – Trabalho doméstico e gênero

Homens e mulheres	06
Apenas homens	01
Apenas mulheres	01

Fonte: Primária

No quadro 6 demonstra o trabalho doméstico além do realizado no empreendimento. Para 06 (seis) dos(as) entrevistados(as), há homens e mulheres que realizam trabalhos domésticos, enquanto que para 01 (um), apenas homens realizam trabalho doméstico e o mesmo percentual corresponde à opinião de que apenas mulheres realizam trabalho doméstico. Podemos constatar a partir dos dados apresentados acima que hoje não são apenas as mulheres que desempenham trabalho doméstico, mas homens também exercem estas atividades, enquanto as mulheres estão ingressando, cada vez mais, no mercado de trabalho. Segundo a fala de um entrevistado: “Tenho cinco irmãos, uma irmã pequena, minha mãe trabalha fora, são muitos os afazeres, eu tenho que ajudar cuidar da casa e dos meus irmãos.” (M.G.B.)

O trabalho doméstico sempre foi tido como um trabalho exclusivo das mulheres. Se antes era tratado como “ajuda” às donas-de-casa, hoje é determinante na vida de homens e mulheres que trabalham fora. Nenhuma categoria profissional expressa tão claramente a discriminação no mercado de trabalho como a do trabalho doméstico, realizado em sua maioria por mulheres negras. Sintetiza os efeitos da dupla discriminação de gênero e de raça presente no mercado de trabalho brasileiro.

Dados de 2006 da PNAD/IBGE revelam a existência no Brasil de cerca de 6,7 milhões de pessoas no trabalho doméstico. Deste total, 6,2 milhões são mulheres, ou seja, 93,2%; e 6,8%, de homens. O maior contingente é o das mulheres negras: as domésticas são 21,7% das mulheres ocupadas, ou seja, de cada 100 mulheres negras ocupadas no Brasil, aproximadamente 22 são empregadas domésticas. A grande maioria das domésticas – cerca de 72,5% – não tem carteira assinada; desse contingente, 57,5% são negras.

Para as mulheres, o trabalho doméstico tem sido uma ocupação relevante, muitas vezes servindo como porta de entrada no mercado de trabalho para as jovens. Em cidades como Salvador e Distrito Federal, o trabalho doméstico abriga mais de 20% do total de jovens ocupadas de 18 a 24 anos (OIT/DIEESE, 2006). Além das jovens, ingressam neste, mulheres de maior idade, muitas vezes pela primeira vez ou que retornam após períodos de inatividade. Em sua grande maioria, essas trabalhadoras têm baixa escolaridade. Nas regiões metropolitanas, cerca de 60% têm o ensino fundamental incompleto.

Mesmo sendo numeroso (representa 18,3% do setor de serviços, PNAD/IBGE, 2006), o trabalho doméstico se mantém como uma das ocupações mais marcadas pela precariedade dos vínculos e pelo não cumprimento da legislação trabalhista. Segundo dados da PNAD/IBGE-2006, apenas 27,8% do total de trabalhadoras domésticas tinham

carteira de trabalho assinada. Do total, de trabalhadoras sem carteira assinada, as domésticas negras representavam 57,5%.

TABELA 3 - Trabalho doméstico e atividade produtiva no empreendimento

Respostas	Nº de entrevistados/as	%
O trabalho doméstico dificulta a atividade produtiva	6	75%
O trabalho doméstico não dificulta atividade produtiva	2	25%
TOTAL	8	100%

Fonte: Primária

A tabela 3 traz a questão se o trabalho doméstico dificulta o tempo que tem que ser dedicado ao empreendimento. 75% (n=6) afirmaram que este tem dificultado, ou seja, que o trabalho doméstico dificulta o desenvolvimento das atividades no empreendimento, em detrimento de 25% (n=2) das respostas, que sinalizaram que o trabalho doméstico não atrapalha.

Estudos demonstram que a precariedade do trabalho doméstico traz consigo outro problema, a não contribuição previdenciária. Mesmo com o crescimento ocorrido nos últimos anos, apenas 29,9% das trabalhadoras domésticas contribuem para a previdência social. Uma das causas é a ausência, ainda, da obrigatoriedade da carteira assinada por parte do empregador que estenda os direitos dos demais trabalhadores às domésticas. A inexistência de contribuição resulta em prejuízos a curto e longo prazo, privando-as do acesso a direitos como afastamento por motivos de doença ou maternidade, além de prejuízo referente à aposentadoria por tempo de contribuição.

A remuneração das trabalhadoras domésticas é muito reduzida, sempre próxima a um salário mínimo. Os rendimentos dessas trabalhadoras significavam 45% da média dos rendimentos dos ocupados no país em 2003, segundo a PNAD. A diferenciação salarial por raça e gênero também está presente nesta categoria. No ano de 2006, a renda média dos homens brancos no serviço doméstico ficou em torno de R\$ 465,20, enquanto que das mulheres brancas foi de R\$ 351,34 e das negras foi de apenas R\$ 308,71 (PNAD/IBGE, 2006).

Para além da precariedade peculiar ao vínculo empregatício das trabalhadoras desse setor, a discriminação, o assédio sexual e moral são outros fatores presentes no cotidiano de milhares de mulheres que têm no serviço doméstico sua forma de sobrevivência. Um dos desafios iniciais para reverter essa situação é promover sua

organização, garantir que possam entrar em contato com seus sindicatos e que sejam sujeitos dos processos de luta por uma legislação que melhore suas condições de vida e trabalho.

TABELA 4 - Presença de liderança no grupo

Respostas	Nº de entrevistados/as	%
Não tem liderança no grupo;	5	63%
Tem liderança, é uma mulher;	2	25%
Tem liderança, é um homem;	1	12%
TOTAL	8	100%

Fonte: Primária

A tabela 4 mostra a opinião dos entrevistados sobre a existência de alguma liderança, apontando que 25% (n=2) responderam positivamente, colocando que é uma mulher, e apenas 12% (n=1) das respostas sobre ser um homem o líder. A maioria dos entrevistados, 63% (n=4), colocaram que não há liderança no empreendimento. Assim, podemos observar que existe a prática do princípio da economia solidária da autogestão, expressando que o empreendimento não tem liderança e que todos(as) são referência para o grupo, tomam iniciativas, e que ninguém se sobressai em relação aos demais.

Os empreendimentos de Economia Solidária se desenvolvem tanto no sentido de empresas como no sentido solidário, apoiados no **mundo cooperativo**. Empresarial no sentido da busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela melhor utilização de todos os recursos produtivos, humanos e materiais. Solidário de maneira que a cooperação beneficie os próprios trabalhadores. O que diferencia estes empreendimentos é a busca de uma organização eficiente, mas, através da cooperação e em benefício dos próprios produtores (cooperados, associados), diferente do pensamento capitalista que não é solidário nem inclusivo. Estes empreendimentos funcionam com base na **cooperação**. (ADECOM, 2004, p 4)

No mercado de trabalho, diferente da organização em economia solidária, a liderança cada vez mais ocupa um lugar central dentro das empresas. Estas buscam a criação de times interfuncionais que possam tratar as necessidades da empresa de forma holística (pessoas que analisem cada situação e necessidade com uma visão mais abrangente). Isso se dá através da criação de grupos de trabalho com pessoas de inúmeras áreas. Pessoas de áreas muito distintas, como produção e marketing, acabam tendo que trabalhar em projetos conjuntos. Esse novo tipo de grupo de trabalho gera a necessidade de líderes que possam trabalhar de forma a extrair o melhor desempenho das pessoas, diminuindo e resolvendo problemas que possam existir em função da

cultura de cada uma das áreas e das pessoas envolvidas. Diante do contexto apresentado, as empresas buscam pessoas que serão responsáveis pelas seguintes atividades: ligações com constituintes externos; localizadores de problemas; administradores de conflitos; treinadores. Esta é uma das tendências que mais se desenvolveu nos últimos anos e gerou enormes mudanças dentro das empresas. Cada vez mais é valorizada a capacidade das pessoas de delegarem. Desta forma, o envolvimento dos funcionários nas tarefas de determinada área se aprofunda, gerando mais comprometimento e satisfação no cargo. A pessoa, ao receber maiores responsabilidades, acaba por ter um maior envolvimento nos resultados do processo, o que não ocorreria caso a responsabilidade fosse de outro.

O papel do líder com mais poder é mostrar confiança, fornecer visão, eliminar barreiras de bloqueio de desempenho, oferecer estímulos, motivar e treinar pessoalmente os funcionários. Muitas dessas empresas introduziram o empowerment como parte de seus esforços corporativos em implementar a gestão de qualidade total. Toda esta metodologia está voltada no individualismo, para estimular a competição e fazer com que os empregados se sintam parte da empresa, sendo que o objetivo final é que seja gerado mais lucro para a corporação, e não para melhorar a qualidade de vida do trabalhadores(as), enquanto a economia solidária está voltada para a valorização do ser humano.

QUADRO 7 – Relação conjugal e participação no empreendimento

Dificulta	06
Não dificulta	02

Fonte: Primária

O quadro 7 apresenta as opiniões dos entrevistados casados(as) sobre sofrerem alguma dificuldade de participar do empreendimento pelo fato de serem casados. A maioria das respostas, 06 (seis), colocara que há dificuldade na disponibilidade de tempo para o trabalho fora de casa. Apenas 02 (dois) dos entrevistados colocaram que a relação não atrapalha a participação no empreendimento. Constata-se que a principal dificuldade colocada pelo casamento é a diminuição do tempo de dedicação ao empreendimento, pelo fato de ter que dividir o tempo com o trabalho doméstico, questão já refletida neste capítulo. Outros problemas são percebidos a partir das falas

dos entrevistados:

“Teve um tempo que o marido não queria deixá-la vir para o empreendimento, o grupo passou a convidá-lo a participar de nossas atividades, e com tempo ele mudou.” (J.M.S.V.)

“Quando tinha reunião a noite, muitas vezes ela não podia participar.” (M.F.A.A.)

Dentro da cultura e dos preceitos machistas, os homens sempre encontram apoios e reforços para as suas opiniões e comportamento, fazendo questão de compartilhá-las e exaltá-las. Por mais machistas e aberrantes que sejam seus casos, nenhum amigo ouvinte se indis põe ou se declara a favor da reputação da mulher. Os homens podem, sem vergonhas ou culpas, ser os porta-vozes da manutenção da ainda dominante cultura machista. No caso feminino é muito diferente: muitas ainda calam. A grande maioria se sente forçada a ser aliada dos homens nos julgamentos dos comportamentos das parceiras de gênero, mesmo que as julgadoras estejam cometendo erros idênticos ou piores do que aquela que se encontra sendo julgada, com a hipócrita finalidade de preservação da própria imagem.

O sentimento de posse masculina sobre as mulheres ainda está muito presente, muitas vezes quando estes interferem em sua carreira profissional, quando querem colocar limites no seu direito de ir e vir, quando não aceitam o fim de um relacionamento e não querem que esta tenha outras ligações, e a partir deste sentimento agem com violência, perseguindo, espancando e assassinando tantas mulheres, como veicula a imprensa vários casos com este desfecho na Paraíba, e em todo o país.

“(...) as mulheres, diferentemente da maioria dos estudos que falam pelas mulheres ou sobre elas, não acreditam no necessário desaparecimento da identidade feminina, não se consideram vítimas, até mesmo quando sofrem injustiças ou violências e, nos convenceremos disso rapidamente, as mulheres carregam dentro delas projetos positivos bem como o desejo de viver uma existência transformadora por elas mesmas”. (TOURAINÉ, 2006, p 42)

QUADRO 8 – Importância da questão de gênero

É importante	07
Desconhece	01

Fonte: Primária

O último quadro é referente à opinião com relação à questão de gênero, ao que 07 (sete) entrevistados(as) responderam que é uma questão importante, que tem que ser discutida, refletida e respeitada, em detrimento de apenas 01 (um) que desconhece a

questão de gênero. Constatou-se que a grande maioria dos entrevistados defendem ser importante refletir e discutir a questão de gênero.

É muito relevante discutir esta temática devido a esta questão ainda gerar sérios problemas, e somente através das reflexões é que se pode ter uma transformação cultural, pois, judicialmente, tivemos conquistas, como a Lei Maria da Penha, mas o que deve avançar é sua aplicação, e para isto é preciso mudança de comportamento de homens e mulheres. A educação tem um papel importante nesta construção, onde também é preciso mudar algumas questões. Estudos realizados no Brasil concluem que os livros didáticos e os métodos de ensino tendem a reforçar a segregação de gênero e os estereótipos. Os homens estão ligados à vida pública e em todas as suas dimensões de trabalho, ao lazer, à política, riqueza e poder, enquanto que as mulheres estão relegadas à esfera privada do domicílio.

Dado que o Brasil progrediu significativamente em termos de aumentar a educação das meninas, a atenção agora deveria voltar-se para assegurar que os meninos não fiquem para trás, para a melhoria da qualidade da escola como um todo. Análises estão sendo realizadas para perceber o impacto diferenciado em gênero dos programas Bolsa Família e Programa para Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na melhoria da escolaridade e redução da entrada prematura no mercado de trabalho. Em termos de qualidade da escola, medidas importantes poderiam ser tomadas para reduzir os estereótipos relacionados a gênero transmitidos pela educação através de módulos de treinamento sobre gênero para professores e para remover as imagens e mensagens estereotipadas nos livros didáticos e em outros materiais da sala de aula.

Tais medidas iriam muito além de afetar as escolhas de profissão para homens e mulheres, pois contribuiriam também para alterar os processos de socialização que geram suavidade e passividade entre as meninas e agressão entre os meninos. As parcerias entre o Ministério da Educação e algumas ONGs têm sido uma forma efetiva de se cuidar dos estereótipos relacionados a gênero e aos processos de socialização – e deveria ampliar-se (BANCO MUNDIAL, 2003, p 2)

Esta pesquisa aponta resultados do trabalho educativo realizado pelo projeto ATORES, como este aplicando uma metodologia participativa conseguiu sensibilizar jovens acerca da temática gênero e, com isto, fomentou algumas mudanças de comportamento na relação entre homens e mulheres no empreendimento e que certamente são levados para outros espaços como família, escolas, espaços de formação e lazer, entre outros. Mostra-se positivo o fato de 7 dos entrevistados afirmarem que homens e mulheres têm o mesmo poder de decisão no empreendimento, e mesmo

percentual indicar que para as oportunidades de formação são respeitados os gêneros. Todos os entrevistados afirmaram que a remuneração é igual para homens e mulheres, e 7 assinalaram que ambos os gêneros realizam trabalho doméstico. 5 disseram não haver liderança no empreendimento, e a grande maioria, 7 avaliaram ser importante discutir e refletir sobre a questão de gênero.

Porém, fatores negativos ainda precisam ser mudados, como o fato de todos falarem que no empreendimento existe divisão sexual do trabalho, 5 afirmaram que acontecem falas informais sobre este tema, em tons de brincadeiras e piadas machistas, 4 disseram que a discussão de gênero acontece raramente e em conversas informais, 6 que o trabalho doméstico ainda dificulta a participação no empreendimento, e 6 que o casamento dificulta a participação no empreendimento.

Em geral, o Brasil progrediu muito no tratamento das questões de gênero e na redução das diferenças entre homens e mulheres. Três avanços importantes merecem ser mencionados. Primeiro, o acesso e uso de contraceptivos aumentou enormemente, resultando em uma queda acentuada na taxa de natalidade e no tamanho das famílias. Segundo, o nível educacional das mulheres aumentou ao ponto de, na média, elas apresentarem agora mais escolaridade que os homens. E terceiro, embora os homens ainda predominem no mercado de trabalho, a participação das mulheres tem aumentado constantemente nas duas últimas décadas, ao mesmo tempo em que diminuiu a diferença salarial entre os sexos.

Estas mudanças podem, em parte, ser atribuídas à crise prolongada no Brasil que alterou a alocação do trabalho masculino e feminino fora dos domicílios. A democratização rápida do país, que estimulou uma demanda por direitos e tratamentos iguais na família e no mercado de trabalho, contribuiu também para maior igualdade entre os gêneros. Contudo, enquanto o Brasil testemunhou muitos avanços nesta área, ainda permanece uma série de questões que afetam o bem-estar de homens e mulheres e as relações entre ambos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com estudo que consta no Sistema de Informações da Economia Solidária, em 2007 existiam no Brasil 21.859 empreendimentos econômicos solidários, subdivididos da seguinte forma: Grupo Informal (7.978), Associação (11.326), Cooperativa (2.115), Sociedade Mercantil por Cota de Responsabilidade Limitada (54), Sociedade Mercantil em Nome Coletivo (56), Sociedade Mercantil de Capital e Indústria (192), e outras (138). Os dados mostram que muitos empreendimentos econômicos solidários ainda apresentam caráter informal, o que torna a formalização destes um tema fundamental para o desenvolvimento da economia solidária, e se fazem necessários ajustes na legislação que visem a simplificação dos procedimentos, para que atendam as necessidades e condições dos empreendimentos econômicos solidários.

No Restaurante Recanto das Oliveiras, as decisões são tomadas em reuniões do coletivo, ou seja, não há patrão, todos(as) decidem, e o empreendimento é autogestionário. Observa-se que a economia solidária é um jeito de fazer a atividade econômica baseada na democracia e na cooperação, onde não existe patrão nem empregados, pois todos integrantes do empreendimento são trabalhadores e donos. O que motivou o grupo a organizar o empreendimento foi a vontade dos jovens de terem sua própria organização, tendo em vista que a juventude ainda sofre com o desemprego, sendo um dos motivos a exigência do mercado de experiência profissional para contratar. Com isto tem surgido muitas iniciativas empreendedoras formadas por jovens que visam a contribuir para o processo de fortalecimento da participação e da inserção do segmento juvenil na economia solidária, numa dimensão de cidadania, inclusão econômica e convivência na área rural.

As atividades econômicas que são realizadas de forma coletiva pelo empreendimento são produção e comercialização. O faturamento mensal é de R\$ 1800,00 e o gasto com insumos/matéria-prima é de R\$ 1200,00. O empreendimento tem enfrentado dificuldades na comercialização, devido à falta capital de giro, de clientes e de registro legal para emitir nota fiscal.

O empreendimento busca qualificar os produtos e serviços no intuito de melhor atender os clientes através da prática de melhores preços e custos mais baixos em relação ao mercado. Manifesta preocupação ambiental na produção e prestação dos serviços, e oferta produtos orgânicos, sem agrotóxicos, cuidando do meio ambiente e preservando as gerações futuras. A economia solidária gera outro debate no que se

refere à agricultura, quando se percebe que não basta só ter a terra, produzir sem agroquímicos, ela é também espaço de resgatar e recriar formas de comercialização coerente com a proposta agro ecológica.

As principais conquistas obtidas pelo empreendimento são a autogestão, o exercício da democracia, a integração do grupo e o comprometimento dos sócios(as). Os empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão aparecem em escala global e são iniciativas que representam economicamente uma opção para os segmentos sociais de baixa renda. São alternativas de mudanças sociais que passaram a integrar a chamada economia solidária, que Gaiger denomina como sendo: “Uma alternativa para os excluídos, os trabalhadores, um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses populares, etc.”.

E os principais desafios apresentados pelo empreendimento são: viabilizar economicamente o empreendimento; gerar renda adequada aos sócios(as) e alcançar maior conscientização e a politização dos mesmos. A viabilidade econômica de um empreendimento de economia solidária depende da sua capacidade de produzir bens ou prestar serviços e comercializar os seus produtos, obtendo um resultado que permita pagar todos os custos de produção dos seus produtos e serviços, remunerar satisfatoriamente todos os membros do empreendimento e destinar algum valor para constituir uma reserva técnica para despesas emergenciais, bem como para realizar novos investimentos.

Acerca da análise de como o empreendimento vem tratando a questão de gênero, observou-se que a partir do trabalho educativo realizado pelo Projeto ATORES foi aplicada uma metodologia participativa que conseguiu sensibilizar jovens acerca desta temática e, com isto, fomentou algumas mudanças de comportamento na relação entre homens e mulheres no empreendimento, o qual certamente é levado para outros espaços como família, escolas, espaços de formação e lazer, entre outros.

Constatamos como positivo o fato de 7 dos atores sociais afirmarem que homens e mulheres têm o mesmo poder de decisão no empreendimento. A partir deste dado podemos constatar um grande avanço no que se refere ao diálogo entre os gêneros, ao respeito às opiniões independente do sexo, e o mais importante, a gestão coletiva entres estes em um empreendimento. A emancipação da mulher, a conquista da total igualdade dos sexos é essencial para o progresso humano e a transformação da sociedade.

A maioria deles 7 afirmam que para as oportunidades de formação são respeitados os gêneros, constatando-se que a questão de gênero é trabalhada pelo empreendimento no que se refere às oportunidades para formação/capacitação, e

podemos considerar uma conquista o fato de ser considerado pelo empreendimento que homens e mulheres têm igual capacidade de apreensão de conhecimento e de socialização, tendo em vista que os mesmos, quando participam de formações, têm o compromisso de replicar com o grupo.

Todos no restaurante concordam que a remuneração é igual, contrariando o que ocorre no mercado capitalista. No mercado de trabalho existe alta disparidade salarial entre homens e mulheres, muitas vezes exercendo a mesma função e com a mesma jornada de trabalho, segundo a pesquisa realizada pelo Grupo Catho, e essa diferença é crescente.

Segundo 7 dos entrevistados, ambos os gêneros realizam trabalho doméstico, do que se pode constatar que não são apenas as mulheres que desempenham trabalho doméstico, ao contrário, homens também vêm desenvolvendo estas atividades, enquanto as mulheres estão ingressando cada vez mais no mercado de trabalho.

Questões que são colocadas como desafio, pois todos afirmaram que no empreendimento existe divisão sexual do trabalho, embora observou-se que mesmo tendo algumas tarefas definidas, existe cooperação na realização, fazendo com que ambos os sexos trabalhem independentemente do que foi pré-estabelecido pelo grupo. 5 apontaram falas, brincadeiras e piadas machistas, mostrando que não são apenas os homens que reproduzem o machismo, as mulheres também reforçam o costume de inferiorizar o sexo feminino tão presente em nossa sociedade, e que é construído no processo de formação/educação na família, escola, trabalho, entre outros espaços.

Observamos que a vontade dos jovens com apoio do Projeto ATORES resultou na experiência do Restaurante Recanto das Oliveiras, que tem o objetivo de gerar renda, com relações de produção diversas das do sistema capitalista, respeitando o ser humano, os gêneros, o meio ambiente. Constroem novos costumes, novas práticas e novas relações na sociedade, frutos de uma formação que teve por base valores e práticas para o exercício de uma ética calcada numa solidariedade consciente, as práticas educativas/formativas que se espelham nos princípios da economia solidária, contribuindo para a autoestima do grupo, estimulando o desenvolvimento de suas potencialidades como seres humanos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. ***A Dominação Masculina***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. ***O Poder Simbólico***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BRUSCHINI, Cristina. ***Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher***. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1998.
- BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. (org.). ***Gênero, democracia e sociedade brasileira***. São Paulo: Editora 34 Ltda. e Fundação Carlos Chagas, 2002, p.321-338.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. ***Globalização e processo de informalidade***. In: *Encontro Nacional de Economia*. Anais, Anpec, Belém, v. 3, 1999, p.2059-2074
- CARREIRA, Denise; AJAMIL, Menchu; MOREIRA, Teresa (org.). ***Mudando o mundo: a liderança feminina no século 21***. São Paulo: Cortez, Rede Mulher de Educação, 2001.
- CARVALHO, Nanci Valadares de. ***A condição feminina***. São Paulo: Vértice, 1998, p.124-142.
- CASASUS, C. ***A construção social das redes produtivas no Chile***. In Abreu, A produção flexível e novas institucionalidades na América Latina. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2000, p. 273-290.
- CATTANI, Antonio David (Org.). ***A Outra Economia***. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- DAGNINO, R. et al. ***Gestão estratégica da inovação: metodologias para análise e implementação***. Taubaté, Editora Cabral Universitária, 2002.
- FARIA, Nalu. ***Economia feminista***. Editora Sempre Viva Organização Feminista, São Paulo, 2002.
- GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs.) ***Educação comunitária e economia popular***. Cortez, São Paulo, 1993.
- GAIGER, Luiz I., et al. ***A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas***. Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura. nº 15, 1999.
- GAIGER, Luiz Inácio, ***A economia solidária diante do modo de produção capitalista***. São Paulo: Loyola.2002
- GORZ, André. ***Divisão do trabalho, hierarquia e luta de classes***. In: Divisão social do

trabalho, ciência, técnica e modo de produção capitalista. Publicações Escorpião, Porto, 1974.

GUÉRIN, Isabelle. *As Mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Loyola, 2005.

GUIMARÃES, G. **Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda**. In: *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Contexto, São Paulo, 2000, p.111-122.

GUTIERREZ F. (Orgs). *Educação comunitária e economia popular*. Cortez, São Paulo, 1993. pp. 34-58.

JÚNIOR, O. (org.) *Mudanças no mundo do trabalho; cooperativismo e autogestão*. Expressão, Fortaleza, 2000.

LECHAT, Noëlle. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*, Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002.

LIMA, J. **A subcontratação em cooperativas de trabalho no nordeste**. In: Abreu, A *produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2000, p. 255-271.

LISBOA, Armando de Melo. *Desordem do trabalho, economia popular e exclusão social: algumas considerações*. Economia/UFSC, Florianópolis (mimeo s/d).

MANCE, Euclides. *A consistência das redes solidárias*. Revista de Ciências Sociais, São Leopoldo, Unisinos, 37(159) 2001, p.177-204.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *No caminho de Hermes e Sherazade: cultura, cidadania e subjetividade*. Taubaté: Vogal, 1996.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. Scritta, São Paulo, 1995.

_____. *Mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos*.

Texto apresentado no IV Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas realizado de 4 a 7/07/2004 em Bratislava-República Eslovaca.

NORONHA, Maria Olinda. *De camponesa a “madame”: trabalho feminino e relações de saber no meio rural*. São Paulo: Loyola, 1986.

PEIXOTO, J. **Autogestão: um modelo alternativo de reestruturação da produção**. In

PESSOA, Cleudes. (01/12/2007) **Gênero, economia solidária e desenvolvimento local**.http://solidu.files.wordpress.com/2007/12/economia_solidaria_emancipacao.pdf

RAZETO, L. **Economia de solidariedade e organização popular**. In GADOTTI, M. e

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). ***Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, P. & MACHADO, J. ***Economia socialista***. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs.). ***A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego***. Contexto, São Paulo, 2000.

SINGER, P.. ***Economia solidária: um modo de produção e distribuição***. In SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs.). *A economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego*. Contexto, São Paulo, 2000.

SINGER, Paul. ***Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP***. In: *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Contexto, São Paulo, 2000, p. 123-134.

SINGER, Paul. ***Introdução à economia solidária***. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

SINGER, Paul. ***Cooperativismo e sindicatos no Brasil***. In: CUT BRASIL. *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. CUT, São Paulo, 1999. p. 23-8.

SINGER, Paul. ***Possibilidades da economia solidária no Brasil***. In: CUT BRASIL. *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. CUT, São Paulo, 1999, p. 51-60.

SINGER, Paul. ***Um novo conceito de socialismo***. Folha de São Paulo. São Paulo, 06 de novembro de 2001.

SINGER, Paul. ***Uma utopia militante: repensando o socialismo***. Vozes, Petrópolis, 1998a.

SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). ***A economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego***. Contexto, São Paulo, 2000, p. 267-86.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. ***Poder e dinheiro: uma economia política da globalização***. Vozes, Petrópolis, 1997.

TAUILE, José R. ***Do socialismo de mercado à economia solidária***. (Trabalho submetido ao seminário internacional Teorias de Desenvolvimento no Novo Século) Junho de 2001.

TIRIBA, Lia. ***A requalificação do trabalho: desafio das inovações tecnológicas sob o controle fabril dos trabalhadores***. *Cadernos ANPED*, núm. 7 (dezembro 1994). Belo Horizonte, p. 147-172.

TIRIBA, Lia. ***A economia solidária no contexto da economia moral das multidões (os***

sindicalistas entram em campo). Movimento. Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, núm. 4 (setembro). Intertexto, Niteroi, 2001, p. 27-45

TOURAINÉ, Alain. *Um mundo das mulheres*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

UNITRABALHO. *Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate – transformações no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro, 1999.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Questionário I

Identificação sócio-econômica do empreendimento econômico solidário

1-Dados de Identificação do Empreendimento:

Nome do empreendimento:.....

Atividade produtiva:.....

Endereço:..... Número:.....

Bairro:..... Município:..... CEP:.....

Telefones:.....E-mail:.....

Pessoa de Contato:.....

2- Perfil do empreendimento:

1- Quantos jovens participam do empreendimento? _____

A. Quantos homens? _____ B. Quantas Mulheres? _____

2-Em que ano o empreendimento foi organizado? _____

3- Qual a área de atuação do empreendimento?

() Rural:

() Urbana:

4- O empreendimento é :

() Formalizado CNPJ: _____ - _____

() Informal

() Está em processo de organização.

5-Como são construídas as decisões do empreendimento(X)?

a. () Tem diretoria. Como se compõe? _____

b. () Tem coordenações Como se compõe? _____

c. () Tem Grupos de Trabalho ou Comissões. Quais? _____

6-O que motivou a organização do empreendimento (X)?

a. () Um estímulo de outra organização (Igreja; prefeitura; ONG; etc.)

b. () Uma oportunidade de se inserir em projeto ou programa.

c. () A vontade dos jovens de terem sua própria organização.

d. () Outra _____

7-Nível de escolaridade do empreendimento (X)?

Nível		
	Completo	Incompleto
Não sabem ler		

Não estão na escola		
a. Ensino Fundamental		
b. Ensino Médio		
c. Superior		
d. Pós-graduação		

8-Indique quais atividades econômicas são realizadas de forma coletiva pelos(as) sócios(as) do empreendimento:

- () Produção
 () Comercialização ou organização da comercialização – venda
 () Prestação do serviço ou trabalho a terceiros
 () Troca de produtos ou serviços

9-Qual é o faturamento mensal do empreendimento?_____

10-Quanto o empreendimento gasta mensalmente com insumos/matérias-primas?

11-O empreendimento tem encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços?

- () Sim
 () Não

11.1-Quais as principais dificuldades na comercialização dos produtos?

- ()O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes
 ()Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização
 ()Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação etc.)
 ()O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar
 () Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento
 ()Falta de capital de giro
 () Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.)
 ()Falta de registro sanitário ou alvará
 () A concorrência, os atravessadores, existência de monopólios
 () Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.) inadequada
 ()Outra dificuldade:

12-O empreendimento está conseguindo remunerar os (as) sócios (as) que trabalham?

- () Sim
 () Não

12.1-Qual o valor da remuneração/retirada mensal?

13-De maneira preponderante, a renda obtida pelos (as) sócios (as) no empreendimento é:

- ☐)A fonte principal da renda dos sócios
 - ☐)Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas
 - ☐)Complementação de recursos recebidos por doações ou programas governamentais
 - ☐)Outro tipo. Qual?
-

14-Como é feita a remuneração ou retirada dos (as) sócios (as)?

- ☐) Remuneração/retirada igual para todos (as)
- ☐)Remuneração/retirada por horas trabalhadas
- ☐)Remuneração/retirada por função
- ☐)Remuneração/retirada por produção

15-A quem pertencem os instrumentos, ferramentas ou equipamentos utilizados pelo EES?

- ☐)Ao empreendimento
- ☐)Aos (as) associados (as) individualmente
- ☐)Aos usuários/clientes
- ☐)A terceiros

16-Qual a origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento?

- ☐)Dos (as) próprios (as) sócios (as) - capitalização ou cotas
- ☐)Empréstimo (s) e/ou financiamento (s)
- ☐)Doações de organismos internacionais ou organizações não-governamentais
- ☐)Recursos públicos não-reembolsáveis (fundo perdido)
- ☐)Doações de pessoas físicas ou
- ☐)Não se aplica (Não houve necessidade de recursos.)

17-O empreendimento teve acesso a algum tipo de assessoria, assistência ou capacitação?

- ☐)Sim
- ☐)Não

17-1 Que tipo de apoio (em assessoria, assistência ou capacitação) o empreendimento teve?

- ☐)Assistência técnica e/ou gerencial
- ☐)Qualificação profissional, técnica, gerencial
- ☐)Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)
- ☐)Assistência jurídica
- ☐)Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços
- ☐)Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica
- ☐)Assessoria na constituição, formalização ou registro
- ☐)Elaboração de projetos
- ☐)Incubação

17-2 Quem forneceu o apoio ao empreendimento?

() ONGs, OSCIPs. Qual?

() Igrejas, Pastorais etc. Qual?

() Associações e conselhos comunitários, etc. Qual?

() Prefeitura. Secretaria/Órgão?

() Governo Estadual. Secretaria/Órgão?

() Governo Federal. Secretaria/Órgão?

() Universidades (incubadoras, Unitrabalho). Qual?

() Sistema “S” (Sebrae, SESCOOP, etc.). Qual?

() Cooperativas de técnicos (as). Qual?

() Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação). Qual?

() Outro empreendimento ou entidade de representação. Qual?

() Fornecedor ou comprador (parceria). Qual?

() Outra. Qual?

18-No último ano foram realizadas atividades de formação e/ou campanhas de sensibilização dos (as) sócios(as)?

() Sim

() Não

18.1-Quais foram os temas tratados?

() Economia Solidária, autogestão, cooperativismo

() Formação política e social

() Gestão, contabilidade, questões jurídicas

() Formação técnica ou profissional (atividades específicas, funções de produção, etc.)

() Motivação, dimensão subjetiva

() Questões de gênero

() Questões étnicas e raciais

() Organização do trabalho, saúde e segurança no trabalho

() Questões ambientais

() Elevação da escolaridade, educação formal e/ou profissional

() Outras. Quais?

19-Quantos (as) sócios (as) ocupam funções de coordenação e/ou direção do empreendimento?

() Mulheres (quantas) _____

- () Homens (quantos) _____
() Total (quantos) _____

20-O empreendimento participa de algum fórum ou de alguma rede de articulação ou representação?

- () Sim
() Não

20.1-Se a resposta for SIM especifique de que tipo de rede ou fórum o empreendimento participa:

- () Fórum ou Rede de Economia Solidária. Qual?

() União ou Associação de EES? Qual

() Federações de cooperativas. Qual?

() Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas públicas Qual?

() Outros fóruns, redes ou articulações. Qual?

21-O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais?

- () Sim
() Não

21.1-Qual o tipo de movimento ou luta social?

- () Movimento de luta pela terra e agricultura familiar
() Movimento sindical urbano ou rural
() Movimento popular ou comunitário
() Movimento de luta por moradia
() Movimento étnico/ racial
() Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens
() Movimento ambientalista/agroecologia
() Movimento de mulheres / gênero
() Movimento religioso ou pastoral
() Movimento de desempregados
() Movimento dos catadores
() Movimento GLBTT
() Movimento cultural
() Movimento de defesa dos Direitos Humanos
() Movimento de jovens/ juventude
() Movimento de combate à fome
() Outro movimento. Qual?
-

22-O que o empreendimento faz para qualificar seus produtos e/ou serviços no intuito de melhor atender aos (as) consumidores (as)?

- () Pratica menores preços ou custos mais baixos em relação ao mercado
 - () Aplica processos de controle de qualidade
 - () Fornece informações sobre a composição ou especificação
 - () Dá garantia de origem social
 - () Manifesta preocupação ambiental na produção ou prestação dos serviços
 - () Oferta produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos
 - () Outra. Qual?
-

23-Quais as principais conquistas obtidas pelo empreendimento?

- () A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os (as) sócios (as)
 - () A autogestão e o exercício da democracia
 - () A integração do grupo/coletivo
 - () O comprometimento social dos (as) sócios (as)
 - () Conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infra-estrutura, etc.)
 - () A conscientização e compromisso político
 - () Outro. Qual?
-

24-Quais os principais desafios do empreendimento?

- () Viabilizar economicamente o empreendimento
 - () Gerar renda adequada aos (às) sócios (as)
 - () Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os (as) sócios (as)
 - () Efetivar a participação e a autogestão
 - () Alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as)
 - () Alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as)
 - () Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária
 - () Manter a união do grupo/coletivo
 - () Outro. Qual?
-



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Questionário II

Identificação e análise das relações de gênero no Empreendimento Econômico Solidário

1-Na sua opinião, como são tomadas as decisões no empreendimento, homens e mulheres participam?

- () Apenas os homens decidem;
 () Apenas as mulheres decidem;
 () Homens e mulheres tomam as decisões juntos;
 () Outro: _____

2-Para você como é realizada a divisão do trabalho no empreendimento:

- () Há tarefas específicas desenvolvidas somente pelos homens
 () Há tarefas específicas desenvolvidas somente pelas Mulheres
 () Homens e mulheres desenvolvem tarefas específicas em conjunto;
 () Há rotatividade de tarefas entre homens e mulheres;
 () Outro: _____

3- Ocorrem falas, “brincadeiras” ou piadas em relação ao sexo, seja masculino ou feminino, no empreendimento?

- () Apenas homens tem estas atitudes;
 () Apenas mulheres têm estas atitudes;
 () Mulheres e homens tem estas atitudes;
 () Estas atitudes não ocorrem no empreendimento;
 () Outro: _____

4-Você acredita que nas oportunidades para formação/capacitação a questão de gênero é respeitada?

- () Apenas homens participam;
 () Apenas mulheres participam;
 () Mulheres e homens participam;
 () Outro: _____

5-Na sua opinião, a distribuição da remuneração no empreendimento, entre homens e mulheres, é justa e igualitária?

- () Homens recebem uma melhor remuneração em relação as mulheres;
 () Mulheres recebem uma melhor remuneração em relação aos homens;
 () Mulheres e homens tem uma remuneração igual;
 () Outro: _____

6-No empreendimento são discutidas e refletidas questões de gênero?

- () Nunca
 () Raramente

() Frequentemente

() Outro: _____

7-Já ocorreu algum assédio sexual no empreendimento na relação com os clientes ou fornecedores? Quem sofreu?

() Homens

() Mulheres

() Mulheres e homens

() Não ocorreu

() Outro: _____

8-Há participantes que realizam trabalho doméstico, caso a resposta seja afirmativa, responder 8.1, caso seja negativa passar para a questão 9.

() São homens

() São mulheres

() São mulheres e homens

() Outro: _____

8.1-O trabalho doméstico dificulta o tempo que tem que ser dedicado ao empreendimento?

() Sim, porque? _____

() Não, porque? _____

Outro: _____

9-Na sua opinião, o empreendimento tem alguma liderança? Qual o seu sexo?

() Mulher

() Homem

() Outro: _____

10-No empreendimento há participantes casados/as, caso a resposta seja afirmativa, responder a questão 10.1, caso seja negativa passar para a questão 11.

() Sim

() Não

() Outro: _____

10.1-Para você a relação causa algum problema a participação no empreendimento? Qual?

() Dificuldade de disponibilidade de tempo para o empreendimento;

() Interferência do cônjuge nas relações com os participantes do empreendimento;

() Discordância do cônjuge acerca da experiência, dificultando a participação no empreendimento;

() Outro: _____

11-No empreendimento há participantes que tenham filhos/as? Caso a resposta seja afirmativa, responder a questão 11.1, se for negativa passar para questão 12.

() Sim

() Não

() Outro: _____

11.1-Para você, o fato de ter filhos/as dificulta a participação no empreendimento? Por quê?

() Não tem alguém que cuide dos filhos/as;

() Não tem um lugar adequado para deixar os filhos/as;

() Leva os filhos/as para o espaço de trabalho;

() Outro: _____

12-No empreendimento há participantes que tenham que cuidar de pessoas ou familiares? Caso a resposta seja afirmativa, responde a questão 12.1, se for negativa passar para a questão 13.

() Sim

() Não

() Outro: _____

12.1-Para você, o fato de ter que cuidar de pessoas ou familiares dificulta a participação no empreendimento?

() Sim, porque?

() Não, porque?

() Outro: _____

13-Na sua opinião, os participantes já receberam alguma crítica da sociedade ou comunidade em relação a iniciativa e organização do empreendimento?Qual?

() Crítica positiva;

() Crítica negativa;

() Outro: _____

14-Na sua opinião, há participantes que tenham sofrido preconceito/discriminação em relação ao sexo dentro do empreendimento?Quem sofreu?

() Nunca ocorreu

() Homem, como ocorreu?

() Mulher, como ocorreu?

() Outro: _____

15-Qual sua opinião em relação a questão de gênero?

() É uma questão importante, que tem que ser discutida, refletida e respeitada;

() Não é uma questão importante;

() Defende que tem outras questões mais importante a serem discutidas;

() Desconhece a questão de gênero;

() Outro: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o Empreendimento Recanto das Oliveiras: Relações de Gênero e Economia Solidária e está sendo desenvolvida por Girlani de Lima, aluna do Curso de Pós-graduação/mestrado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a Maria de Lourdes Soares.

Os objetivos do estudo são:

- Analisar como está sendo tratada a questão de gênero nas relações internas em um empreendimento econômico solidário
- Avaliar a geração de trabalho e a distribuição de renda entre os participantes do empreendimento;
- Identificar se ocorre divisão sexual de trabalho no empreendimento;
- Construir o perfil sócio-econômico do empreendimento econômico solidário;

A finalidade deste trabalho é contribuir para: Análise de como vem sendo tratada a questão de gênero na organização em economia solidária, e a partir das respostas contribuir para a discussão, reflexão e respeito acerca das relações entre homens e mulheres, na construção de uma nova cultura, sem machismo e patriarcalismo.

Solicitamos a sua colaboração respondendo os questionários da pesquisa, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

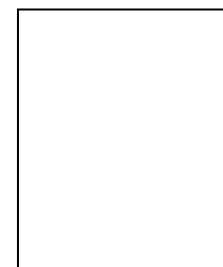
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para

impressão

dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora:

83 9979 4441/8743 5716

Endereço (Setor de Trabalho):

Instituto Cidades

Praça Antenor Navarro, 22, Centro, João Pessoa/PB

Cep: 58 480 010 Fone: 83 3241-3746/ 3221-5930

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

ANEXO

Carta de Princípios do movimento de economia solidária

1-Origem e cenário atual

A Economia Solidária ressurge hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado - principal forma de organização do trabalho nesse sistema - levaram a um grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas, nesses dois campos, sempre foram complementares; entretanto a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como "resquícios atrasados" que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela "competitividade". Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de "atrasadas" que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absorver todo esse contingente de excluídos.

Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as, estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e "protegidas". Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária.

Neste cenário, sob diversos títulos - economia solidária, economia social, sócio economia solidária, humano economia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc - têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

Princípios gerais da Economia Solidária

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

1. a valorização social do trabalho humano,
2. a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
3. o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,

Podemos perceber na economia solidária um forte apelo para romper com a opressão entre as mulheres e buscamos outra fala freiriana que nos remete a situações contraditórias que envolvem o sujeito produzindo uma aderência ao fato, e paralelamente, trazendo a evidência do fatalismo sobre suas vidas. Freire (1987, p. 94) chamou tais circunstâncias de **situações-limites**, em que as mulheres “as percebem como um obstáculo que não podem transpor, ou como algo que não querem transpor ou ainda como algo que sabem que existe e que precisa ser rompido(CALIXTO,2008,p.5)

4. a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza, e
5. os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da terra seguindo um

caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. Segundo Singer (apud SATO; ESTEVES, 2002):

“Diz-se autogestionária a empresa cujos sócios são os trabalhadores e cujos trabalhadores são os sócios, presença de outros vínculos de trabalho ou de investimento, logo, a autogestão é uma forma específica de democracia industrial, distinta de sistemas de participação, seja acionaria, seja nos lucros da empresa”

1. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humana e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
2. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
3. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
4. A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
5. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
6. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios específicos

Por um sistema de finanças solidárias

1. Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:
2. Em nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as

cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.

3. Em nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

1. Articulado o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.
2. Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.
3. A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.
4. A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia

produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

5. A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais eqüitativamente entre grupos e países.
6. A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

1. A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.
2. A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.
3. A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.
4. A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.
5. Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos.
6. O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.

7. Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

O que a Economia Solidária não defende:

1. A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.
2. A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.
3. A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.
4. A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.
5. A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
6. A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.
7. A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
8. A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.
9. A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em

conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico. (III Plenária Nacional da Economia Solidária, 2003)